

PEC-623

**Fogo cruzado do governo
contra os sindicatos**

ENTREVISTA

**Wanderley Guilherme:
"FHC é autoritário"**

ANO 13 - Nº 30 - R\$ 7,50

JUNHO/JULHO/AGOSTO/99

Debate Sindical

A CRISE E OS TRABALHADORES

**O pior
realmente
já passou?**



**TRABALHO
OS EFEITOS DA
REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA**

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Monsenhor Passaláqua, 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, fone/fax: (011) 289-1496

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Augusto Buonicore
Guiomar Prates
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Oswaldo Bertolino
Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito
César Benjamin
Clóvis Moura
Décio Saes
Edgard Carone
Emir Sader
Francisco Teixeira
João Pedro Stédile
Luís Fernandes
Luís Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes

Abigail Pereira
Álvaro Gomes
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida
Gilson Reis
Gregório Poço
José Carlos Schulte
Luís Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Sérgio Barroso
Vianei Martins
Wagner Gomes

Projeto gráfico:

Caco Bisol (051) 212-4063

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves (011) 289-9574

Edição de fotos:

Alexandre Machado (011) 263-1969

Charges:

Marcio Baraldi

Revisão:

Josenildo Marques

Fotolito:

Bureau Graph (011) 570-0941

Impressão e acabamento:

Editores Parma



A onda de protesto contra um governo cada vez mais fragilizado



Através da PEC-623, o governo pretende fragmentar a luta dos trabalhadores



Discurso de Fidel Castro sobre os 40 anos da revolução cubana

- 4** **Governo encurralado**
JOÃO BATISTA LEMOS
- 8** **O autoritarismo de FHC**
ENTREVISTA: WANDERLEY GUILHERME
- 12** **Mercado de trabalho**
MARCIO POCHMANN
- 13** **O pior já passou?**
ALTAMIRO BORGES
- 19** **Polêmica: como enfrentar FHC?**
SÉRGIO BARROSO/JOÃO FELÍCIO/JORGE MARTINS
- 26** **Legislação**
ULISSES RIEDEL
- 27** **O fordismo morreu?**
OSVALDO BERTOLINO
- 31** **Ofensiva antisindical**
ALDO REBELO
- 35** **Ponto de vista**
JOÃO GUILHERME VARGAS NETO
- 36** **Luta de classes no Brasil**
JOSÉ CARLOS RUY
- 41** **40 anos da revolução cubana**
FIDEL CASTRO
- 45** **Rosa Luxemburgo**
AUGUSTO BUONICORE
- 50** **Efeitos da reestruturação produtiva**
CLAUDIO SALVADORI DEDECCA
- 55** **Resenha de livros**
SÉRGIO BARROSO
- 57** **Cartas**
- 58** **Opinião**
MANOEL JOSÉ DOS SANTOS

Debate Sindical de cara nova

Sem alterar sua linha programática, mudanças nos projetos editorial e gráfico visam tornar a revista mais acessível aos que apostam no avanço das lutas dos trabalhadores.

*A **Debate Sindical** está de cara nova. O parto desta edição, que abre uma nova fase na vida da revista, não foi nada fácil. Além do sensível aumento dos custos gráficos — o que é sempre um grave problema quando não se tem recursos disponíveis —, o processo de edição tornou-se mais complexo e bem mais trabalhoso. Mas o esforço valeu a pena. De imediato, pedimos desculpas aos leitores, em especial aos assinantes, pelo atraso deste número. Esperamos que o novo projeto agrade aos antigos e novos leitores da revista e compense os transtornos na periodicidade.*

*Nesta nova fase, a **Debate Sindical** reafirma sua linha político-editorial, que garantiu sua existência e credibilidade nestes 13 anos. Seu objetivo mantém-se inalterado - o de contribuir para o avanço do sindicalismo classista em nosso país. Para isso, procurará ser uma revista de análise aprofundada, de polêmica franca e madura e de intercâmbio de experiências. Sem escamotear suas opiniões, manterá o diálogo amplo e plural com todos os que apostam no fortalecimento das lutas dos trabalhadores.*

As mudanças que já foram efetuadas - e outras que ainda podem ocorrer - visam principalmente ampliar o alcance da revista, que estava restrita ao vértice dos quadros sindicais. A meta é que mais sindicalistas, com e sem mandato, tenham acesso à

*revista, encarando-a como uma ferramenta eficaz na sua ação cotidiana. Sem perder seu caráter teórico, de maior profundidade, a **Debate Sindical** deve ficar mais leve e atrativa. Daí as alterações nos projetos editorial e gráfico da revista.*

O novo projeto editorial inclui a colaboração fixa de columnistas conceituados - Marcio Pochmann, sobre “mercado de trabalho”; Ulisses Riedel, sobre “legislação”; e João Guilherme Vargas Netto, com seu “ponto de vista” sobre o sindicalismo -, reportagens, entrevistas, opiniões de sindicalistas, notas, etc. Já o novo projeto gráfico, elaborado por Caco Bisol, inclui cores na capa e nas páginas internas e vários outros recursos visuais para tornar a leitura mais agradável e prazerosa.

Desde já, esperamos contar com as críticas e sugestões dos leitores. Através de carta, telefone, fax ou correio eletrônico, aguardamos a sua contribuição. Só assim poderemos aperfeiçoar ainda mais este projeto. Esse será o único caminho para viabilizar e reforçar a única publicação do país especializada no estudo da questão sindical. Não deixe de dar a sua opinião! Ajude a fortalecer um instrumento comprometido com o avanço das lutas dos trabalhadores e do sindicalismo classista.

**Conselho de Redação
da Debate Sindical**

JOÃO BATISTA LEMOS

Fotos: Maurício Moraes



Onda de protestos contra o go

Fraturas na base governista e maior oposição popular. Presságios da crise política?

O segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso já começou moribundo, caduco. Nem bem teve início e parece que já está no fim. Os graves desequilíbrios econômicos do país, apontados há muito tempo pelos setores de oposição, vieram à tona com a violenta crise cambial de janeiro, que resultou na desvalorização da moeda e no agravamento da recessão. O plano Real faliu, evidenciando o fiasco da política neoliberal. Apesar de toda a propaganda otimista, de que “o pior já passou” - como blasfemou FHC na sua recente visita aos EUA -, o

país está paralisado, ainda mais vulnerável e dependente. Quem manda de fato no Brasil, e com rédeas curtas, é o FMI!

Com a falência do seu projeto recessivo e entreguista, o governo passou a viver sucessivas fases de turbulência política. Já na eleição presidencial de outubro passado, o sinal de alerta havia soado. A

unanimidade emburrecedora da mídia, o apoio milionário dos grandes grupos econômicos, as trapaças para garantir a candidatura única dos neoliberais (lembre-se da convenção do PMDB) e mesmo a parcialidade da Justiça Eleitoral não foram suficientes para dar uma vitória folgada a FHC. Ele teve os votos de apenas um terço do eleitorado. Já a oposição cresceu, principalmente na disputa para importantes governos estaduais - o que produziu alterações na correlação de forças no país.

Com a falência do Real, que era o único álibi dos conservadores,

Há consenso no meio político que FHC está cada vez mais isolado. Partidos governistas não se entendem, dão rasteiras e falam em fim da aliança. Por sua vez, as mobilizações populares crescem e a oposição esforça-se para consolidar a unidade. Cenário é tenso e pode gerar novas crises políticas.

governo FHC

acelerou-se o “inferno astral” de FHC. As pesquisas de opinião pública apontam a queda paulatina da sua popularidade. Como num naufrágio, os ratos começam a sair do porão. O PFL, viciado no poder, passou a atacar abertamente os aliados tucanos. Do grampo telefônico que derrubou o ministro Mendonça de Barros à recente convenção pefelista que indicou a candidatura de ACM, tudo está sendo arquitetado para construir uma nova alternativa à direita neoliberal. Atentos ao desgaste de FHC, seus aliados não vacilam em propor até soluções golpistas, como

um parlamentarismo com ACM de primeiro-ministro.

Há consenso nos meios políticos, inclusive entre os governistas, de que FHC caminha aceleradamente para o isolamento - alguns falam até em cadafalso. Mesmo os esforços para costurar um “pacto de convivência” entre os partidos da situação esbarram nas intrigas palacianas. “Ninguém sabe até onde vai a aliança. Quando tem disputa sucessória, outros interesses se interpõem”, afirma ACM. Pimenta da Veiga, coordenador político do Planalto que anda às turras com o senador baiano, confirma: “Nenhuma aliança é eterna”. Nesse jogo de poder, os mais recuados também esbravejam. “Toda e qualquer agressão, venha de onde vier, não vai mais ficar sem resposta. As tentativas de minar o governo têm que parar”, gritou Mário Covas, governador paulista.

CPI DOS BANCOS ACIRRA A DISPUTA

Uma coisa é certa: a guerra na base governista está declarada. Até porque, a princípio, FHC não pode concorrer a uma segunda reeleição - a não ser que queira copiar o modelo do ditador peruano. A própria instalação da CPI do Sistema Financeiro foi um lance, patrocinado pelo setor governista do PMDB, que precipita a disputa sucessória de um presidente fragilizado. Todos sabem como ela começa, mas



MORTES NO CAMPO

Nos últimos 14 anos, ocorreram 1.158 assassinatos de pessoas ligadas à luta pela reforma agrária no Brasil. O levantamento foi feito pela Comissão Pastoral da Terra, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O minucioso estudo também comprova que apenas dois casos resultaram na condenação judicial dos acusados. Mais uma evidência dos vínculos do governo FHC, adepto da tal “modernidade”, com o que há de mais atrasado no país - o latifúndio improdutivo e assassino.

ESTRAGO PRIVADO

Após reduzir em mais de um terço o número de funcionários, as empresas privatizadas infernizam os usuários. Segundo o Procon paulista, a Telefônica foi a campeã de reclamações em 1998, com 1.906 queixas. Entre janeiro/fevereiro deste ano, foram 1.772 reclamações. Já no setor elétrico, até agora não foi explicado o blecaute de 11 de março. Não é para menos que aumenta a resistência à privatização. Em São Paulo, foi instalada uma CPI para apurar a piora nos serviços telefônicos.

SALÁRIO EM ALTA

O recente anúncio do reajuste do salário mínimo não deve ter incomodado os altos executivos do país. De acordo com pesquisa da revista *Forbes Global*, o Brasil ocupa o segundo lugar na lista dos 50 países que melhor remuneraram os chefões das grandes corporações. O primeiro lugar ficou para os EUA, com salários médios anuais de US\$ 1.1 milhão; aqui eles são de US\$ 701.22 mil.

ninguém prevê o seu fim. Tanto que o governo procura restringir ao máximo as apurações. Já fritou Francisco Lopes, ex-presidente do BC, e tenta limitar o cerco a dois bancos desconhecidos (Marka e FonteCindam), típicos bodes expiatórios. Quer encurtar as investigações.

Quando o senador João Alberto (PMDB-MA), relator da CPI, leu os papéis encontrados na casa de Chico Lopes, exclamou: “São documentos terríveis, que podem ruir os pilares da nação”. Afora o depósito de US\$ 1,675 milhão numa conta no exterior, a CPI pode confirmar todo o caráter rentista e parasitário do governo. Além de revelar os bastidores da desvalorização, em que alguns bancos lucraram R\$ 10 bilhões em operações de câmbio, pode dar pistas para entender como, em cinco anos, foram transferidos US\$ 216 bilhões dos cofres públicos para o capital financeiro internacional. Ou mesmo ajudar a lembrar o nefasto Proer, a operação de salvamento dos bancos que consumiu R\$ 20 bilhões. O conluio promíscuo entre o BC e o sistema financeiro desnudam a essência desse governo.

Quando a CPI do PC Farias foi instalada, muitos apostaram que ela terminaria em pizza. Só que a investigação parlamentar serviu como alavanca para transformar as dores da crise econômica numa abrupta crise institucional - que derrubou Fernando Collor. A CPI dos bancos, pelo menos até agora, serviu para acirrar os conflitos na base governista, dividindo o bloco dominante, e dificultando as reformas neoliberais. Mas não está descartada a hipótese dela ou de outro escândalo qualquer, até por iniciativa da direita, acelerar um novo processo de crise institucional. Até mesmo a CPI do Judiciário, usada simplesmente como holofote



Bandeira do “Basta de FHC” ganha adeptos, servindo para unir a frente oposicionista e também para intensificar a luta de resistência ao governo

por ACM, já produz atritos entre os poderes da República. As nuvens estão carregadas, e podem precipitar tempestades!

TÁTICA DA OPOSIÇÃO

Este cenário, bastante conturbado e complexo, tende a reservar um papel de realce para a oposição popular e democrática a curto prazo. A partir do crescente descontentamento da população, agora desiludida com a “estabilização conservadora” da economia, e das fraturas na base situacionista, ela pode aproveitar o momento para desgastar os fundamentos do projeto neoliberal e para fustigar o governo - inclusive trabalhando com a

perspectiva de uma crise institucional que encurte o mandato de FHC. Nenhuma alternativa pode ser descartada *a priori*.

Existem ainda diferenças no campo oposicionista. Alguns setores apostam no eminente desmanche do governo FHC, na radicalização do confronto. É o caso de Itamar Franco,

que polarizou a disputa a partir da crise dos Estados e procura compor um campo de centro-esquerda; ou do ex-governador Leonel Brizola, que insiste na proposta da “renúncia já”; ou mesmo de áreas do movimento popular que defendem o “Fora FHC”. Outros acreditam que o governo ainda possui margens de manobra, inclusive com uma suposta recuperação da economia. Estes setores conhecem o peso da mobilização popular, investem nela, mas depositam suas fichas no calendário eleitoral. Temem que algo estrague a virtual vitória em 2002, que seria pavimentada antes pelo pleito municipal do próximo ano.

O importante é que, apesar das divergências de enfoque tático, a oposição tem avançado. Ambos os extremos já perceberam a importância da ampla união das forças antineoliberais e a urgência de investir nas mobilizações de rua. Sem unidade não há como enfrentar a política de terra arrasada do neoliberalismo; ela é que impulsiona e dá esperanças à luta do povo. Por sua vez, a resistência ativa, por meio de várias formas de protesto, é que sedimenta a unidade e faz com que ela trilhe caminhos mais avançados. Ela é que pode superar tanto a conciliação, a aposta cega na lógica eleitoral, como as posturas sectárias e isolacionistas que artificializam a correlação de forças existente.

Não é por outra razão que a palavra-de-ordem “Basta de FHC! Fora o FMI” ganha adeptos. Ela está mais sintonizada com a conjuntura

atual. Possibilita aglutinar amplos setores descontentes, inclusive alguns ainda vacilantes, e apostar com ímpeto na resistência ativa dos trabalhadores. Não descarta uma possível crise institucional, que levaria a alteração imediata da consigna, mas trabalha com a evolução do quadro político. Nos protestos do 21 de abril e do 1º de Maio, ela empolgou os manifestantes, tornando-se quase a palavra-de-ordem oficial, unitária.

O PT, partido de maior densidade eleitoral da oposição, já adotou a bandeira. José Dirceu inclusive não descarta mais a idéia de que a crise política se acelere. “Acho difícil FHC chegar a 2002”. Importantes entidades da sociedade civil também engrossam o coro contra o governo. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) elevou o tom das críticas, questionando a legitimidade dos atos governamentais. Já a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que acaba de eleger uma direção de maioria progressista, voltou a adotar um discurso de crítica contundente. “As medidas econômicas, apesar de anunciadas pelo presidente Fernando Henrique, estão sendo de fato ditadas, cada vez mais, em consonância com o FMI”, afirma recente documento da Igreja.

MOBILIZAÇÃO CRESCENTE

Essa compreensão mais avançada, que combina amplitude com radicalidade, tem dado frutos. No último período, as mobilizações populares cresceram como efeito bola de neve. Foram mais de 30 mil pessoas em todo o país nas manifestações de 26 de março. Estiveram cerca de 5 mil participantes na passeata de 20 de abril no Rio de Janeiro, que contou com a presença de Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI. “Até os meus últimos dias, não estarei ausente das lutas pelas causas de

interesse do Brasil”, afirmou, com seus 102 anos. Já em 21 de Abril, na comemoração do Dia de Tiradentes, Ouro Preto foi ocupada por 50 mil manifestantes num ato que estreitou os laços da oposição. Por fim, os protestos do 1º de Maio em todo o país superaram as expectativas. O de São Paulo, com 50 mil presentes, foi o maior desta década.

Nesta jornada ascendente, cabe destaque ao Fórum Nacional de Luta (FNL) em Defesa do Brasil, que reúne o grosso das entidades sindicais e populares e a totalidade dos partidos de esquerda. É uma iniciativa inédita na história recente do país, que contribui para a unidade da oposição popular. Deve ser reforçada, dinamizada e enraizada nos Estados. É

uma marca que precisa adquirir maior visibilidade. Novos protestos já estão sendo agendados pelo FNL. Entre eles, um que vai exigir rigor nas apurações da CPI dos bancos e outro, um acampamento em Brasília, contra o desemprego. A idéia é que esse acúmulo de protestos crie o clima para decretar uma greve nacional. É neste processo, com unidade e luta, que o governo neoliberal de FHC, mais cedo do que tarde, será derrotado.



João Batista Lemos é metalúrgico, integrante da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC)

JORNADA NA FRANÇA

Segundo recente relatório do Ministério do Emprego e Solidariedade da França, passa de 1 milhão o número de trabalhadores beneficiados pelo acordo de redução da jornada para 35 horas semanais. A medida, que gera enorme gritaria dos empresários, já gerou 53 mil novos postos de trabalho. Entretanto os sindicalistas criticam os recuos do governo Lionel Jospin, que aceitou a pressão do patronato pelo corte proporcional dos salários e pela criação do banco de horas.

GOLPE NO JAPÃO

Um dos símbolos da cultura japonesa, o “emprego vitalício”, está sendo destruído pela prolongada crise econômica. Tido como o principal impulsionador da produtividade no Japão, ele parece estar com os dias contados. A Sony deve demitir 17 mil funcionários; a NEC, 15 mil; a Mitsubichi, 14,5 mil; e a Hitachi, 10 mil. Já os 15 maiores bancos cortarão 20 mil vagas. A reestruturação japonesa, a “risutora”, pode acabar com a “paz social” nas empresas e agravar os conflitos de classe.

EXEMPLO ARGENTINO

Flexibilizar para gerar empregos! Esta chantagem, pregada pelo patronato e por certos sindicalistas, não dá mesmo certo. É o que comprova a experiência da Argentina: a flexibilização trabalhista e a redução dos custos salariais só provocaram precarização. O trabalho no mercado informal pulou de 30,2%, em 95, para 36,6% em 98. Já o desemprego é o recordista do continente - 16,5% da PEA. Um paraíso para as empresas, que reduziram em 40% os encargos sociais e elevaram sua lucratividade.

ALTAMIRO BORGES

Em artigos à imprensa e em várias palestras, Wanderley Guilherme dos Santos, professor de teoria política do IUPERJ e autor de diversos livros (entre eles, *Paradoxos do liberalismo*), tem sido um crítico contundente e corrosivo do governo FHC. Para ele, o Brasil vive a fase mais autoritária e obscurantista da sua história.

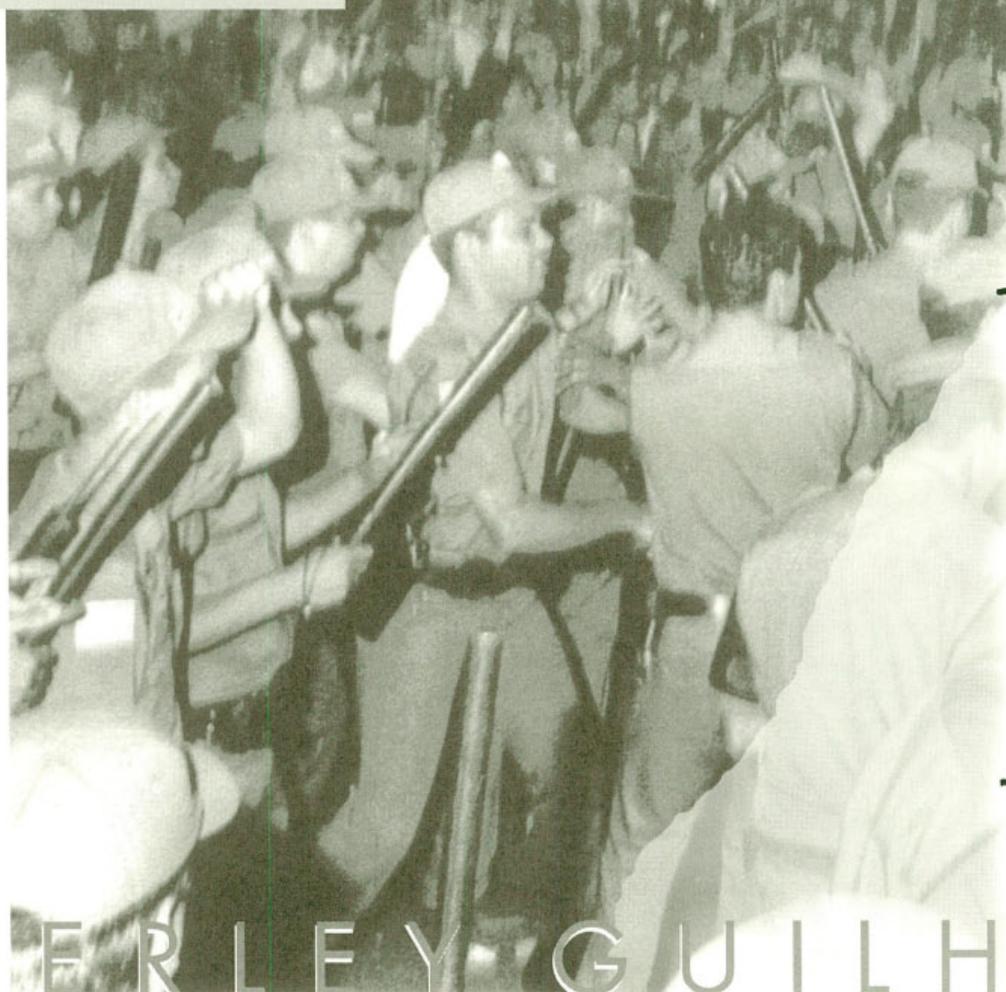
Debate Sindical: O segundo mandato de FHC já começou em crise, com a desvalorização do Real e as fraturas na sua base de sustentação política. Agora, o governo e a mídia afirmam que “o pior já passou”. O senhor concorda com esse tom otimista dos últimos dias?

Wanderley Guilherme: Não concordo, mas gostaria de abordar algo antes. Se o pior já tivesse passado, é importante enfatizar que não teria sido por mérito deste



Almeida Machado

Wanderley Guilherme: “O comportamento do governo é o de uma ameiba. Ele tem uma agenda negativa, só deseja destruir e vem destruindo o país”



W A N D E R L E Y G U I L H

FHC, o autoritário!

“Fernando Henrique não tolera a oposição, tenta desmoralizá-la e não aceita opiniões divergentes. Seu governo é vingativo, mesquinho, persecutório e conta com a inédita unanimidade da mídia”

governo. Até agora ele nada fez, a não ser se submeter ao império das circunstâncias. O governo está perdido, sem alternativas, e só conta mesmo com o seu “sacolé de maldades”. Mas eu não acredito que o pior já tenha passado. O país continua dependente dos fluxos de capitais especulativos. Não há nenhuma política de estímulo à retomada do desenvolvimento econômico. O país está estagnado, paralisado.

Para retomar o crescimento não é suficiente a moeda forte. Ela esteve estável durante cinco anos; não obstante, os níveis de poupança e investimentos foram ridículos. Isto indica que o segmento brasileiro capaz de poupar e investir não confia nos rumos do governo. Isto por uma razão muito simples. Durante os últimos 50 anos quem sinalizava positivamente em relação ao futuro do país era o Estado, com os seus projetos de investimento. Hoje, esse governo, creio que pela primeira vez na história, diz que não tem nenhum compromisso com o desenvolvimento e que aposta na recessão.

O único desafogo até agora foi quanto à inflação. Daí o governo dizer que o pior já passou. Só que isso se dá as custas da retração econômica e do maior nível de desemprego da nossa história. Além

do mais, as perspectivas não são nada boas. O governo insiste em resolver seus problemas de caixa através da privatização, da entrega das estatais. Elas foram exatamente as alavancas fundamentais do Estado para garantir a soberania do país. Não vejo, portanto, nenhum motivo para o otimismo.

Além dessa postura recessiva, quais seriam as outras características marcantes do governo FHC?

Esse governo só tem agenda negativa. Quer reduzir a inflação, reduzir o déficit público, cortar na previdência, acabar com as estatais, retirar direitos sociais, etc. É uma agenda de desconstrução. Aliás, o próprio presidente disse que o seu objetivo era terminar com a era

Vargas. Então sabe-se o que o governo não quer, o que deseja destruir e vem destruindo. Por isso que o seu comportamento é o de uma ameba, puramente reativo. O governo está ao sabor dos acontecimentos, de como vão se comportar os fluxos financeiros mundiais, etc. Age como ameba, reagindo aonde aperta o calo.

Dá para caracterizá-lo como um governo subserviente ao capital financeiro internacional?

A chamada globalização é na verdade a internacionalização dos fluxos de capitais, com volume e velocidade inéditos. Esse é o quinto processo na história e realmente todos os países estão, de alguma maneira, inseridos nele. Não dá para escapar; quem não quiser entrar tem que mudar de planeta. A questão é como se entra, como se enquadra nisso. O Collor iniciou esta inserção, mas ficou pouco tempo. Com relação ao Fernando Henrique, a coisa ocorre de maneira mais profunda.

Não sei se por falta de clareza ou pela auto-suficiência extraordinária, que parecem ser traços da sua personalidade, ele acelerou esse processo. Isso até existe na vida privada, mas o presidente de um país, com as responsabilidades que tem, não pode confiar tanto em si mesmo. Ele parece agir sem

“Não acredito que o pior já passou. O país continua dependente, estagnado e paralisado”

refletir, adotando o fundamentalismo dogmático da sua equipe econômica. Estes burocratas são talvez os últimos exemplares no mundo que acreditam no chamado mercado livre, desregulado.

Essa equipe econômica, com todo o respaldo do presidente, fez o que bem quis nos últimos cinco anos. Se algo dava errado, a culpa não era sua ou do seu diagnóstico, mas sim da classe política, do povo brasileiro, dos “vagabundos”. Portanto, associando à excessiva autoconfiança do presidente, o fundamentalismo desta equipe resultou na perda de graus de liberdade e autonomia do país. Hoje, de fato, o Brasil tem pouca margem de manobra, tantos são os compromissos assumidos lá fora.

Está havendo um processo de desconstrução nacional e o governo não tem mais controle sobre ele. Ele a iniciou e quem apresentasse qualquer crítica era ignorante, fracasso-maníaco, atrasado. Ao longo do tempo, tornou-se marionete desse processo; não manipula, é manipulado. Daí a total submissão aos interesses estrangeiros. Nunca vi um governo tão deslumbrado, tão caipirantemente fascinado, tão subserviente, tão inseguro diante dos poderosos e tão arrogante com o seu povo como o atual.

E não faltaram avisos sobre a tragédia. Só que esses burocratas são arrogantes, não levaram em conta os vários indicadores negativos. E chegamos ao ponto em que o país vive o período mais vulnerável da sua história. Aquela entrevista do Malan com o Candessus (chefe do FMI) foi uma coisa triste, deprimente. Isso não acontece em nenhum país com um pouco mais de pudor. O Brasil, com todo o seu potencial, não pode permitir certas vergonhas.

Mas o governo afirma que o Brasil

hoje é mais respeitado no mundo, que aumentou o fluxo de capitais e que seu povo vive melhor ...

Há vários modos de discutir estatísticas. É evidente que a redução da taxa inflacionária foi benéfica. A questão é: essa era a única forma? Todos os países avançados defendem a sua moeda, ninguém quer a inflação. Mas eles não deixam de ter um certo colchão social. O governo brasileiro acabou com todas as

“Nunca vi um governo tão inseguro diante dos poderosos e arrogante com o seu povo”

formas de proteção social. O povo não tem direito à cidadania. É até difícil protestar, lutar. Para as pessoas do andar de baixo, o custo de não ter sucesso em alguma demanda não é custo zero. Você fica pior do que antes. Isso é um complicador para a esquerda mobilizar o povo.

O senhor tem tratado bastante da questão da democracia. O governo FHC é autoritário?

Sem dúvida. Ele não tolera a oposição, tenta desmoralizá-la, não aceita opiniões divergentes. É um governo vingativo, que persegue os que contestam. No aparelho de Estado, o medo é generalizado. Nunca vi tanto pavor de divergir, até mesmo no regime militar. Antes alguns institutos eram centros de contestação, tinham certa autonomia

até para servir de contraponto. Hoje, não há espaço para a crítica. É um governo mesquinho, persecutório, que conta com a inédita unanimidade da mídia.

Embora não tenha provas materiais, conheço *papers* elaborados em órgãos governamentais que não podem circular. Pessoas são advertidas e, depois, deslocadas para outro setor. Já a universidade foi calada. O Brasil levou uns 15 anos para construir uma comunidade científica relevante na América Latina e agora o governo a destrói em poucos anos. Então o que se vê é a estagnação, o marasmo. O governo não precisa de um Ato Institucional do regime militar, pois existe a cassação branca. As pessoas foram cassadas, não tem onde manifestar suas divergências.

Quando o governo diz que a oposição não tem alternativas e a imprensa repete em seus editoriais, ambos sabem que estão mentindo. A oposição tem projetos que não acabam mais, só que eles são engavetados. Imperam as medidas provisórias; ou o governo pede urgência para seus projetos e fura a fila. O Legislativo só legisla sobre projetos do Executivo. Quer mais autoritarismo do que isso? Esse processo é até legal, mas se a lei é usada com radicalismo você acaba no autoritarismo.

Agora o governo fala em agilizar a reforma política no país. Diz que pretende implantar o voto distrital misto e a cláusula de desempenho. Qual a sua opinião sobre estas propostas?

Essa ofensiva faz parte de uma campanha internacional e tem várias facetas. Em primeiro lugar, é puro diversionismo. É sabido que os problemas principais do país - dívida, desemprego, recessão - não

“A cláusula de desempenho e o voto distrital misto visam reduzir a

dependem do sistema eleitoral ou partidário. Esses sistemas nunca tiveram influência nos ciclos de crise do capitalismo. O Fernando Henrique faz esse jogo diversionista desde a primeira reforma constitucional, quando disse que a questão da navegação de cabotagem era o mais grave problema do país. Foi montada uma parafernália na mídia, a reforma foi aprovada e o Brasil continuou a deriva.

Em segundo lugar, a reforma política faz parte da estratégia dos conservadores para reconcentrar o poder no Brasil. Ela é apresentada por uma oligarquia temerosa de enfrentar a democracia de massa. Seu desejo é reduzir a competição, eliminar a capacidade da povo de escolher seus representantes. Quanto à cláusula de desempenho, não vejo problema se deixarem de existir partidos como o PTN ou PTR, que não têm nenhuma significação ideológica. Seria até bom para o sistema eleitoral.

O problema é que a cláusula de desempenho visa acabar com os partidos que representam correntes de opinião. Eles não teriam mais representação, seriam partidos de segunda classe, sem direito à liderança, a gabinete, a qualquer estrutura. Isto é um desrespeito ao cidadão que votou por acreditar nestas opiniões. A cláusula, com o número mágico de 5% dos votos, atingiria a oposição, que já é minoritária. Você não teria a representação do PCdoB e nem do PSB; o PDT escapou por pouco, mas ninguém garante na próxima eleição. O governo não se importa com os partidos fisiológicos. Se desaparecerem, os parlamentares engrossarão as outras legendas governistas. Seu objetivo é acabar com os partidos de opinião e prejudicar a oposição.

Já o voto distrital misto vai no mesmo rumo. Ele reduz a competição política. Como é conhecido na literatura, até pelos defensores deste modelo, ele de fato é menos representativo do que o sistema proporcional. Reduz a possibilidade de escolha do eleitor. Essa história de que ele dá maior governabilidade e agilidade não está provada. Os países nórdicos, por exemplo, adotam há décadas o sistema de representação proporcional e são as democracias mais estáveis do mundo.

O próprio termo voto distrital misto é errado e induz a erros. Hoje a eleição já é distrital, dentro de um Estado, só que o voto é proporcional. Na verdade, o que se quer é a adoção do voto majoritário para o Legislativo. Com isso, o que vinga é o poder econômico e a visão paroquiana. Os partidos de opinião, que disputam no conjunto da sociedade, são prejudicados. Há vários estudos internacionais que comprovam as distorções causadas

pelo voto majoritário. Na Inglaterra, por exemplo, ganha força o movimento pelo voto proporcional. Mesmo nos EUA, crescem as críticas ao voto distrital.

Para concluir, quais são as suas perspectivas para o futuro do Brasil?

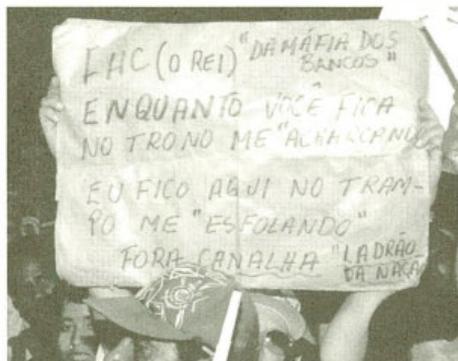
Do ponto de vista econômico, não são nada boas. As classes subalternas vão sofrer mais ainda. Politicamente, penso que os conservadores estão em declínio e vão perder a próxima eleição presidencial. A partir daí, o jogo muda de figura. Eu já apostei nisto e dou minha cara a tapa. Isto porque a crise está atingindo um ponto insustentável e o Executivo não conseguirá mais recuperar o terreno. O tempo deles acabou. Além disso, o eleitorado brasileiro é oposicionista. Quem foi eleito e reeleito foi o Real, não o Fernando Henrique. Na medida que a inflação baixa vira hábito, ela não serve mais como trunfo eleitoral. Para o povo, será uma simples obrigação do governante.

E qual o papel que o movimento social, a luta dos trabalhadores, joga neste processo?

Penso que é um papel de pedagogia política, que não pôde parar. É preciso que o movimento social faça muito barulho, que ajude a acordar a vasta classe média brasileira. Ela não é reacionária e nem revolucionária, mas para onde ela pende, as coisas mudam. Não acredito que os trabalhadores vão conseguir, a curto prazo, grandes coisas em termos materiais. O movimento sindical vive uma fase de dificuldade, perdendo sua capacidade de revidar aos ataques. A situação é adversa e a luta, com o crescente desemprego, é difícil. As melhorias econômicas só ocorrerão com mudanças no rumo do país.

Altamiro Borges é jornalista e membro da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

“Ele não precisa do Ato Institucional do regime militar, porque existe a cassação branca”



competição política e enfraquecer a oposição”

MARCIO POCHMANN

A nova ordem econômica mundial e o desemprego

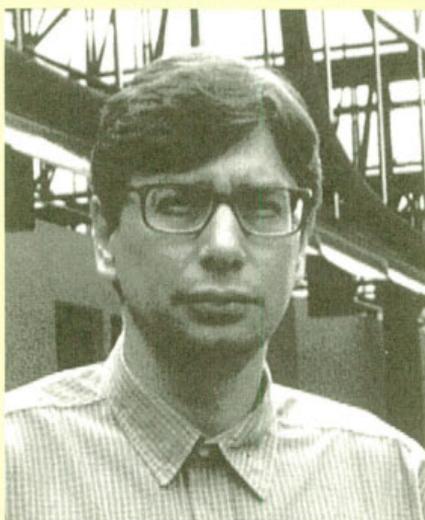
Uma nova ordem econômica está em construção no mundo moderno. Ela pode não ser ainda tão clara, mas há sinais suficientes para distinguir seus efeitos entre os poucos países que conformam o centro do capitalismo e o conjunto restante que constitui a grande periferia mundial.

Três são os elementos básicos que fundamentam esta nova ordem: a *revolução tecnológica* que centraliza o poder econômico global nas poucas e grandes corporações transnacionais; as *políticas neoliberais* que subordinam os países periféricos a apenas três moedas de curso internacional (dólar, euro e iene); e o *poder militar* que, através da OTAN, exerce a nova função de polícia do mundo.

Neste final de século, poucas são as economias nacionais com capacidade de participar do forte e concentrado processo de *inovação tecnológica* que se localiza nas grandes corporações. Sem regulação, a concorrência internacional faz com que várias nações sejam excluídas do espaço econômico de produção e distribuição de riqueza.

UMA NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

O elevado grau de concentração da produção no centro do capitalismo mundial ocorre apesar das baixas taxas de crescimento econômico, com múltiplas formas de valorização financeira do capital e elevada instabilidade das finanças



Em 1998, 86% do desemprego estava concentrado nos países periféricos

governamentais. Os ganhos de produtividade existentes são, na sua maioria, absorvidos por uma parcela restrita de países, principalmente naqueles em que operam as matrizes das corporações transnacionais.

Na realidade, assiste-se ao curso de uma outra divisão internacional do trabalho que faz com que a produção, com elevado conteúdo tecnológico, maior valor agregado e geradora de empregos modernos, seja de responsabilidade dos países ricos. As nações periféricas, além de dependentes dessa produção moderna, estão subordinadas à dinâmica comercial internacional, por intermédio da necessidade de exportação de produtos primários ou, no máximo, de bens manufaturados com baixo conteúdo tecnológico, menor valor agregado e gerador de empregos precários.

Atualmente, com o predomínio das políticas neoliberais que decorrem do chamado Consenso de Washington, as nações periféricas

estão submetidas a programas de ampla abertura comercial e de desregulamentação dos seus mercados financeiros e de trabalho. Com isso, apresentam indicadores de retrocesso produtivo e social, principalmente com maior dependência das importações e do ingresso de capitais internacionais. Tornam-se mais facilmente vinculadas a uma das três moedas de curso internacional.

DESEMPREGO AUMENTA NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

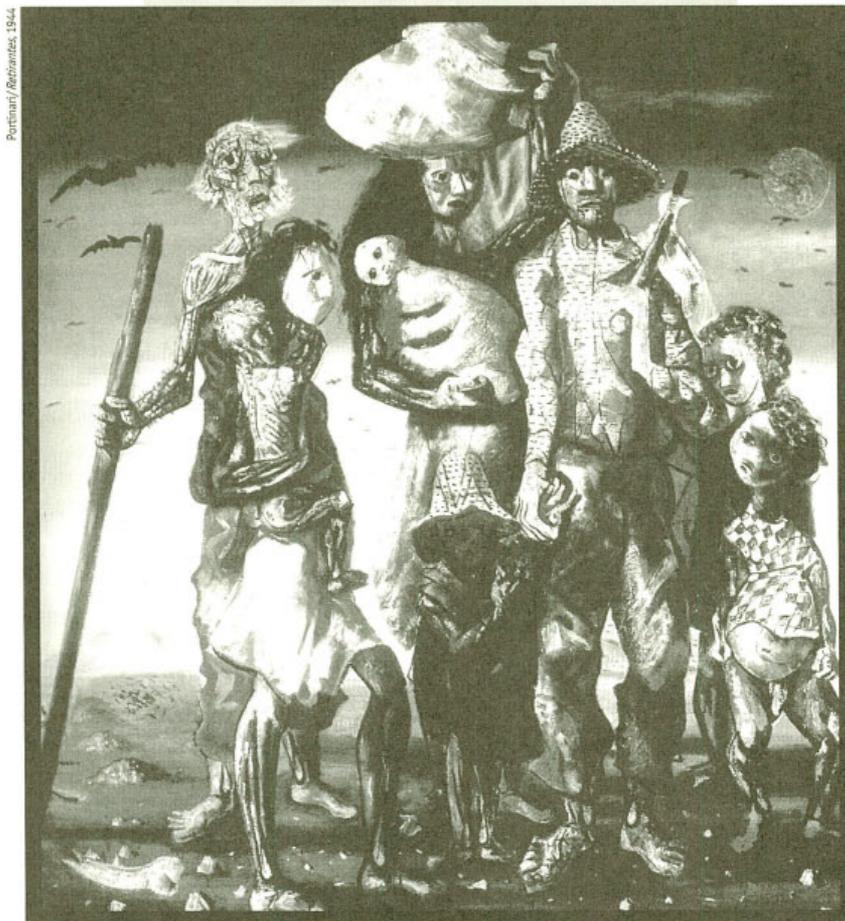
As nações pobres passam a ser cada vez mais associadas ao crescimento do desemprego e da pobreza mundial. Em 1998, por exemplo, 86% do desemprego mundial estava concentrado nos países periféricos, enquanto em 1979 era de 2/3. Para melhor precisar o que isso representa, deve-se acrescentar que nas duas últimas décadas, o desemprego mundial foi multiplicado por 3,3 vezes.

Neste contexto de agravamento do quadro socio-econômico para a maior parte das economias subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, o fato de o poder policial passar a ganhar maior evidência não representa uma novidade. As forças armadas das nações periféricas se tornaram praticamente inexistentes, compelidas pelos programas de contenção orçamentária do FMI.

Com isso, o trabalho da OTAN passou a ganhar maior centralidade nas agendas dos governos dos países ricos. Agora deve exercer crescentemente o papel de polícia do mundo, não apenas para o controle de distintas revoltas internas nos países pobres, mas principalmente para sustentar a construção de uma nova ordem econômica mundial.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia da Unicamp/SP. E-mail: pochmann@eco.unicamp.br

O pior já passou?



Portinari/ Retornados, 1944

Depois do furacão que atingiu o Brasil em janeiro, com a eclosão da violenta crise econômica decorrente da desvalorização do

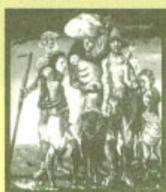
Real, e o aumento dos sintomas de uma crise político-institucional, agora o governo e a mídia tentam vender a idéia de que “o pior já passou”. Até mesmo as amargas

FMI, desnacionalização, recessão, desemprego, salário de fome ... mas o governo diz que o pior já passou. Dá para acreditar?

ALTAMIRO BORGES

metas fixadas pelo acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), acertado em dezembro e revisado em março passado,

foram repentinamente retocadas num clima de radiante otimismo. Num passe de mágica, da noite para o dia, parece que o país saiu do inferno e já se encontra no paraíso.



Cínico, FHC afirma que a crise “afetou um pouquinho o país”

Em sua recente excursão pela Europa, o presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a afirmar que o país não só “evitou a catástrofe”, como já “botou a economia nos trilhos”. Quanto às metas do FMI para 1999, que ele mesmo havia assinado pouco tempo antes, negou uma a uma. Sobre a queda do PIB, estimada entre 3,5 e 4%, comentou em tom de brincadeira: “Digamos que o crescimento será zero. Ou talvez algo positivo”. Sobre a inflação, prevista pelo FMI em 16,8%, disse: “Alguém poderia se aventurar a predizer a inflação de um dígito”. Já de volta ao Brasil, FHC teve o desplante de afirmar que a crise econômica só “afetou um pouquinho o país”.

Na mesma toada, embora mais cautelosa, sua equipe econômica repete o discurso otimista. Arminio

Fraga, o ex-funcionário do megaspeculador George Soros, que hoje comanda o Banco Central, acredita que a queda do PIB não supera os 2% e que a inflação fique por volta de 11%. Já Roberto Borges Martins, novo presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Ministério da Fazenda, está empolgado: “Dos países que sofreram ataque especulativo sério, o Brasil foi o que se saiu melhor e mais depressa; o pior já passou”. Provocador, acrescenta: “Quem apostou em derrocada e concebeu sua atuação política a partir dela deu com os burros n’água”.

O próprio FMI, já acostumado com as vergonhosas gafes nas suas previsões, também abrandou suas

metas. Stanley Fischer, o segundo homem da instituição, comentou: “Fomos pessimistas demais em relação ao Brasil. Há sinais de que a recuperação será mais rápida”. Animado com a subserviência de FHC, explicou: “Tudo o que estava previsto foi feito: o governo aprovou a CPMF, corrigiu o preço da gasolina e tomou a decisão correta na questão dos salários, o que reduziu o risco da indexação”. Mas, cauteloso, criticou o “otimismo exagerado”. Para o FMI, o governo não pode ser complacente, “nem com as demandas sociais”, e deve agilizar as reformas neoliberais.

OTIMISMO LEVIANO

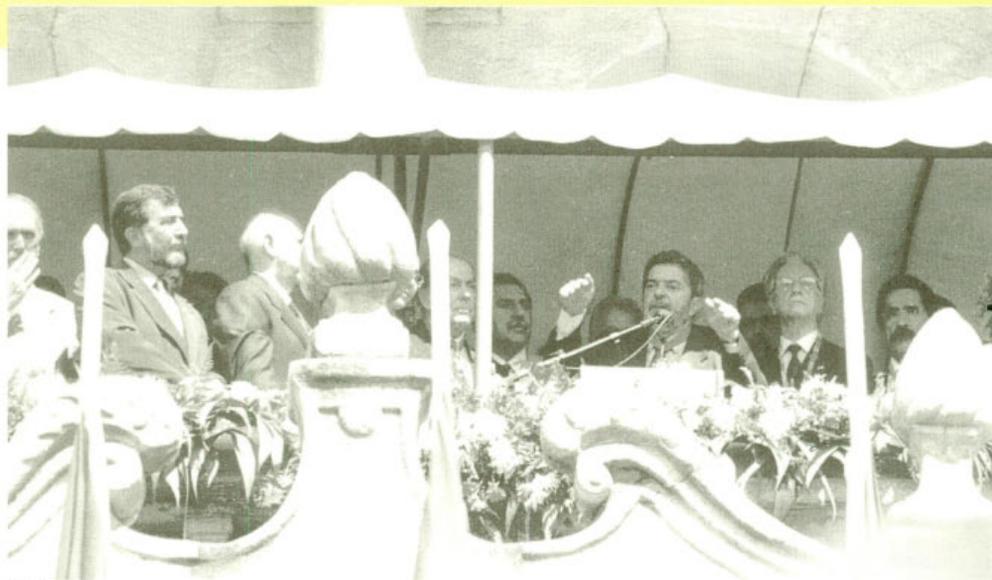
Mas será que toda esta aparente

CRISE DOS ESTADOS

Redução das receitas e aumento das despesas acirram os conflitos entre FHC e os governadores

O segundo mandato de FHC teve início com a eclosão da chamada “crise dos Estados”. A moratória de Minas Gerais e a reunião dos governadores de oposição assustou o Planalto. Usando a tática do “bate e assopra”, FHC conseguiu abortá-la. Agiu com truculência, bloqueando a receita mineira, e procurou seduzir parte dos governadores com promessas vagas. A oposição, neste caso, perdeu uma oportunidade histórica para questionar a aplicação do projeto neoliberal.

Mas o problema não está resolvido e promete novos confrontos. O que Itamar Franco



Maurício Moraes

fez foi por o dedo numa ferida que expõe a gravidade da crise brasileira. Nos últimos anos, o Planalto golpeou o “pacto federativo”, reduzindo a arrecadação dos Estados e municípios e elevando as suas despesas. Tudo visando reforçar o caixa central para saldar os compromissos externos.

A redução das receitas deu-se através da Lei Kandir, que isentou do ICMS os produtos exportados;

do FEF, que desvinculou os recursos do orçamento federal que deveriam ser transferidos às áreas sociais; e do Fundef, que desobrigou a transferência de recursos à educação. FHC também elevou as contribuições sociais, como a CPMF, que não são repartidos com os Estados - diferentemente dos impostos. Tudo contrariando a Constituição.

Quanto ao aumento das

euforia tem fundamento? O pior realmente já passou? Para boa parte da opinião crítica do país, que infelizmente não tem acesso à mídia, nada justifica essa aposta otimista. O Brasil continuaria extremamente vulnerável, dependente do capital especulativo e sem qualquer proteção diante da instabilidade financeira internacional. Mesmo as medidas tomadas após o fim da “âncora cambial” não teriam consistência isoladamente. O país estaria descarilado, mais próximo do precipício. Além disso, o governo teria perdido toda a capacidade de definir políticas macroeconômicas, tornando-se uma mera filial do FMI - que é quem de fato manda hoje no país.

Essa análise crítica não parte apenas dos setores de esquerda. Rubens Ricupero, no seu privilegiado posto de secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o

despesas, ela se deu principalmente através da alta dos juros. O pagamento das dívidas tornou-se inviável. Entre 94/98, a dívida de Minas Gerais passou de R\$ 10,2 bilhões para R\$ 20,8 bilhões; a do Rio Grande do Sul, de R\$ 3 para R\$ 8 bilhões. Mesmo a de São Paulo, apesar das medidas destrutivas do governo Covas, pulou de R\$ 41,5 para R\$ 61,5 bilhões. Além disso, a recessão imposta por FHC reduziu a arrecadação dos Estados, estimulou a sonegação e a inadimplência e deflagrou uma insana guerra fiscal - minando os cofres públicos.

Diante desse caos, a declaração de Roberto Magalhães, prefeito de Recife e quadro do PFL, não surpreendeu: “O único ajuste que resta ser feito é degolar os aposentados e matar os funcionários públicos. Quero que a União tire a mão do bolso de Recife”. Apostando na radicalização do quadro político, Itamar Franco comprou a briga; outros vacilaram. Mas o tiroteio deve continuar.

Desenvolvimento (Unctad), é uma das vozes destoantes. Irônico, afirma: “O pior já passou porque tudo o que tinha de ser contaminado já foi. Mas isso não significa que o doente esteja recuperado”. Para ele, é pura leviandade falar em recuperação da economia só porque o país voltou a se endividar no mercado externo. “A crise só será superada quando os países em desenvolvimento voltarem a reduzir o fosso que os separa dos países industrializados em termos de crescimento”. Na sua avaliação, o Brasil teria que crescer a uma taxa média de 6% ao ano para de fato sair do profundo buraco da crise.

Com as atuais previsões de queda no PIB - seja de 4%, de 2% ou mesmo de “zero” -, ele continuará a deriva. Para Ricupero, quem ganha com a orientação recessiva aplicada nos países dependentes são as grandes potências capitalistas. Ele lembra que estas elevaram em 5% a sua participação no comércio mundial em decorrência da estagnação dos “países em desenvolvimento”. Não é para menos, explica Ricupero, que ocorre uma injeção de consumo nos EUA - que aumentou em US\$ 370 bilhões entre 97/98. E esse “fosso” não pára de crescer. Enquanto as potências capitalistas cresceram em média 2,3%, em 98, os tais “emergentes” tiveram um crescimento medíocre de 0,4%.

Mesmo os fatores apontados como sintomas de recuperação são duvidosos. A inflação, apesar do susto inicial, só não estourou devido à brutal retração do consumo. Já o retorno dos investimentos externos, que daria maior fôlego à economia, não deve tranquilizar ninguém. Segundo dados do próprio Banco Central, até final de abril o que havia era o aumento do fluxo de capitais voláteis, via aplicações nas bolsas. Isto só confirma as projeções do Institute of International Finance (IIF), que representa os conglomerados transnacionais, para quem os investimentos diretos na América Latina devem cair de US\$ 85 bilhões, em 98, para US\$ 66



O NÓ SALARIAL

Logo após a desvalorização do Real, o maior pavor do governo passou a ser com a volta da inflação e, principalmente, com a retomada da luta dos trabalhadores pela reposição salarial. O próprio FMI previu uma inflação de 16,8% no ano. Imediatamente, governo e mídia ergueram barricadas contra o novo satã: a indexação. É como se a “âncora cambial” fosse substituída pela “âncora salarial”. Com a brutal retração da economia, entretanto, os preços até agora não dispararam. Mas a inflação continua na espreita! Em abril, já em clima de otimismo, a Fipe projetou uma taxa de 7%.

Seja qual for o índice, o certo é que a luta pela reposição já anima várias campanhas salariais. A CUT reivindica 10% de reajuste imediato e mais reposição automática, o gatilho, quando a inflação acumular 5%. Até a Força Sindical, que decidiu “dar uma trégua ao governo”, diz defender o gatilho nos 10%. O nó salarial inclusive pode ter sido o principal responsável pelos ataques ao Poder Judiciário - via a CPI de ACM. O TST chegou a propor a concessão de um abono de emergência.

A questão esquentou mais ainda em maio, com o anúncio do reajuste no salário mínimo - que passou de 130 para R\$ 136. Segundo o Dieese, para cobrir as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas, ele deveria ser de R\$ 892. Desemprego e inflação, com salários congelados, sempre foram ingredientes inflamáveis na história da luta dos trabalhadores.



O PESO DA DÍVIDA EXTERNA

Esquecida durante algum tempo, a questão da dívida externa ressurgiu no cenário nacional. E não é para menos. Afinal, o Brasil país encontra-se em estado de insolvência. A dívida, que no início do primeiro mandato de FHC, em 94, era de US\$ 146 bilhões, saltou para US\$ 235 bilhões. Já o débito das empresas privadas, em particular com as matrizes no exterior, pulou de US\$ 50 para US\$ 140 bilhões - e, no geral, estes custos tem sido estatizados.

A dívida externa é o calcanhar de Aquiles deste governo. Para saldar os compromissos externos, ele reduz investimentos, aprofunda a recessão e entrega o patrimônio público. Só que o morcego é insaciável! Entre 89/97, o país desembolsou US\$ 216 bilhões para pagar juros e amortizações ... só que ainda deve US\$ 235 bilhões.

bilhões neste ano; enquanto haverá um aumento desproporcional dos fluxos financeiros. Desta forma, o país ficaria ainda mais vulnerável às crises externas, já que os dólares podem ser repatriados rapidamente.

Além desses problemas de fundo, que ofuscam as versões otimistas, as medidas alardeadas como salvadoras da pátria também são uma incógnita. Uma delas, a da elevação das exportações, que ajudaria a equilibrar as contas do país, até agora não se confirmou. Em abril, o Brasil exportou US\$ 3,70 bilhões - 19% a menos do que em igual período de 98. Por um lado, porque o mercado mundial está desaquecido. O próprio FMI projeta um aumento de apenas 3,8% no comércio internacional em 99 - um terço do verificado em 97. Por outro, porque a destruição do parque produtivo, promovida por FHC, cobra seu preço. Ela prejudica a exportação dos produtos industrializados, restando apenas os

Apenas em 98, foram US\$ 16 bilhões de juros - o equivalente ao orçamento do Ministério da Saúde. Hoje cada brasileiro já nasce devendo US\$ 1,3 mil.

Além disso, ela alimenta a dívida interna - que saltou de US\$ 62 para US\$ 500 bilhões. O governo obtém dólares para pagar os credores externos via novos empréstimos, com a atração do capital especulativo, que busca as altas taxas de juros. Desta forma, para tapar um buraco, ele abre outro!

A questão é tão grave que o papa João Paulo 2º lançou a campanha Jubileu 2000, que pede o perdão das dívidas dos países pobres. Já no Brasil, o tema volta a esquentar. No final de abril, o Tribunal da Dívida Externa, promovido pela CNBB, MST e várias entidades, decidiu lutar pela ruptura do acordo com o FMI e pela moratória, entre outros pontos aprovados pelos 1.200 presentes.

de baixo valor agregado. Além disso, existe a enorme carência de linhas de crédito.

ESTRAGO CONSUMADO

Mas mesmo que surgissem algumas fagulhas de recuperação, não haveria motivo para tanta euforia. Isto porque os estragos provocados pela política econômica do governo são enormes. Neste longo período de selvageria neoliberal, o país foi quase que totalmente destruído. O colapso do início do ano só foi a gota d'água. Prova disso é que o Brasil deve perder o seu lugar de oitava economia no mundo para o Canadá e/ou Espanha. Segundo o Conselho Federal de Economia, o valor em

dólares do PIB cairá neste ano de US\$ 788 para US\$ 574 bilhões, o que representa uma redução de 27% na riqueza nacional - decorrente da recessão prolongada e da desvalorização do Real de 20 a 25%.

Só com a maxi-desvalorização em janeiro, o país teve um prejuízo de R\$ 102 bilhões, o equivalente a quase cinco vezes a receita obtida com a privatização da Telebrás. Não é para menos que cresce assustadoramente a dívida interna do país. Ela pulou de R\$ 388 bilhões em dezembro, para R\$ 500 bilhões em fevereiro passado. Somando-se à dívida externa, que já atinge US\$ 235 bilhões, o Brasil encontra-se em estado de insolvência. Para usar uma expressão popular, está "pendurado na brocha", totalmente vulnerável. Qualquer novo ataque especulativo seria fatal à nação brasileira.

"O governo devia aprender com os acontecimentos de janeiro e fevereiro, e rever a sua postura de endividamento. Não dá para ficar nas mãos do FMI. É urgente a criação de uma política de desenvolvimento mais independente", opina Luiz Inácio Lula da Silva, dirigente do PT, hoje mais atento para os efeitos perversos da desnacionalização da economia.

Para ele, o país está falido. "O governo construiu uma dívida monstruosa. FHC não tem ativo, só passivo. Dizer que a volta do capital externo é boa não resolve nada, porque nós sabemos o que esse dinheiro de curto prazo faz".

Na mesma linha

de raciocínio, a economista e ex-deputada Maria da Conceição Tavares, adverte: "Temo que, além de mais uma crise, estejamos assistindo, pela primeira vez na história moderna do Brasil, a uma verdadeira 'desconstrução' nacional". Isto ocorreria porque, "segundo caninamente os conselhos do FMI, o

"Governo construiu dívida monstruosa. Ele não tem ativo, só passivo", diz Lula

presidente e sua equipe econômica conduziram o país a um endividamento interno e externo explosivos. A dívida interna cresceu mais de 400% em quatro anos. Do lado externo, a conta de capital, que foi por muito tempo sua menina dos olhos, transformou-se num fantasma, assombrando o cenário pela magnitude dos vencimentos de curto prazo”.

FUTURO SOMBRIO

E o mais preocupante é que, com o forte abalo do início do ano, o governo FHC optou por reforçar sua orientação recessiva e entreguista. Enrijeceu ainda mais a sua postura neoliberal. Conceição Tavares lembra que o acordo com o FMI determina que se acelere o processo de desnacionalização. “Ele promete, ainda para 1999, mais US\$ 26 bilhões em privatizações. A ousadia da promessa, tendo em vista que pouco sobrou do patrimônio público para ser alienado, fez com que o presidente do PFL, o senador Jorge Bornhausen, afirmasse, para espanto de muitos, que, dada a sinuca de bico em que o governo se encontrava, a única saída seria privatizar a Petrobrás e o Banco do Brasil”.

César Benjamin, conceituado estudioso das questões nacionais, avalia que está em andamento, nos bastidores, um “plano Real 2” - uma conspiração para destruir totalmente a soberania do país. Este novo plano implicaria em três mudanças drásticas: a dolarização aberta ou disfarçada da economia; a privatização do que resta de estatais rentáveis; e o abandono do Mercosul, com a aceitação passiva da hegemonia norte-americana no continente, através da Alca. Se o Real-2 realmente estiver em fase de implementação, como aposta Benjamin, “o Brasil deixará de contar com as instituições e os instrumentos mínimos necessários para elaborar qualquer projeto próprio”. Seria um triste regresso à época das colônias, com o país

virando uma filial de segunda classe do Banco Central dos EUA.

Apesar do prognóstico parecer apocalíptico, catastrofista, existem fortes indícios a confirmá-lo. O próprio diretor-gerente do FMI, Michel Candessus, revelou a existência de um acordo prevendo a privatização da Petrobras e do BB. Já o subsecretário do Departamento de Estado dos EUA, Peter Romero, confirmou recentemente que seu governo deseja a dolarização e a subordinação à Alca (Área de Livre Comércio das Américas). “Acho que a dolarização é inevitável”. Quanto à Alca, disse que as recentes crises cambiais fragilizaram o Mercosul. “O Brasil quer consolidar o Mercosul e depois negociar com os EUA como bloco. Não sei se o comércio exterior funciona desta forma”.

De qualquer maneira, o processo de “desconstrução” já se encontra em ritmo acelerado. A abertura criminosa das importações, os juros estratosféricos, a redução dos investimentos, a privatização do patrimônio público, etc., estão levando à desintegração do país. A desnacionalização já atinge o grosso do parque industrial brasileiro e contaminou até mesmo o setor bancário. Na opinião do economista Paulo Nogueira Batista Jr., “quando, daqui a 20 ou 30 anos a década de 90 for objeto de debate, creio que o plano Real será visto como parte de algo maior: um processo de inserção do Brasil, de forma mais profunda, na *Pax Americana*, numa condição de nação subordinada”.

CUSTOS SOCIAIS

Isto para não falar nas tais “demandas sociais” - que não estão na agenda do FMI nem do governo. O desastre causado neste terreno não tem paralelo na história. Segundo a mais recente pesquisa do Dieese/Seade, o desemprego em março bateu novo recorde na região metropolitana de São Paulo, atingindo 19,9% da PEA (População



ACORDO FALIDO

Bem que o governo FHC apostou suas fichas no acordo das montadoras. Em troca da redução do IPI, o imposto federal, e mesmo do ICMS de alguns Estados, elas não reajustariam os preços dos veículos por 60 dias e manteriam o nível de emprego por 90 dias. Com isso, o governo conseguia uma trégua com setores organizados do movimento operário e continha a alta da inflação. Enfim, ganhava mais fôlego!

É certo que o acordo reduziria a arrecadação do Estado. Segundo a Receita Federal, o país deixou de arrecadar aproximadamente R\$ 50 milhões entre março e abril - uma queda de 29% em relação ao mesmo trimestre de 98. Mas para FHC isto é detalhe, já que ele defende o tal “Estado mínimo” e pouco se importa com a queda dos investimentos públicos, principalmente nas áreas sociais.

Mas a “paz” não durou muito tempo. Em 4 de maio - 11 dias antes do fim da vigência da redução do IPI -, as montadoras anunciaram um reajuste de 9,98% no preço dos veículos. Apesar das vendas em março terem crescido 122% em relação a fevereiro, elas preferiram romper o acordo. Depois da bonança, às custas do Estado, veio a tempestade. Elas agora já falam em novas demissões no setor.

Temendo as conseqüências, os metalúrgicos do ABC paulista paralisaram as atividades nas quatro montadoras (Volks, Ford, Scânia e Mercedes) e realizaram uma passeata com 15 mil participantes. Luiz Marinho, presidente do sindicato, agora até fala em greve por tempo indeterminado.



Desemprego bate recorde e rendimentos continuam em declínio

Economicamente Ativa) - o que equivale a 1,726 milhão de vítimas. Nos cinco anos do Real (julho/94), só a indústria paulista perdeu 553 mil postos de trabalho - 25,64% dos empregos existentes. Nenhum otimismo palaciano consegue escamotear essa tragédia.

Segundo Marcio Pochmann, economista da Unicamp, nunca o Brasil viveu uma fase tão regressiva nas relações de trabalho. Além do desemprego, cresce o desassalariamento absoluto, fato também inédito na história, e a precarização do trabalho. "Entre 40/80, a cada dez postos de trabalho gerados no Brasil, oito eram assalariados e sete tinham carteira assinada. Agora, oito desses postos são não-assalariados e os outros dois são sem-carteira". O quadro é dramático. Hoje o Brasil é o quarto país do mundo em volume de desempregados - em 86 ele ocupava o 13º lugar neste ranking deprimente.

E a tendência, garante Sérgio Mendonça, diretor do Dieese, é a do agravamento deste quadro. "A renda e o nível de emprego estão caindo, o que deve provocar novo aumento do desemprego em maio". Nada animado com as perspectivas, ele lembra ainda que a renda dos trabalhadores continua em declínio. Em fevereiro, o rendimento médio dos "ocupados", assalariados ou por conta própria, caiu mais 2%. Daí ter soado como provocação o reajuste de 4,61% no salário mínimo - que passou de 130 para R\$ 136. É só lembrar que 14,4 milhões de trabalhadores vivem com um salário mínimo, ou menos; e que 12 milhões de aposentados recebem este piso.

Isto para não falar dos setores da sociedade já excluídos do mercado de trabalho e de consumo. O próprio Banco Mundial calcula que para cada 1% de queda no PIB, cerca de 1 milhão de pessoas são jogadas abaixo

CRASH NOS EUA?

Um pesadelo atormenta os neoliberais tupiniquins desde maio. Alan Greenspan, o todo-poderoso presidente do Fed (o banco central dos EUA), voltou a alertar para os graves desequilíbrios da economia americana, que podem pôr "fim a longa trajetória de crescimento forte". O investimento industrial está em queda e aumenta o déficit comercial, que deve ultrapassar os US\$ 200 bilhões em 99. Já a dívida externa bate recordes, atingindo US\$ 2 trilhões.

Diante dessa "exuberância irracional", segundo o próprio Greenspan, crescem os boatos sobre uma fredda brusca no país. Em caso de crasch, toda a economia mundial será afetada. "Seria um desastre internacional", comenta o deputado conservador Delfim Neto. A economia brasileira, totalmente dependente dos EUA, entraria em parafuso.

Hans-Jürgen Burkard



O Banco Mundial calcula que mais 3 milhões devem ficar abaixo da linha de pobreza

da linha de pobreza. Shahid Burki, vice-presidente desta instituição, avalia que existam hoje no Brasil cerca de 15 milhões de pessoas nesta situação - que vivem com apenas US\$ 1 por dia; outros 15 milhões recebem menos de US\$ 2. Para ele, se a recessão neste ano for de 3%, o número dos que vivem abaixo da linha de pobreza aumentará em mais 3 milhões de pessoas.

Nesse sentido, não é exagero afirmar que governo FHC promove um verdadeiro genocídio. Esta política criminosa fica patente em todos os seus atos. Não é preciso nem analisar em profundidade a lógica perversa do ajuste neoliberal. Basta lembrar o corte de R\$ 900 milhões nos gastos sociais previstos no orçamento federal de 99; ou se indignar com a recente denúncia do jornalista Aloysio Biondi, de que o atraso em 70 dias no envio das cestas básicas ao interior de Alagoas resultou num índice de 370 crianças mortas para cada mil nascidas em janeiro. Em Niger, país africano recordista neste quesito, o índice é de 191 crianças mortas para cada mil nascidos!

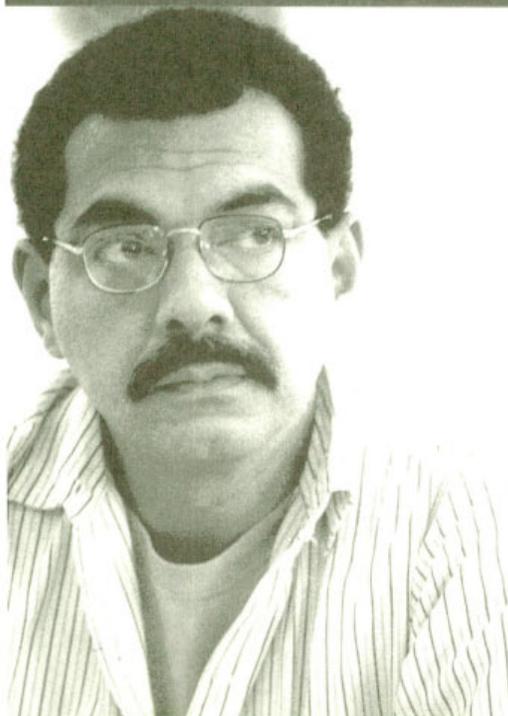
Como se observa, do ponto de vista do povo brasileiro, "o pior não passou". Muito pelo contrário. A persistir a atual política recessiva e entreguista, marcadamente neoliberal, a tendência é a da piora acelerada - com a desconstrução nacional e a barbárie social. A única fonte de otimismo realmente existente é que o governo FHC enfrenta cada vez maiores entraves para impor essa orientação genocida e que aumentam os sintomas de resistência dos trabalhadores brasileiros (vide matéria na página 4). Só com mudanças profundas nos rumos políticos e econômicos do país, com o fim do governo FHC, será possível apostar num Brasil mais justo, soberano e democrático.

Altamiro Borges é jornalista, membro da coordenação nacional do CES. E-mail: aaborge@ibm.net

COM AS TURBULÊNCIAS POLÍTICAS QUE ABALAM O GOVERNO, DECORRENTES DA FALÊNCIA DO PLANO REAL E DAS CRESCENTES DIVISÕES DO BLOCO NO PODER, OS SETORES DE OPOSIÇÃO DISCUTEM QUAL A TÁTICA MAIS AJUSTADA NA ATUAL CONJUNTURA. TODOS CONCORDAM QUE É PRECISO DERROTAR FHC E SEU PROJETO NEOLIBERAL. MAS AINDA NÃO HÁ CONSENSO SOBRE O CAMINHO A SEGUIR. VISANDO ESTIMULAR ESSA REFLEXÃO, A REVISTA *DEBATE SINDICAL*, QUE SEMPRE SE PAUTOU PELO ESTÍMULO À POLÊMICA FRANCA E FRATERNAL, ABRIU SUAS PÁGINAS PARA LIDERANÇAS DAS TRÊS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS INTERNAS DA CUT. A PERGUNTA FOI SIMPLES: COMO ENFRENTAR O GOVERNO FHC?

COMO ENFRENTAR O GOVERNO FHC

SÉRGIO BARROSO



R. Parati

**O plano Real
faliu e crescem
os sintomas de
isolamento do
governo FHC.
O cenário
nacional é tenso
e pode gerar
graves crises
políticas**

Sérgio Barroso é médico, membro da executiva nacional da CUT e integrante da Corrente Sindical Classista (CSC)

A crise atual e a tática

Diante do agravamento da situação, é preciso

O segundo governo FHC iniciou-se em meio a uma turbulenta crise. De visíveis repercussões institucionais, ela é motivada fundamentalmente pelo descontrole da sua política econômica, que é perversa socialmente sob todos os aspectos e impõe ao Brasil a rota da desconstrução nacional. O programa de subordinação à globalização neoliberal, baseado em abertura comercial suicida, sobrevalorização cambial e taxas de juros insuportáveis, entrou em colapso. O plano Real faliu!

Na explosão da crise econômica, essa era a conta do desastre: a) déficit comercial de US\$ 6,438 bilhões e nas transações correntes de US\$ 34,945 bilhões, em 98; b) crescimento medíocre do PIB de 0,15% e previsão de queda em 4% em 99; c) dívida pública líquida de R\$ 338,7 bilhões em dezembro, que saltou para US\$ 500 bilhões em março; d) liquidação das reservas cambiais em exatos US\$ 35,765 bilhões, entre julho-março/99; e) repique inflacionário; f) taxa nacional de desemprego em 98 alcançou 18,3%, contra 16% em 97, sendo que em março atingiu 19,9% na região metropolitana de São Paulo - o que corresponde a 1,726 milhão de pessoas sem emprego.

Desta forma, o Brasil atravessa 18 anos de estagnação, passando da “década perdida”, no anos 80, para esta justamente denominada de “década infame” pelo economista Carlos Alonso de Oliveira. Mais ainda, de 89 a 98, o número de postos de trabalho formais (com carteira-assinada) desabou de 25,5 para 22,5 milhões, num verdadeiro processo de desintegração do mercado de trabalho. A ele se soma a desindustrialização em setores econômicos tradicionais, com a desnacionalização acelerada de empresas consideradas centros de

excelência tecnológica. No próprio sistema financeiro houve aumento da internacionalização, que passou de 14 % para cerca de 30%.

SINTOMAS DA CRISE POLÍTICA

Portanto, os graves e crescentes problemas estruturais brasileiros demandam saídas radicais, com a imediata ruptura com o programa neoliberal. As estruturas nacionais estão sendo desmontadas - eis a questão principal. As mudanças na política cambial, com a desvalorização do Real, não devem iludir ninguém. Inteiramente atrelada aos circuitos do capital especulativo, a subordinação do país encontra-se igualmente sujeita à grande instabilidade da “globalização” neoliberal.

Parece sensato, entretanto, analisar o novo e imediato quadro econômico com cautela. É certo que houve retorno de pequena monta do capital especulativo, reabertura de algumas linhas de crédito internacionais, pequena queda nas taxas de juros e possibilidades reais do “reaquecimento” em setores da grande empresa exportadora. Mas o Brasil prossegue em rota descendente, desencarrilhado. E, além do aspecto econômico, é preciso enfatizar o instável quadro político.

A desvalorização cambial deixou o governo FHC literalmente emparedado. Afora os estragos econômicos, a sangria criminosa de divisas tornou-se um escândalo, comprovando o privilégio a banqueiros e financistas. Até mesmo na base governistas surgem fraturas. Acusando FHC de paralisia e incompetência, o presidente do Senado chegou a “plantar” notícias na imprensa sobre a adoção do parlamentarismo. Esta conduta retrata a velha sanha golpista das elites reacionárias brasileiras,

dos trabalhadores

intensificar as lutas e unir a oposição; “Basta de FHC!”

dispostas a qualquer manobra para não perder as rédeas do poder.

Não é para menos que elas aceleram a proposta da “reforma política”, cujo centro de ataque são os partidos de esquerda e progressistas. A vigência da “cláusula de barreira”, a adoção do voto distrital misto e a proibição de coligações proporcionais visam diminuir drasticamente (ou mesmo eliminar) a representação parlamentar popular e fragmentar a unidade eleitoral da esquerda.

Expressão do ambiente conservador, essa “reforma” neoliberal objetiva transformar o Congresso Nacional num paraíso de banqueiros, capitães da indústria e latifundiários.

Só que as elites neoliberais esbarram na crescente instabilidade política, que pode gerar crises institucionais. Mais recentemente, os escândalos envolvendo altos escalões da República levaram a instalação da CPI dos Bancos, de conteúdo explosivo e de efeitos imprevisíveis. A própria CPI do Judiciário, espécie de propriedade particular de ACM com objetivos escusos, acirra o choque entre os poderes. O ambiente político é tenso e qualquer fagulha pode desencadear graves crises.

AVANÇOS E DILEMAS DA OPOSIÇÃO

O agravamento do quadro político, inclusive com diferenciações no PFL e no PMDB governista, reflete o fato de que o país sofreu importantes alterações nas eleições de 1998. Além do discreto crescimento das forças progressistas e de esquerda, a vitória para os governos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, especialmente, desequilibrou o jogo institucional contra o Planalto. Deu ainda outra tonalidade ao grave problema da crise fiscal dos Estados.

Esse avanço da oposição, expresso

na constituição do fórum dos governadores - algo inédito em nossa história -, entretanto ainda não está consolidado. Exige cuidados especiais com sua coesão. As forças políticas aglutinadas em torno Lula-Brizola têm manifestado divergências públicas. Há dificuldades para manter a unidade dos partidos (PT, PDT, PSB e PCdoB) no combate a FHC, ao mesmo tempo em que se desfaz o compacto bloco parlamentar de esquerda no Congresso.

De outra parte, os anos de neoliberalismo foram de derrotas para o sindicalismo. O desemprego crescente e as negociações coletivas pautadas quase sempre na redução de direitos colocaram a luta sindical na defensiva. Em 98, raras foram as categorias que conquistaram alguma coisa. No setor estatal e público ocorreram privatizações/demissões, terceirizações e retrocessos com as “reformas” administrativa e previdenciária. Aprovaram-se leis como a do trabalho temporário e mesmo a da suspensão temporária do trabalho.

A compreensão correta de que as lutas isoladas possuem pouca margem de manobra, derivou, em abril de 1997, na criação do Fórum Nacional de Luta por Terra Trabalho e Cidadania. Partindo da CUT, esta excelente iniciativa congrega as entidades do movimento popular e social e os partidos de esquerda. Tem contribuído sobremaneira para a ampliação e nacionalização das mobilizações. Mas o agravamento da situação social exige ações de maior envergadura, em especial da CUT.

DESAFIOS NO COMBATE AO GOVERNO FHC

Diante deste quadro complexo, a tática política conseqüente dos trabalhadores pressupõe uma visão

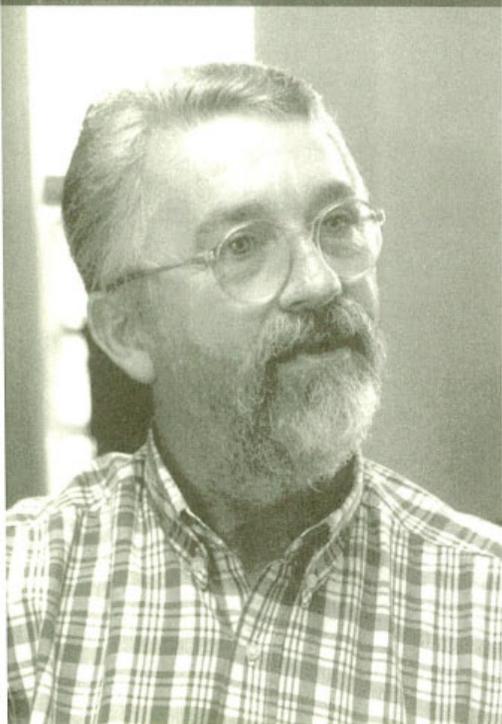
acertada sobre a correlação de forças, bem como do nível de descontentamento das amplas massa do povo. A saída da crise, com a derrota de FHC, não pode ser vista apenas sob o nosso ângulo, desconhecendo-se o caráter reacionário das elites brasileiras. No caso da eclosão de uma crise institucional, elas podem tentar manobrar, mantendo a atual orientação neoliberal.

Exatamente por isso, a hegemonia das forças de esquerda na frente oposicionista mais ampla (ainda não constituída) é a questão decisiva. Elas não podem prescindir da unidade e tampouco deixar de investir nas mobilizações de massa contra o governo. Amplos setores sociais já manifestam o seu descontentamento. É preciso, portanto, conduzir (alargando) a base de massas que se desloca para posições mais ativa - reconhecendo as dificuldades ainda existentes para canalizar tal indignação.

A palavra-de-ordem “Basta de FHC! Fora o FMI!” está em sintonia com o quadro descrito. Ela destaca dois problemas centrais que emergiram da crise: refere-se a nova (e mais completa) tutela da economia pela agência saqueadora dos EUA; e convoca o povo a assumir uma posição política para além da insatisfação. Aliás, é bom ter sempre em conta a famosa lição de Lênin sobre tática e consignas: elas podem (até) mudar em horas, pois dependem da evolução do quadro político.

Além disso, o “Basta de FHC!” corresponde ao momento (inconcluso) de construção da unidade das forças oposicionistas. Neste esforço, defendemos um projeto alternativo que leve à ruptura com o programa neoliberal - sem remendos ou vacilações - e à constituição de um novo governo, democrático-popular e das forças antineoliberais. Para que essa tática vingue é preciso priorizar as mobilizações de massa e preparar jornadas mais radicalizadas de luta contra FHC, incluindo a greve geral - já em discussão entre as centrais da América Latina para o segundo semestre de 99.

JOÃO ANTÔNIO FELÍCIO



Regina Vilela

“É preciso ampliar a resistência para impor novas perdas políticas ao neoliberalismo no Brasil. Essa é a prioridade máxima da CUT”

João Antônio Felício é professor, secretário-geral da CUT e integrante da Articulação Sindical

Impor derrotas políticas

Resistir, envolvendo amplas forças e formulando

O modelo de inserção subordinada da economia brasileira, implementado pelo governo FHC, sofreu a sua mais grave crise no início desse ano, resultando em perdas cambiais de US\$ 13 bilhões em apenas um mês. Ela reflete a instabilidade e inconsistência do modelo de ajuste aplicado no país, que resultou na submissão da economia às políticas de estabilização ancoradas no dólar, sempre acompanhadas do aprofundamento dos processos de privatizações, da eliminação das barreiras à livre circulação das mercadorias e capitais, bem como da redução das políticas sociais.

As promessas governamentais do retorno ao crescimento com estabilidade de preços e geração de ocupações para todos transformaram-se em mais uma década perdida. O saldo do crescimento médio anual entre 90/99 deve ser, na melhor das hipóteses, de 1,4%, menor do que a média dos anos oitenta (2,8%) e inferior também ao crescimento da população brasileira (1,7% ao ano).

Os impactos desse processo sobre o mercado de trabalho foram devastadores. Segundo o Dieese, a taxa de desemprego saltou de 10,5%, em 94, para 19,9% em abril de 99. Entre 95/98, foram eliminados 1,3 milhão de empregos formais no país, sendo mais de 581 mil em 98. Desde o início do ajuste neoliberal, em 1990, foram eliminados 3,2 milhões de empregos formais no Brasil.

A liberalização econômica, conjugada à sobrevalorização cambial, resultou no mais gigantesco processo de encilhamento do setor público da história recente do país. A dívida consolidada do setor público saltou de R\$ 64 bilhões, em 94, para cerca de R\$ 500 bilhões em fevereiro desse ano e os gastos com juros

foram superiores a R\$ 66 bilhões. Já a dívida externa saltou de US\$ 130 bilhões para mais de US\$ 258 bilhões, consumindo em 98 mais de US\$ 26 bilhões com juros e encargos.

MANOBRAS DO PLANALTO

As respostas do executivo logo no início do furacão cambial tomaram a direção do Congresso Nacional. O Planalto, tal como em outras oportunidades, lançou sobre ele a responsabilidade em recuperar a credibilidade externa do governo. Por meio dessa pressão, a base governista reagiu buscando mover-se rapidamente para aprovar o ajuste fiscal.

Já a equipe econômica mudou a política monetária e divulgou outras três medidas de impacto para dificultar o crédito e beneficiar ainda mais o capital especulativo internacional, procurando motivar o seu retorno. Essas medidas, somadas à parcial reversão das expectativas de uma crise cambial mais grave e prolongada, foram capazes de estancar a saída líquida de dólares do país, mas ainda restam dúvidas importantes sobre o fechamento das contas externas no final do ano.

Assim, as alterações resultaram, de um lado, em expectativas de aumento da recessão, da inflação e do desemprego. De outro lado, em condições mais vantajosas para financiar a redução do déficit público e o fechamento das contas externas. O Planalto preferiu enfrentar maiores tensões internas do que os riscos do isolamento na comunidade financeira internacional.

Os compromissos assumidos pelo governo FHC com o FMI têm a direção de uma aposta dobrada no ajuste neoliberal para enfrentar a

ao neoliberalismo

alterternativas concretas para o país

crise. Após a aprovação do orçamento de 99, ele promoveu novos cortes, manteve os juros elevados e tenta ampliar o programa de privatizações. É importante ressaltar que a recente venda da Comgás representou a reativação das privatizações após o choque cambial de janeiro. E o FMI ainda exige a chamada segunda fase do ajuste, direcionada a eliminar direitos previdenciários, extinguir direitos sociais e flexibilizar a legislação trabalhista. O objetivo é reduzir ainda mais os baixos custos do trabalho no Brasil.

O CONTEXTO ATUAL DA DISPUTA POLITICA

Apesar de abrir mão da política cambial, é importante levar em conta que o Planalto ainda tem chances de fazer deste fracasso uma oportunidade para viabilizar o crescimento no próximo ano e para retomar a iniciativa política. A aposta na recessão visa reverter os desequilíbrios externos. Esse processo pode trazer prejuízos políticos ao primeiro ano do segundo mandato, mas a possibilidade de retomar o crescimento econômico poderá proporcionar condições para FHC recuperar a iniciativa política, ainda que em bases muito mais estreitas daquelas do primeiro mandato.

No entanto, esse cenário de relativa estabilidade cambial possui diversos adversários. A crise fiscal dos Estados, que parece estar sendo apenas contornada pelo Planalto, não foi resolvida. E a confirmação das expectativas no mercado financeiro mundial dependerá, sobretudo, da manutenção de relativa estabilidade do quadro externo. É preciso que a frágil estabilidade na China e em outros

países emergentes não resulte em processo de deterioração.

Assim, é visível a vulnerabilidade que ainda condiciona as ações do governo e também o fato dele ter pouco ou nenhum controle sobre vários fatores internos e externos. A ausência de indicações claras de reedição da atual aliança governista para a sucessão de FHC, conjugada aos conflitos que podem surgir em função da crise dos Estados e de disputas na base governista, como as decorrentes da CPI dos bancos e do judiciário, poderão, juntos, detonar novas fontes de instabilidade.

Do mesmo modo, o próprio modelo neoliberal já não é capaz de oferecer horizontes muito dilatados de inquestionável hegemonia política. Essas questões condicionarão os movimentos da economia e os principais partidos governistas. E é neste contexto de recessão e maior complexidade política que a CUT, junto aos demais setores do campo democrático-popular, deverá se mover no próximo período.

O combate à política econômica recessiva do governo FHC e a defesa dos direitos sociais e da soberania nacional devem ser a prioridade máxima da CUT. O envolvimento de amplos setores da sociedade deve pautar nossas ações, visando unificar as lutas não só dos trabalhadores organizados nos sindicatos, mas também de outros setores da sociedade civil, além dos desempregados e demais excluídos.

CALENDÁRIO DE LUTA

Assim, a executiva da CUT deliberou, em conjunto com as entidades que compõem o Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, por organizar uma Jornada Nacional em Defesa do

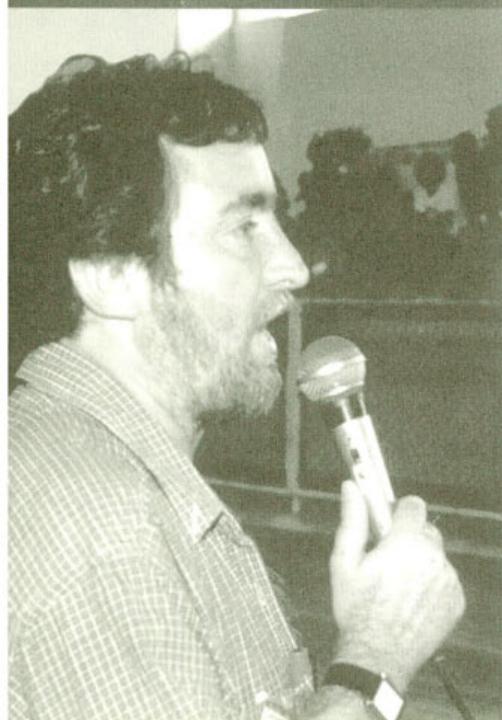
Brasil. No 8 de março, ela teve início com a marcha “Chama da Esperança”; prossegue agora com as categorias em campanhas salariais, tendo como eixo a luta pela reposição e pelo aumento do salário mínimo; também prioriza a criação dos comitês de desempregados; teve uma motivação adicional nos protestos do 26 de março; e ganhou impulso com as manifestações do 1º de Maio, como a de São Paulo, que reuniu mais de 50 mil pessoas.

O Fórum Nacional de Luta deve intensificar a resistência ao neoliberalismo, já contando com dois eventos no próximo semestre: o Grito Terra, em 25 de julho, e o Grito dos Excluídos, em 7 de setembro. São duas ações importantes para a CUT, pois envolvem amplos segmentos de trabalhadores do campo, agricultores familiares, os sem-teto, pensionistas, jovens, mulheres, setores do mercado informal de trabalho, etc.

O enfrentamento do governo neoliberal de FHC requer de todos esforços adicionais na construção da resistência política mais geral, promovendo um processo que privilegie claramente a mobilização de massas e a organização mais ágil de uma agenda de prioridades políticas. Esta deve refletir um compromisso efetivo de todas as organizações que estão em oposição a esse governo.

Resistir, mobilizando amplos segmentos contra o governo FHC, sempre apresentando soluções concretas aos problemas imediatos e elaborando um projeto alternativo de desenvolvimento, é nosso compromisso mais importante. As mobilizações do sindicato e dos trabalhadores da Ford no ABC e as diversas iniciativas de solidariedade organizadas pela CUT e partidos de oposição, assim como os atos do 1º de Maio, são exemplos de que é possível forjar um amplo processo de imposição de perdas políticas ao neoliberalismo no Brasil.

JORGE MARTINS



“O equívoco dos setores da oposição que propõem mudanças na política econômica com FHC, nos marcos do projeto neoliberal”

Jorge Martins é secretário de política sindical da CUT e integrante da Alternativa Sindical Socialista (ASS)

Momento decisivo na

Governo vive a sua mais profunda crise; “Fora

Nestes quase dez anos de neoliberalismo, foi no primeiro mandato de FHC que esse projeto alcançou a sua mais ampla realização. E é agora, após a reeleição, que vive a sua mais profunda crise. Este é o momento mais propício para que os trabalhadores derrotem esse projeto. Para tanto, é fundamental que o bloco político montado em torno de FHC seja derrotado e afastado do poder. Esse objetivo se traduz hoje na palavra-de-ordem “Fora FHC e o FMI!”. No entanto, para consolidar essa política, devemos avançar em alguns pontos que têm sido objeto de polêmica no meio cutista e da esquerda em geral.

QUAL A SAÍDA DA CRISE?

Há quem, no campo da oposição, defenda as mobilizações apenas para que o governo mude a sua política. Seria uma saída da crise “com FHC” (ou, no melhor dos casos, “imposta a ele”). Esses companheiros relutam em assumir a bandeira do “Fora FHC”, ao que contrapõem, como centro da tática, a elaboração de “propostas” para serem negociadas com o governo, “alternativas” às do receituário neoliberal mas também exequíveis no marco do neoliberalismo (duas características cada vez mais difíceis de conciliar). Acreditam que o governo ainda tem muito fôlego para enfrentar a crise econômica e que seria inútil esperar que venha a sofrer uma crise política mais profunda.

Essa análise e essa proposta política (que compõem a chamada “estratégia propositiva”) são as mesmas que a corrente majoritária da CUT utiliza desde a fatídica negociação com o governo Collor. Não foi por acaso que tais companheiros foram os últimos a

entrar na campanha do “Fora Collor!”. Dogmáticos na aplicação de sua estratégia, não enxergam mais do que o potencial de hegemonia dos neoliberais e buscam uma acomodação no cenário posto pelo neoliberalismo.

Um balanço de quase dez anos dessa política na CUT aponta, entre outros elementos, que: a) foram desperdiçados os momentos de crise do projeto conservador; b) enquanto o campo oposicionista cresceu nos anos recentes, a central ficou cada vez mais como um ator secundário dele; c) jogaram a CUT em negociações suicidas (como a da previdência); d) estimularam a despolitização da base cutista e, com ela, o corporativismo (como no recente “acordo emergencial” da indústria automotiva).

Temos claro que enfrentamos um inimigo “forte”. Em torno da candidatura de FHC articularam-se todas as principais forças burguesas. O neoliberalismo é seu programa e a submissão aos capitais internacionais seu credo político-econômico. FHC conta com a adesão entusiasta ou a paciência conivente da *mídia*. A “força” do inimigo está em ter constituído um eixo político que aglutinou um conjunto das forças conservadoras como não se via desde os primórdios da ditadura militar.

Mas esse inimigo “forte” não é invulnerável, como ficou evidente em 97. Nesse ano, os trabalhadores rurais (com o MST à cabeça) colocaram a questão da terra na “agenda nacional” contra a vontade do governo. Isso foi possível porque combinaram-se de forma coerente na sua estratégia a mobilização de massas, as ocupações de terra, um perfil claramente oposicionista, a capacidade de articular aliados da reforma agrária e uma crescente

Luta contra o governo

FHC e o FMI”

inserção nas massas de excluídos.

A “força” do governo vem também do fato de FHC ter reduzido a política ao combate à inflação, utilizado como sinônimo de “estabilização” da economia. Mas já no início do seu primeiro mandato, ele teve que enfrentar os efeitos perversos desse modelo na esteira da crise mexicana. E, desde então, o seu receituário tem sido o mesmo: aumentar juros para atrair os capitais internacionais e com eles financiar o rombo nas contas externas. FHC é apenas um agente dos interesses do capital externo e tem atuado em função disso.

Faltou disposição política e capacidade pedagógica à esquerda para evidenciar isso (essa postura recuada se explica, em parte, pelo medo de ser tachada de “nacionalista”). Mas esse acanhamento foi superado pelos fatos desde a crise asiática e, em particular, com a crise terminal do Plano Real em janeiro de 99. O “real forte” serviu de álibi ao governo FHC. Essa, que era a principal bandeira neoliberal, não existe mais. Já não há como justificar sacrifícios dos trabalhadores para sustentar a moeda. O caráter do governo está nu. É a essa conjuntura que temos que responder.

Claro que o governo FHC tem um “fôlego”. Ele é dado pelos acordos assinados com o FMI e pelas concessões ao capital internacional. Mas é um “fôlego” obtido às custas de enormes sofrimentos da população. Ele ajuda a tornar coesos os interesses da burguesia, mas estraçalha a classe trabalhadora. Não há crise de projeto burguês sem saída. Mas quando ela é tão claramente às custas da classe trabalhadora, podem ser colocadas as condições para um amplo

movimento de questionamento dos de baixo à ordem estabelecida pelas classes dominantes. Nos encontramos nesse momento decisivo.

ALTERNATIVAS EM DISPUTA

Há um setor burguês ciente da gravidade da crise que se articula em torno da figura do governador de Minas Gerais, Itamar Franco. Ele foi peça-chave no lançamento de FHC como alternativa contra a esquerda em 1993/4. Mas desde 1997/8 vem alertando para os perigos que o projeto FHC implica para os interesses das classes dominantes e para o fato de que as mesmas não podem se amarrar apenas a uma alternativa, que, entrando em crise, as levaria a um beco sem saída.

Nessa tarefa, Itamar se apresenta como um dos mais radicais opositores a FHC. O fato de existir um setor burguês radicalizado não pode obscurecer as limitações de tal projeto - seja pelo seu caráter e composição de classe, seja pelo seu programa. A falsidade da idéia de que Itamar representaria uma alternativa nacional e democrática a FHC fica clara quando se analisa o seu governo em 92-94.

Mas se Itamar e outros políticos burgueses estão dispostos a se definir como oposição a FHC, bem-vindos sejam. Agora, deixar em suas mãos a liderança da oposição intransigente a FHC significaria um retrocesso de décadas na política brasileira. O longo percurso da construção de uma consciência política de classe independente dos trabalhadores (demarcada em relação aos projetos burgueses) pode ser desperdiçado em pouco tempo, se a esquerda continuar acanhada no cenário nacional.

Mas como liderar o campo opositor se não há vontade política de derrotar o governo? Que política opositora pode ser desenvolvida se a principal aposta é numa saída da crise com FHC?

O CENTRO DA TÁTICA

Malgrado a “estratégia propositiva”, nesta década neoliberal a CUT fez viradas à esquerda em vários momentos. Em dois casos o fez empurrada pela disputa presidencial; em 92, foi arrastada pela maré popular do “Fora Collor!”. Agora, os principais fatores que podem fortalecer uma política combativa são o tamanho da crise social e o sentimento da militância de base de radicalização contra o governo.

Há disposição para a unificar as mobilizações num amplo leque de organizações e movimentos do campo popular e partidos de oposição. Os índices de rejeição do governo crescem tão aceleradamente quanto o descrédito no discurso oficial. As primeiras rachaduras importantes no bloco político da burguesia (Itamar) estão expostas. No próprio eixo do poder (PSDB-PFL) discute-se abertamente uma alternativa (parlamentarismo com ACM como primeiro-ministro) em caso do fracasso de FHC.

Esse é o mais favorável cenário político, para as forças populares e democráticas, que já se viveu nesta década. O mandato presidencial de FHC está carcomido e contaminado pela crise do Real. E não haverá outra política econômica enquanto FHC e o bloco político que o sustenta estiver no governo e o país ficar sujeito aos ditames do FMI. Por isso “Fora FHC e o FMI” é a palavra de ordem que melhor condensa essa compreensão da conjuntura e das tarefas.

ULISSES RIEDEL

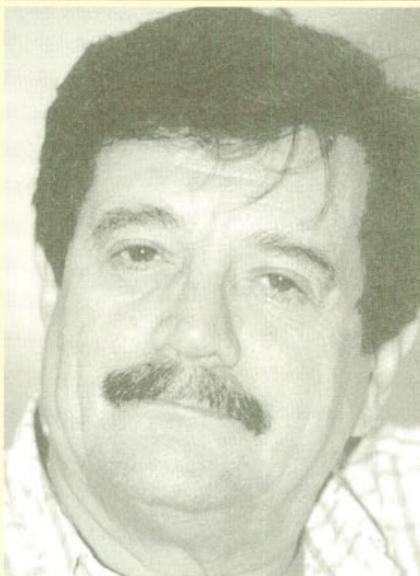
Acordo com o FMI prevê esfacelamento dos sindicatos

O desmonte da estrutura sindical brasileira foi acertado com o FMI. É o que consta no documento enviado ao gerente geral do Fundo, Michel Candessus, pelo ministro da Fazenda Pedro Malan, em 13 de dezembro passado. Nele está escrito: "A administração enviou recentemente ao Congresso uma proposta de reforma constitucional que reduz as restrições à organização de sindicatos". Em outras palavras, o governo anuncia ao FMI o seu desejo de esfacelar a organização sindical.

De longa data que o Diap acompanha esse debate. Em setembro de 96, seu jornal publicou artigo intitulado "O bote mortal contra o sindicalismo está armado". Agora, configura-se o golpe através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 623. Por ela, verifica-se que os sindicatos deixam de representar categorias ou ramos profissionais para representar exclusivamente os associados. Os "novos sindicatos" representariam apenas os associados e ninguém representaria os não-sócios.

PROJETO VISA CRIAR O SINDICATO POR EMPRESA

E o pior não é isso. O projeto define que o sindicato patronal também só representará as empresas sindicalizadas. Como efeito, as demais não serão alcançadas por nenhuma negociação. Como apenas 5% das empresas são filiadas a sindicatos patronais, a



Liberdade sindical só existe com leis que impeçam a interferência do Estado e dos patrões

conseqüência é que em 95% das negociações terá que ser feita uma a uma, prevalecendo a organização sindical por local de trabalho. É a consumação do velho sonho dos neoliberais: o sindicato por empresa! Até mesmo poderosas entidades, como a dos metalúrgicos de grandes cidades, irão sucumbir pulverizadas em milhares de frágeis sindicatos por empresa.

Antes, a organização sindical dependia da vontade do Estado; agora, pelo projeto, passa a depender da vontade patronal. Nem mesmo a base mínima do município, garantida na lei atual, sobrevive na PEC-623. Em nome da liberdade sindical, o governo pretende destruir os sindicatos. Essa mesma falsa liberdade é que explica a situação dramática dos bancários dos EUA, que não conseguiram organizar seu sindicato e, menos de 1% deles, estão filiados à Federação da Alimentação!

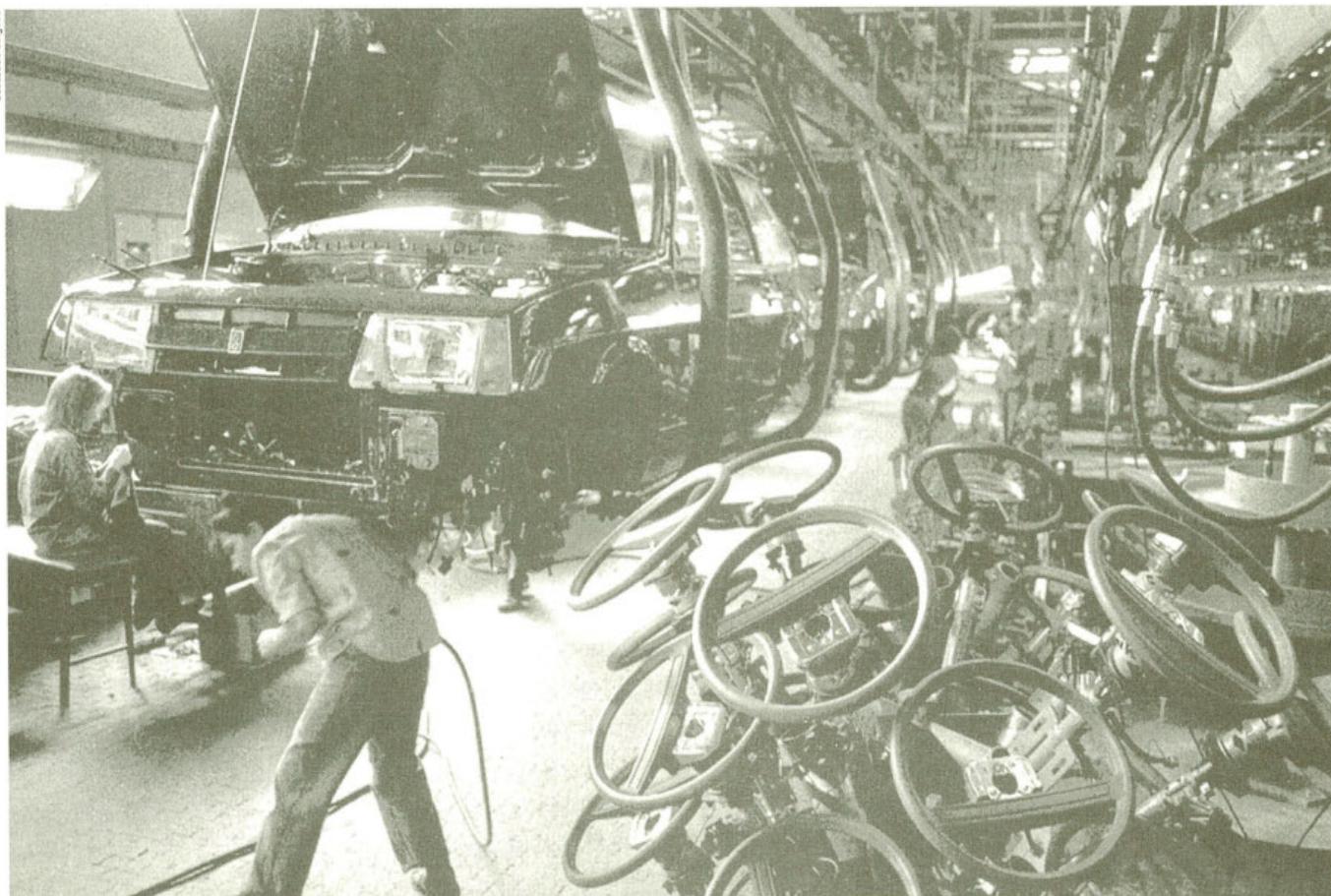
A liberdade absoluta é a das feras. O Estado de Direito é exatamente a organização social com regras contra a lei das selvas. A liberdade sindical só poderá existir com uma disciplina legal que não permita nem ao Estado, nem ao poder econômico, a interferência na organização sindical. Como o poder econômico tem plenos poderes, é essencial a existência de normas que garantam o exercício da liberdade sindical, como a representação de categoria ou ramo e a base mínima municipal.

GOVERNO TEM PRESSA NA APROVAÇÃO DA PEC

Estas são apenas duas das armadilhas contra os sindicatos previstas na PEC. Ela também procura asfixiar financeiramente as entidades, fixando as contribuições só dos filiados, e visa dificultar o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho. O governo tem pressa na sua aprovação. Tanto que o parágrafo único do artigo 2º afirma: "Fica prorrogada por doze meses a vigência dos atuais instrumentos de negociação coletiva ..., a capacidade de negociação das atuais entidades sindicais e o respectivo patrimônio".

Depois desse prazo, salve-se quem puder! A PEC-623 faz lembrar uma charge onde aparecem uma raposa e uma galinha, separadas por uma cerca. A raposa, babando de fome, diz cinicamente para a galinha: "Vamos fazer uma auto-composição, sem a interferência de terceiros, sem a ingerência do Estado, sem normas protetoras, sem paternalismo, num relacionamento democrático, civilizado, buscando a 'modernidade' nas nossas relações. Você abre a porta, eu entro no seu galinheiro e, em liberdade e sem leis, nós faremos a auto-composição dos nossos interesses".

Ulisses Riedel é advogado trabalhista e diretor técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)



A crise do fordismo e o futuro do trabalho

Vivemos a era “pós-fordista” ou em pleno “neofordismo”? Eis aqui uma polêmica interessante para o futuro do movimento sindical.

OSVALDO BERTOLINO

A definição mais apropriada para o fordismo parece ser a de que ele ultrapassa o limite da organização do trabalho e se constitui num modelo de desenvolvimento da sociedade, uma espécie de andar de cima do taylorismo. As idéias de Frederick Taylor, tratadas na edição número 28 da *Debate Sindical*, em essência

dizem que o trabalhador é “um parafuso mudo do sistema industrial”, ajustado a este pela tecnologia. Para falar, portanto, da chamada crise do fordismo é indispensável entrar em alguns conceitos básicos de economia.

Existe a idéia de que a aplicação do taylorismo na fase pré-fordista

resultou em ganhos de produtividade do trabalho não incorporados aos salários, que desaguararam na crise de superprodução dos anos 30. O fordismo assentou suas bases na idéia de que o Estado deveria intervir na economia para garantir rendimentos mínimos aos trabalhadores. É sobre essa pedra fundamental que se ergue

A produção em massa, conforme o fordismo, criou o “homem-massa”,

toda a lógica dos argumentos a favor da sua crise. Com a atual pregação fundamentalista do “Estado mínimo”, a economia mundial volta a ficar presa num dilema.

A partir de meados da década de 70, o capitalismo começou a sentir fortemente os efeitos da desaceleração dos ganhos de produtividade. Esse fenômeno tem como uma das causas fundamentais os próprios princípios do taylorismo. Ao determinar o papel do trabalhador como um “parafuso mudo”, desprovido de meios para interferir na elevação da produtividade, só restou ao capitalismo a alternativa de investir no desenvolvimento da maquinaria - o capital constante, ou capital fixo, que, ao lado do capital variável, o pagamento de salários, forma a célebre definição marxista de estrutura do capital - para manter e elevar a lucratividade. Nos anos 60, a produtividade já não compensava os investimentos em maquinaria e teve início um forte rebaixamento da taxa média de lucro.

A crise manifestou-se abertamente na década de 70. A resposta foi dada por meio da internacionalização da produção, na busca de retomar a produtividade em regiões com baixo custo de mão-de-obra. Era o início do conceito que ficou marcado por definições como “fordismo periférico, fordismo incompleto ou fordismo autoritário”. Essa nova fase difundiu a clássica categoria dos “novos países em industrialização”, entre os quais o Brasil.

ORIGENS DO FORDISMO

O fordismo se desenvolveu numa época em que o capitalismo era

pressionado por suas crises internas e ao mesmo tempo pela existência do campo socialista. Seu surgimento, no começo deste século, foi saudado em muitos setores da economia como o modelo de desenvolvimento capaz de equilibrar o aumento da produtividade com o crescimento do poder aquisitivo dos trabalhadores. No vértice dessas duas linhas mestras do modelo estaria o compromisso fordista de troca da elevação da produtividade por melhores condições de vida para os assalariados. Era, para muitos, a salvação para a crise.

Na prática, o fordismo ajudou a selar o fim do capitalismo concorrencial que começou a ruir no final do século XIX e começo deste. E inaugurou uma nova etapa das relações de trabalho. Antonio Gramsci, o fundador do Partido Comunista Italiano, no livro “*Americanismo e Fordismo*”, diz que, ao implantar, em 1913, o seu sistema de produção e gestão na Ford Motor Company, em Highland Park, Detroit, Henry Ford deu início a um novo modo de vida. “Um novo tipo humano, em conformidade com o tipo de trabalho e de processo produtivo (...), uma mão-de-obra estável, um conjunto humano (o trabalho coletivo), (...) uma máquina que não deve desmontar nem avariar demasiadas vezes suas peças individuais”. Ou seja, a produção em massa também trazia o “homem em massa”.

Nos anos 20, a Ford produzia em massa mais de dois milhões de carros por ano. Detroit vivia uma agitação. Habitações miseráveis, imundície, corrupção e violência conviviam com acidentes fatais corriqueiros. Em meio a esse material inflamável, a Ford celebrou, em 1914, o famoso

acordo salarial conhecido como “O Dia de Cinco Dólares”. Divulgado como uma tentativa de repartir os lucros, o acordo determinava um aumento salarial de US\$ 2,30 dólares por dia para US\$ 5.

A crise na Ford explodiu com a depressão iniciada pelo crash de Wall Street em 1929. Ela já havia encerrado a produção do Modelo T, fechado a fábrica de Highland Park e demitido 60 mil operários. Uma nova fábrica foi inaugurada em River Rouge para produzir o Modelo A, com muito menos trabalhadores e menores salários. O desemprego castigava Detroit. Em 1932, houve uma passeata da fome, organizada por desempregados, que levou 3 mil trabalhadores a protestar em frente às chaminés da fábrica, em River Rouge. As metralhadoras da polícia e dos capangas de Ford mataram quatro manifestantes e feriram mais de vinte.

“NOVO” MODO DE VIDA

A adulação com a qual o fordismo foi recebido passou a ser substituída por críticas ásperas. Até a imprensa liberal trocou os elogios efusivos com os quais saudava as idéias de Ford pela hostilidade. Em 1928, o jornal “*New York Times*” descreveu Ford como “um industrial fascista - o Mussolini de Detroit”. O homem milagroso começou a ser retratado como vilão. Charles Chaplin, no filme “*Tempos Modernos*”, mostrou o operário esmagado pela linha de montagem. O fazedor de milagre também foi condenado por Aldous Huxley no livro “*Admirável Mundo Novo*”, publicado em 1931. Huxley imaginou um futuro tecnocrático, desencantador, no qual os homens

A separação no processo de trabalho, entre concepção e execução

retratado por Chaplin

eram embargados pela coerção e desnorreados por uma nova religião - o fordismo.

A inauguração da linha de montagem móvel foi cercada de muita publicidade. O célebre economista John Kennett Galbraith diz que Ford foi o primeiro personagem a fazer amplo uso das relações públicas. “Ela foi o primeiro embromador”, diz o economista. Em 1960, o especialista em marketing Theodore Levitt escreveu em seu livro *“A Miopia do Marketing”*: “Nós habitualmente celebramos Ford pela razão errada: sua genialidade em produção. Sua real genialidade era em marketing. Nós pensamos que ele foi capaz de cortar seu preço de venda e em conseqüência vender milhões de carros de 500 dólares porque sua invenção da linha de montagem tinha reduzido os custos. Na verdade, ele inventou a linha de montagem porque concluiu que a 500 dólares ele poderia vender milhões de carros. Produção em massa foi a conseqüência, e não a causa, de seus baixos preços.”

Peter Drucker, espécie de oráculo da administração nas últimas quatro décadas, disse nos anos 50 que “se de fato analisarmos essa chamada nova tecnologia, descobriremos que não se trata de ‘tecnologia’ alguma. Não é uma combinação de forças físicas. É um princípio de ordem social. Essa é a verdade do trabalho de Ford. Ele não fez uma só invenção ou descoberta mecânica. Tudo o que ele usou de mecânica já era muito conhecido havia um bom tempo. Apenas seu conceito de organização humana foi novo.”

Gramsci, Galbraith, Levitt e Drucker são unânimes em afirmar que a Ford criou um novo modo

de vida. A produção em massa e padronizada, apoiada no taylorismo, definiu a regra para a industrialização deste século. A hierarquia organizacional divide as tarefas em departamentos, cada um com a responsabilidade sobre determinada função ou atividade, todas subordinadas a um nível acima na cadeia de comando. A última palavra sempre cabe à autoridade do alto comando.

AS CAUSAS DA CRISE

A questão da crise do fordismo,

O fordismo nasceu associado à idéia do consumo de massas e assentou suas bases na tese de que o Estado deveria intervir na economia

portanto, precisa ser dividida em duas partes: a sua base taylorista e o seu conceito de modelo de desenvolvimento. A primeira parece que vem sobrevivendo e retomando seu espaço, em meio ao modismo das novas técnicas de administração. Há uma idéia mais ou menos generalizada de que o taylorismo precisa ser substituído por algo melhor. O problema é como fazer isso.

Clemente Nóbrega, autor do livro *“Em Busca da Empresa Quântica”*, diz: “Funcionários que só obedeçam passivamente não são mais o bastante para a empresa moderna. (...) Apesar disso, não há nenhuma alternativa que torne viável, para além do blablá habitual, a famosa participação nas decisões, sem distinção hierárquica. (...) A ‘empresa inteligente’, com todo o seu charme que esse rótulo possa ter, continua sendo em grande medida ícone retórico, bom para inspirar livros e seminários, mas sem correspondência com o mundo real, não por rejeição à idéia em si, mas por absoluta falta de mecanismos práticos para articulá-la e implementá-la.” Drucker, numa entrevista à revista *“Wired”*, falou sobre a já popular idéia de se encarar a organização do trabalho como uma banda de jazz, na qual todos escrevem a partitura enquanto tocam. “Soa bonito, mas ninguém realmente descobriu uma maneira de fazer isso.”

A segunda parte, o fordismo como modelo de desenvolvimento, está claramente afetado por uma crise conceitual. Primeiro porque o problema da queda da taxa média de lucro não foi resolvido. O “fordismo periférico, incompleto ou



continua inalterada

O fordismo ainda predomina, embora com nova roupagem

autoritário”, em muitos países “em industrialização” (o Brasil no meio), passou a conviver com modos de produção arcaicos, como os latifúndios, e não criou um consumo de massa capaz de compensar a queda de postos de trabalho e a estagnação dos salários nos países centrais. O crescimento industrial no mundo, que nos anos 60 era de 6% a 7% ao ano, caiu para fracos 2,5% na década de 70. Segundo porque sem renda não há consumo.

Nos tumultuosos anos 20 e 30, quando a produtividade disparou nos EUA por conta de uma torrente de novas tecnologias de produção e da técnica taylorista de organização do trabalho, estabeleceu-se uma interessante polêmica sobre demanda e produção. A maioria dos norte-americanos fazia seus produtos em casa. As compras eram parcimoniosas. Criar a psicologia do consumo de massa era o desafio. Uma poderosa campanha de marketing, para “fazer as pessoas desejarem o consumo”, ganhou o país. Segundo Galbraith, a missão dos empresários na época era “criar o desejo do consumo e procurar satisfazê-lo”. A Coca-Cola, que originalmente era comercializada como remédio para a dor de cabeça, foi apresentada como refrigerante popular.

Como na década de 20 a produtividade subira rapidamente e um grande número de trabalhadores fora demitido, as vendas caíram ainda mais. Os fabricantes, obcecados pela idéia de que a demanda puxa a produção, não compreendiam que o seu sucesso era a raiz da crescente crise econômica. Ao dispensar trabalhadores e investir em tecnologia, as empresas aumentavam a produtividade e a produção e não tinham público consumidor. Esse fenômeno volta a se manifestar com força com o desemprego desenfreado e os cortes,

pelo neoliberalismo, dos benefícios sociais que davam suporte ao fordismo.

SURGIMENTO DO NEOFORDISMO

Há uma linha de pensamento que defende a tese de que o mundo já entrou numa fase “pós-fordista”, decretada pela presente reestruturação produtiva. Essa visão do problema está amparada na idéia de mercados submetidos à alta competitividade, que exigem produção diferenciada e em consonância com as demandas de diferentes segmentos sociais e culturais. A produção baseada nas

Com a retração mundial da economia capitalista, este modelo de desenvolvimento entrou numa crise conceitual profunda

novas tecnologias deve ser ágil e flexível para responder às freqüentes mudanças da procura. A gestão da força de trabalho deve ser mais participativa e flexível. O pós-fordismo, portanto, precisa de um trabalhador mais qualificado, mais envolvido com a nova produção que substituiu a padronização fordista. Parece ser uma conclusão precipitada.

A idéia que aparenta ter mais coerência é a de que o fordismo ainda predomina, embora com nova roupagem - um processo chamado por alguns especialistas de “neofordismo”. Não há como fugir das claras evidências a respeito de um

certo esgotamento do fordismo tradicional. Mas é razoável concordar com a tese que defende o conceito de “neofordismo”. A separação, no processo de produção, entre a concepção e a execução, continua inalterada. Não há, portanto, mudanças significativas na divisão do trabalho.

A nova torrente tecnológica, no entanto, já está servindo ao propósito de poupar mão-de-obra para elevar a produtividade e tentar retomar o crescimento da taxa média de lucro. Cresce o trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Os ganhos salariais são cada vez mais modestos e o poder de barganha dos sindicatos são enfraquecidos. A economia informal aumenta rapidamente, inclusive nos países industrializados. Há um retorno do trabalho doméstico familiar artesanal, que implica no ressurgimento das mais atrasadas práticas de exploração.

Essa situação evolui rapidamente para novos paradigmas sobre os quais seria uma precipitação sem tamanho arriscar qualquer prognóstico definitivo. É uma fase de transição. Talvez não seja o caso de concordar com Viviane Forrester, que em seu livro “O Horror Econômico” afirma: “Vivemos em meio a um engodo magistral, um mundo desaparecido que teimamos em não reconhecer como tal e que certas políticas artificiais pretendem perpetuar. Milhões de destinos são destruídos, aniquilados por esse anacronismo causado por estratégias renitentes, destinados a apresentar como imperecível nosso mais sagrado tabu: o trabalho”. Mas seria interessante que essa nova realidade fosse melhor debatida. Vale insistir aqui numa bandeira que pode amparar esse debate: a luta pelo emprego.

Oswaldo Bertolino é diretor de imprensa do Sindicato dos Metroviários de São Paulo



Movimento sindical sob fogo cruzado dos neoliberais

Governo investe contra os sindicatos para facilitar o processo de desregulamentação do trabalho.

ALDO REBELO

Uma das características centrais do processo atual de globalização, comandado pelos grandes oligopólios internacionais, é a integração, em escala mundial, da produção, do comércio e das finanças, enquanto os trabalhadores estão cada vez mais dispersos e desorganizados.

Acossadas pela concorrência globalizada, as empresas buscam desenfreadamente reduzir custos e arrancar o máximo rendimento da

força de trabalho, demitindo empregados, introduzindo o salário variável, recorrendo às inovações tecnológicas e adotando modalidades intensivas de organização do trabalho (como o toyotismo). No afã do lucro, também terceirizam atividades e desenterram formas de exploração características do início do capitalismo, como o trabalho a domicílio, envolvendo na produção precarizada todos os membros de famílias pobres, inclusive crianças.

Essas novas e antigas formas de exploração capitalista têm em comum a perversa necessidade da mais completa desregulamentação do mercado de trabalho. Por isso, a ofensiva neoliberal, que acompanha a atual globalização, investe contra o direito de greve, penalizando-o com multas; contra a representação sindical, dividindo-a; e contra a proteção legal ao trabalhador, procurando reduzi-la ao mínimo inevitável.

“Custo Brasil” é baixo, com salários reduzidos e enorme flexibilidade no

O Brasil não escapou a essa contracorrente devastadora. Convertido ao ideário neoliberal, o atual presidente repete as palavras-de-ordem dos líderes empresariais, insistindo na necessidade de desregular o mercado de trabalho e facilitar as demissões de trabalhadores.

Inúmeras medidas vêm sendo tomadas com esse objetivo. Destacam-se a recente instituição do contrato de trabalho temporário, permitindo que as empresas preencham parte de seu quadro com trabalhadores sem os mesmos direitos dos contratados por prazo indeterminado; a mudança no artigo 442 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que abriu caminho para a contratação, através de cooperativas fantasmas de mão-de-obra, sem nenhum direito trabalhista assegurado; a portaria do Ministério do Trabalho alterando os critérios de fiscalização do trabalho, para dificultar a autuação de empresas pelo não cumprimento da lei em decorrência de desrespeito a acordo negociado com o sindicato; e a denúncia, pelo governo brasileiro, da Convenção 158 da OIT, que proíbe a demissão imotivada.

OBJETIVOS DA PEC-623

A mais recente iniciativa do governo com objetivo de desarticular o movimento sindical brasileiro e minar a capacidade de resistência dos trabalhadores foi o envio ao Congresso, em 3 de novembro de 1998, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 623, fixando mudanças nos artigos 8º, 111 e 114 da Constituição Federal, que tratam da organização sindical e do funcionamento da Justiça do Trabalho.

De acordo com as propostas de mudança no artigo 8º, apresentadas pelo governo, extingue-se o preceito da unicidade sindical, segundo o qual é vedada a criação de mais de uma organização sindical, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, e institui-se a mais completa liberdade de criação de sindicatos, sem obrigatoriedade de observância do critério de categorias profissionais ou econômicas. Propõe-se, também, a extinção da contribuição confederativa e a sua substituição por contribuição aprovada em assembléia geral, a ser paga apenas pelos sócios.

As mudanças propostas nos artigos 111 e 114 limitam o poder normativo da Justiça do Trabalho, bem como o acesso a ela pelas partes

PEC-623 visa desarticular os sindicatos e minar a capacidade de resistência dos trabalhadores

em conflito. De acordo com as mudanças propostas no artigo 114 da Constituição, a Justiça do Trabalho, no exercício da sua competência normativa, limitar-se-á, nas hipóteses de cláusulas econômicas, a decidir entre duas propostas finais das partes ou no intervalo entre ambas. Também é vedado o ajuizamento de dissídio coletivo perante a Justiça do Trabalho, sem que tenha havido,

anteriormente, uma tentativa extrajudicial de conciliação.

Para o governo, essas mudanças seriam necessárias para modernizar a estrutura sindical brasileira e estimular a prática da negociação, uma vez que, segundo a exposição de motivos que acompanha a proposta, “a negociação coletiva não recebe estímulos, principalmente por causa da superabundância, detalhamento, rigidez e imperatividade da legislação sobre direitos individuais, além da desigual representatividade sindical e da interferência do poder normativo da Justiça do Trabalho nos conflitos coletivos econômicos”. As mudanças iriam, segundo o governo, ao encontro da vontade dos sindicatos e empresas que desejariam mais negociação, com diminuição do papel da lei e do Judiciário.

A proposta do governo é uma farsa. Para “ampliar” o espaço de negociação entre patrões e empregados propõe-se a supressão dos direitos adquiridos dos trabalhadores e se procura impedir que a Justiça vá em seu socorro, deixando-os à própria sorte. E isso num momento de recessão e crise econômica, quando as altas taxas de desemprego são, por si mesmas, um elemento de intimidação que praticamente paralisa qualquer atividade reivindicatória, deixando os sindicatos de mãos atadas. É como se estando um sujeito na selva, diante de um leão pronto para atacá-lo, fosse tirada a arma de suas mãos, para “ampliar” o espaço de negociação entre ele e o animal faminto. Alguém tem dúvida sobre qual será o resultado da “negociação”?

O fato é que o governo, aproveitando-se da conjuntura desfavorável aos trabalhadores,

Estímulo à fragmentação sindical, fim das contribuições financeiras e

mercado de trabalho

pretende quebrar as pernas do movimento sindical, a quem acusa de corporativista. Não é, contudo, por seus vícios que pretende desbaratá-lo. Ao contrário, é porque, apesar deles, o movimento sindical brasileiro representa uma poderosa força de resistência à onda neoliberal que massacra os trabalhadores e destrói o Brasil.

AS MENTIRAS SOBRE O "CUSTO BRASIL"

A afirmação de que o Brasil possui um quadro legal excessivamente rígido em matéria de legislação trabalhista tornou-se uma espécie de axioma, que não admite contestação. Para os defensores dessa tese, tal rigidez seria a grande responsável pelas crescentes taxas de desemprego e um dos principais elementos do famigerado "Custo Brasil", uma espécie de custo extra enfrentado pelas empresas que atuam no país, decorrente, entre outras coisas, da interferência ainda excessiva do Estado brasileiro nos negócios privados.

No caso específico das relações do trabalho, o argumento é de que uma legislação trabalhista menos rigorosa facilitaria os ajustes necessários no mercado de trabalho – demissões e admissões – e, deste modo, a realocação dos trabalhadores de um setor para outro, provocada pelas rápidas mudanças tecnológicas em curso.

Um dos argumentos mais utilizados pelos defensores desta tese é de que nos países onde a legislação trabalhista é mais flexível, como os Estados Unidos, o Japão e os Tigres Asiáticos, as taxas de desemprego são baixas, enquanto os países que resistem à flexibilização



Isolanda Huzak e João Azevedo / Crianças de Fibras

A Espanha, com 17 tipos de contratos, tem a maior taxa de desemprego da Europa

das leis trabalhistas, como Alemanha, França, Itália e Bélgica, amargam taxas de desemprego mais elevadas. A situação atual do Brasil, segundo os que assim pensam, estaria mais próxima da situação europeia e demandaria, portanto, uma série de mudanças com o objetivo de "modernizar" as relações do trabalho e, assim, estimular a geração de empregos.

Em lugar nenhum do mundo as eventuais restrições legais existentes à contratação de trabalhadores sem a garantia de direitos sociais são o principal obstáculo ao crescimento ou a diminuição do desemprego. Do mesmo modo, não será a mudança das leis, flexibilizando esses direitos, que irá, por si mesma, resolver o problema. Na Espanha, há dezessete tipos de contratos de trabalho e o

índice de desemprego é o mais alto da União Europeia. Na França, ao contrário, apesar da tão criticada rigidez da legislação trabalhista, o número de desempregados vem caindo. Em 1979, a França era o sexto país do mundo em número absoluto de desempregados. Em 1998, nem sequer figurava na lista dos dez primeiros em número de desempregados, tendo sido, ao lado dos Estados Unidos, um dos poucos países que não só diminuíram sua fatia no bolo do desemprego global, mas reduziram o número de desempregados em termos absolutos.

No Brasil, o fato de praticamente a metade dos trabalhadores brasileiros, conforme dados do próprio Ministério do Trabalho, estar no mercado de trabalho informal, sem nenhuma garantia ou direito trabalhista é, por si mesmo, uma prova de que o mercado de trabalho, na prática, é flexível até demais. Em que pese a aparente rigidez da legislação, formas não convencionais de contratação, que vão do trabalhador autônomo, do prestador de serviços terceirizado, da pequena empresa familiar, até a pura e simples contratação sem carteira

limites ao poder da Justiça

Ministro do Trabalho quer alterar o artigo 7º da Constituição

assinada, têm um peso tão expressivo quanto a forma mais tradicional de contratação, ou seja, o contrato com carteira assinada por prazo indeterminado.

Quanto ao peso dos chamados encargos sociais no custo do trabalho, temos aí outro mito. Faz-se uma confusão proposital entre o que são encargos sociais, cujo objetivo é atender aos programas sociais de forma inespecífica e a parcela da remuneração que por lei é acrescida ao salário nominal do trabalhador contratado regularmente, como os 30 dias de férias pagas, o bônus de férias, o 13º salário ou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Descontada essa parcela, que na realidade é salário e não impostos, as contribuições sociais não passam de 23% do salário contratual, o que não difere muito dos padrões internacionais.

Além disso, o fato relevante a ser observado é que o custo do trabalho no Brasil, mesmo considerados todos os componentes acima enumerados, é muito baixo, ainda mais agora, com a desvalorização cambial. Prova disso é que, enquanto na maioria dos países a parcela da renda total apropriada na forma de salários ultrapassa os 70%, no Brasil tal montante mal passa dos 30%. Como é possível sustentar o argumento de que o custo do trabalho, mesmo acrescido das contribuições sociais, desestimula a contratação de mais trabalhadores, quando se sabe que o salário mínimo do Brasil é um décimo do recebido na França, um sexto do que se paga nos Estados Unidos e menor, inclusive, que o de outros países latino-americanos como o Paraguai, o Uruguai, a Argentina e o México?

ORTODOXIA NEOLIBERAL ELEVA O DESEMPREGO

As raízes do desemprego no Brasil definitivamente não estão nem na

rigidez das relações contratuais e tampouco no custo do trabalho, aí incluídas as contribuições sociais. Portanto, não será flexibilizando o mercado de trabalho brasileiro ou diminuindo ainda mais o custo do trabalho que se resolverá o problema.

As causas do desemprego no Brasil têm muito mais a ver com o pouco dinamismo da economia brasileira, resultante da adesão do governo brasileiro à nova ortodoxia estabelecida pelo chamado “Consenso de Washington”, que elegeu como o Santo Graal a ser perseguido pelos governos o binômio inflação zero – déficit público zero.

A formação da Frente Sindical e Parlamentar em defesa dos sindicatos e do emprego

As políticas associadas a essa nova ortodoxia rebaixam o nível de atividade econômica e dificultam, pelas elevadas taxas de juros e pela excessiva rigidez nos gastos públicos, tanto o investimento privado como o investimento público e, conseqüentemente, a criação de empregos.

Um segundo elemento para se compreender as restrições ao crescimento da economia brasileira é o tipo de especialização produtiva que vem sendo perseguido pelo Brasil, fruto de sua inserção passiva na economia internacional. A especialização em produtos de baixo valor agregado, de pouca desenvoltura no comércio mundial,

cria uma inibição externa em seu balanço de pagamentos acima da qual não é possível a economia crescer sem o risco de uma crise cambial. Desta forma o país cai numa espécie de círculo vicioso no qual ou rebaixa ainda mais seus níveis de salário para manter-se competitivo e evitar a restrição externa ou diminui o seu ritmo de atividade econômica. De qualquer modo, quem paga a conta são os trabalhadores.

Reduzir o poder de pressão dos trabalhadores e desestruturar o movimento sindical com a desculpa de criar mais empregos é chantagem barata. Se o governo e os empresários não conseguem garantir aos trabalhadores que contratam condições sociais mínimas, o que deve ser questionado é o próprio capitalismo e não o direito de organização do trabalhador.

A formação da Frente Parlamentar e de Entidades Sindicais em Defesa da Organização Sindical e do Emprego constituiu-se em importante iniciativa do movimento sindical e das forças progressistas com o objetivo de barrar esse ataque cerrado do governo e das forças conservadoras aos direitos dos trabalhadores, representado pela PEC N.º 623/98. Está claro que se permitirmos mais esse avanço das forças conservadoras sobre os direitos dos trabalhadores, novos ataques virão, como, aliás, já anunciou o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, ao propor a inserção de um parágrafo, no artigo 7º da Constituição, que trata dos direitos trabalhistas, como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias, 13º salário, aviso prévio, hora-extra, entre outros, permitindo a sua livre negociação entre patrões e empregados.

Aldo Rebelo é jornalista, deputado federal por São Paulo e líder da bancada do PCdoB no Congresso Nacional

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

A bolha de otimismo e a realidade da recessão

É inegável que, passados quatro meses da desvalorização do Real, criou-se uma bolha de otimismo inflacionada pelo governo e trombeteada pelos meios de comunicação.

Há, no Brasil, dois países que coexistem contraditoriamente: há o país da bolha, do otimismo de que “o pior já passou”, das Bolsas de Valores, da cotação do dólar, dos agiotas e dos especuladores; e o país da realidade, com recessão e desemprego, juros astronômicos, falência dos serviços públicos (até mesmo os privatizados), criminalidade, carestia e “pavor nacional no dia de amanhã”. Quem vai impor sua regra? A realidade ou a bolha? Quem vai furar a bolha?

ORIENTAÇÕES MANTIDAS

Durante os últimos meses, passado o período de angustiante, perplexa e paralisante inação do governo, tudo voltou a ser feito para garantir o que já era. É só consultar o recente acordo com o FMI e comparar com as diversas iniciativas do governo. Tudo, com a óbvia exceção do abandono da “âncora cambial”, foi feito no mesmo sentido do que já vinha sendo feito. Apesar do “susto”, foram mantidas e aprofundadas as orientações fundamentais. Pode-se dizer, elogiosa e ironicamente, que o governo se manteve. No entanto, o Brasil da realidade começa a acordar do sonho do Real e passa a



Com a retomada da inflação, deve ocorrer o retorno das lutas; essa é a lei natural do sindicalismo

se preocupar com os seus problemas.

Se a inflação reaparece, os brasileiros que aprenderam a abominá-la começam a enfrentar a carestia. E embora não tenham compreendido claramente que o caminho indicado pelo governo, o da recessão, apenas adia e agrava a resolução do conflito distributivo, causando enormes perdas, já começam a compreender que não são os responsáveis pelo monstro. São as vítimas e não querem mais continuar a ser vítimas indefesas.

Quem reage contra a carestia, amedrontado pela recessão, começa a pensar em outras alternativas, até mesmo na indexação. E foi a bolha do otimismo, ecoando o acordo com o FMI, que escancarou a meta inflacionária de 16,8% em 1999. Neste caso, o Brasil da realidade vai procurar se proteger, protegendo os salários.

Faz parte da secular análise

histórica do movimento sindical dos trabalhadores que ele luta por salários nominais, que ele se põe em movimento contra as perdas salariais. Esta é quase uma lei natural do sindicalismo, com força e validade, como se fosse uma “lei da gravidade”. Com a retomada da inflação, pode-se prever uma retomada das ações de resistência e luta dos trabalhadores. Já surgiram, das mais diversas entidades e das mais variadas categorias, as posições que confirmam esta resistência, sob a forma da reivindicação de gatilho, semestralidade ou reajuste automático.

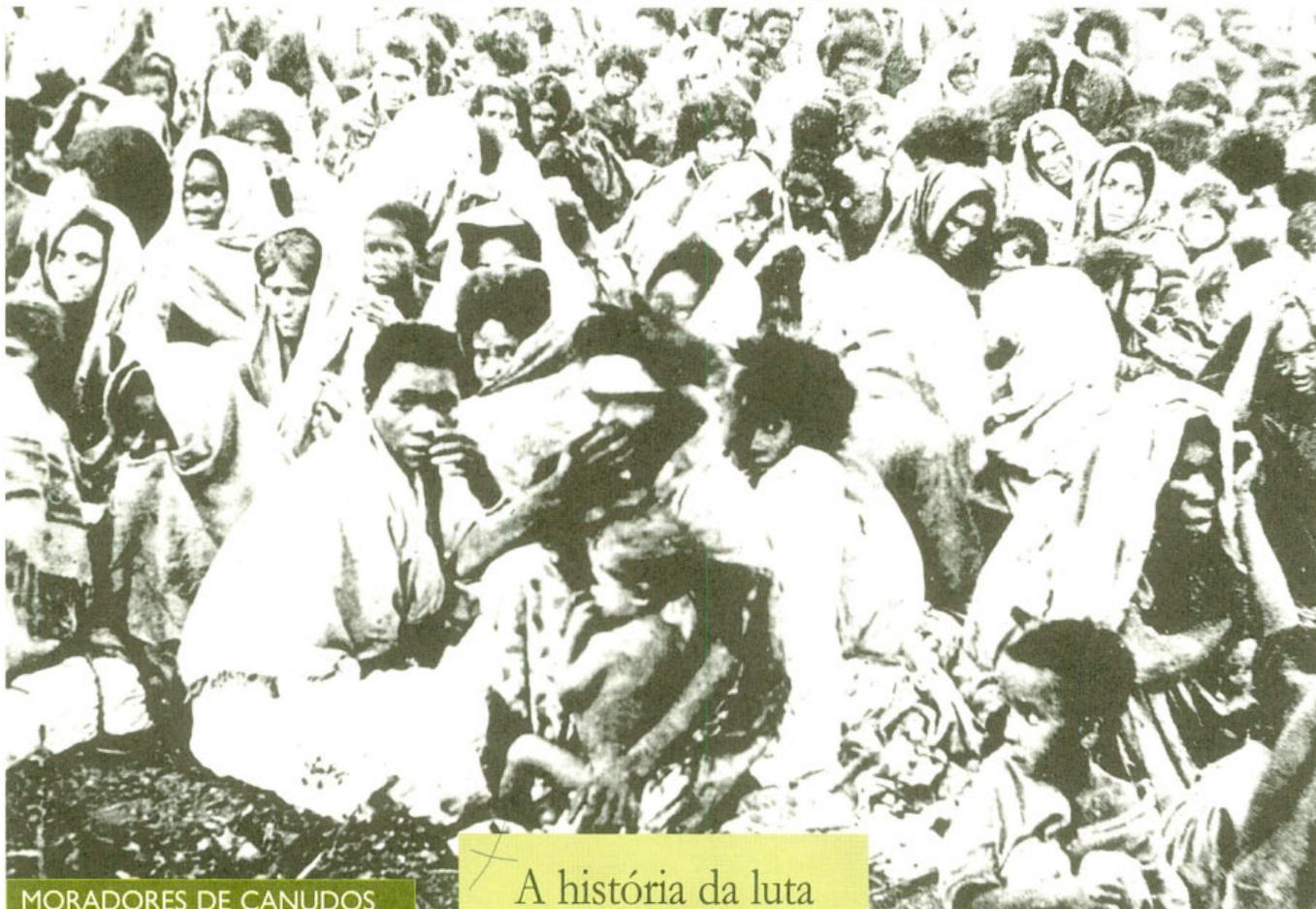
ESTRATÉGIA DE FÔLEGO

Como a luta se dará concretamente depende da correlação real das forças, da situação objetiva dos setores e da experiência dos dirigentes e dos trabalhadores. No entanto, a estas táticas deve-se associar uma estratégia de fôlego, capaz de fazer convergir o movimento para objetivos mais gerais. Em lugar de, por exemplo, tentar resolver abstratamente o problema, o conjunto dos dirigentes sindicais e dos dirigentes políticos responsáveis deve se preocupar com a famigerada MP 1750-48, que proíbe qualquer reajuste automático de salários e entrega ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) o poder do efeito suspensivo.

O Congresso Nacional, que durante quatro longos anos não examinou esta medida provisória, precisa ser desafiado agora, apoiado pelas sucessivas e diversificadas lutas dos trabalhadores, a discuti-la e a rejeitá-la, abrindo caminho estratégico que dê amparo às reivindicações que dizem respeito à proteção do valor real dos salários.

João Guilherme Vargas Netto é sindical de diversas entidades sindicais

500 anos de luta de classes no Brasil



MORADORES DE CANUDOS ANTES DO MASSACRE FINAL

A primeira manifestação das lutas sociais em solo brasileiro foi a resistência indígena à conquista externa, que se traduziu em guerras sem quartel travadas pelos primitivos ocupantes do país. Seus pontos altos foram a “Confederação dos Tamoios” (1554-55 a 1567), que conflitou populações indígenas localizadas no litoral que vai dos atuais estados de São Paulo ao Espírito Santo, e a “Confederação dos Janduí” (conhecida também como “Guerra dos Bárbaros”, de 1683 a 1710), no sertão do Nordeste.

Ao lado desses grandes levantes contra o colonizador, ocorreram ações menores, constantes em toda a história do Brasil e em todo o

A história da luta de classes no Brasil desmascara a tese da “índole pacífica” dos brasileiros. Um rápido levantamento indica que o nosso povo defendeu-se, muitas vezes de armas na mão, contra a exploração de classe e a opressão nacional.

JOSÉ CARLOS RUY

território nacional. Na primeiras décadas do século XX, os Xavantes tornaram-se célebres por sua ousada resistência à ocupação das terras do Brasil Central. E hoje, na Amazônia, são escritas talvez as últimas páginas dessa resistência heróica e desesperada, cuja crônica sangrenta está nas notícias de jornal sobre massacres de índios, invasões de suas terras, atentados de todo tipo contra os direitos ancestrais à terra que ocupam.

NEGROS EM QUILOMBOS

A escravidão dos negros trazidos à força da África teve início, no Brasil, logo nas primeiras décadas da colonização, no século XVI, e desde

esses primeiros momentos eles lutaram contra o estatuto que os oprimia. Essa luta assumiu a forma de fugas para as matas, com a formação de quilombos; guerrilhas; insurreições urbanas; revoltas urbanas organizadas para a tomada do poder; e, finalmente, participação em movimentos políticos conduzidos por outras camadas sociais.

O quilombo de Palmares é a manifestação mais marcante e conhecida. Já no início do século XVII há notícias de quilombos na Serra da Barriga formados por negros dos engenhos de açúcar da região. Palmares cresceu a partir de 1630, ocupando área de umas 60 léguas, abrigando cerca de 25 mil moradores. Em 1695, comandada por Domingos Jorge Velho, a maior força armada reunida em todo o período colonial, destruiu o quilombo, depois de quase um século de resistência. Zumbi, o principal líder da resistência palmarina, morto em 20 de novembro daquele ano, foi incorporado ao panteão dos heróis nacionais depois das pressões do movimento negro nas décadas de 70/80.

Os quilombos existiram em todo o território brasileiro, durante todo o tempo em que durou a escravidão, e sua repressão foi sempre cruel e sangüinária, como a de Palmares. Outro exemplo foi a ação do bandeirante Bartolomeu Bueno do Prado que, em 1759, destruiu o quilombo de Campo Grande, em Minas Gerais e Goiás - ele trouxe como prova do feito 3.900 pares de orelhas de quilombolas, demonstração de tê-los mortos a todos. Outros quilombos famosos foram o da Carlota, formado por volta de 1770, em Mato Grosso, e o do Preto Cosme, Maranhão, célebre por sua participação na Balaiada (1838/1843).

Menos conhecidas que os quilombos, as insurreições armadas

urbanas e as revoltas organizadas para tomar o poder tiveram, entretanto, alcance social e político mais profundo. As de maior destaque foram as inúmeras insurreições dos negros do Recôncavo Baiano, entre 1807 e 1844. A mais importante foi a de 1835, em Salvador, conhecida como Revolta dos Malês. Muitos vêem nela um movimento de inspiração religiosa, embora ela tenha mobilizado não só os escravos da etnia haussá, cuja religião era marcada pelo islamismo, mas também negros de outras etnias, numa ação conjunta cujo objetivo era eliminar a escravidão e tomar o poder na cidade de Salvador. Seu planejamento foi meticuloso e envolveu escravos de todo o Recôncavo. Foi descoberta devido a

O quilombo de Palmares e as insurreições armadas dos negros escravos

uma delação. Na prisão, alguns deram exemplo de grande dignidade, como o nagô Henrique que, sob tortura, e já com as primeiras contrações do tétano que o mataria, recusava-se a entregar seus companheiros afirmando que “não dizia mais nada porque não é gente de dizer duas coisas, e o que disse está dito até morrer”.

LUTAS PELA INDEPENDÊNCIA

A primeira grande manifestação colonial de autonomia em relação a Portugal foi a luta contra os holandeses que atacaram a Bahia e, depois, ocuparam Pernambuco, no século XVII. Em 1624, eles atacaram

Salvador, cuja população fugiu para o interior. D. Marcos Teixeira, bispo da cidade, organizou a resistência que expulsou os invasores. Em 1630, os holandeses voltam a atacar, ocupando Pernambuco e, em seguida, a faixa de terra que vai de Alagoas ao Rio Grande do Norte.

O domínio holandês foi mais ou menos estável durante o tempo em que conseguiu conciliar seus interesses colonizadores com os dos grandes proprietários rurais. Quando essa espécie de aliança foi rompida e os holandeses tentaram impor prejuízos econômicos pesados aos proprietários nordestinos, eles mobilizaram todas as forças sociais da Colônia - clero, camadas pobres, índios e até mesmo negros livres - e, numa campanha vitoriosa, forçaram os holandeses a assinarem a rendição em 1654.

Foi um feito notável: a Holanda era então a principal potência econômica, política e militar da Europa. Portugal havia acabado de sair do domínio espanhol (a União Ibérica durou de 1580 a 1640) e o rei, aconselhado pelo padre Antônio Vieira, considerava a hipótese de entregar Pernambuco e toda a área ocupada aos holandeses, rearticulando seus interesses coloniais em outra parcela de seu território na América do Sul. Em consequência, não houve apoio militar e político de Lisboa à insurreição, e a empresa de expulsar o ocupante estrangeiro do território brasileiro foi conduzida e financiada por brasileiros.

Outros movimentos em cujo programa a busca da independência tinha lugar de destaque ocorreram no final do século XVIII, destacando-se entre eles as inconfiências Mineira (1789) e do Rio de Janeiro (1794), e a Revolução dos Alfaiates (1798), liderada por soldados e alfaiates negros de Salvador, e envolvendo padres, profissionais liberais, funcionários públicos, oficiais das milícias,

Bandeirante apresenta 3.900 pares de orelhas como prova da destruição

sapateiros, pedreiros, além de muitos escravos.

Em 1817, comerciantes brasileiros, grandes proprietários, parte do clero e pobres sem acesso à terra instalaram em Recife o primeiro governo nacional brasileiro, abrangendo Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A falta de coesão política entre os dirigentes (causada por divergências sobre a abolição da escravidão e sobre a conveniência de mobilizar o povo em defesa da revolução) tornou o novo governo muito fraco. Em maio de 1817, quando tropas portuguesas desembarcaram em Recife, os revolucionários fugiram para o interior e o sonho de liberdade foi desbaratado.

A versão oficial da Independência diz que ela foi uma doação do príncipe D. Pedro e transcorreu num pacífico clima de negociação. Um engano útil para a elite brasileira e para aqueles que acreditam na cordialidade do povo brasileiro e na brandura das classes dominantes em nosso país. Mas a história ensina que a conquista da independência seguiu o caminho manchado de sangue dos confrontos militares. Em junho de 1822, os liberais baianos iniciaram no Recôncavo um movimento para expulsar as tropas portuguesas. No Piauí e no Maranhão, os brasileiros também se levantaram de armas nas mãos contra o domínio português, numa luta que durou até março de 1823 e mobilizou um número maior de soldados do que as campanhas lideradas por Simón Bolívar para alcançar a independência de vários países sul-americanos. Na Bahia, a guerra durou até 2 de julho de 1823, quando finalmente as tropas do

general Madeira foram derrotadas, e a independência do Brasil foi consolidada com a retirada das últimas forças militares estrangeiras que ainda permaneciam em solo nacional.

LEVANTES DA REGÊNCIA

Feita a independência, as lutas entre nacionalistas e portugueses marcaram todo o primeiro Império. Em 1823, D. Pedro I dissolveu a Assembléia Constituinte, atribuindo a si poderes absolutos. Os liberais pernambucanos não aceitaram a constituição outorgada e, com apoio da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, proclamaram a Confederação do Equador, em 1824. Foram derrotados, e as comissões militares nomeadas por D. Pedro para julgar os envolvidos foram implacáveis, fazendo jorrar muito sangue brasileiro, entre eles o de Frei Caneca, um dos principais líderes do movimento, e que foi fuzilado porque as autoridades militares não encontraram em Recife nenhum carrasco que se dispusesse a enforcá-lo.

Em 1831, um levante popular apoiado pela tropa obrigou Pedro I a abdicar, abrindo-se assim o período agitado da Regência, com revoltas em diversas províncias: a Setembrada, no Maranhão, a Novembrada e a Abrilada, em Pernambuco, as Revoltas Federalistas, na Bahia, a Guerra dos Cabanos (de 1832 a 1835) nos sertões de Alagoas e Pernambuco. Em 1835, houve uma revolta em Ouro Preto, Minas Gerais; em, 1834-35, a Carneirada, em Pernambuco; em 1837, a Sabinada tentou instaurar uma república



independente na Bahia. No Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha instaurou uma república independente que durou de 1835 a 1845, e que não chegou a ser derrotada pois terminou através de um tratado pelo qual o Rio Grande do Sul aderiu ao império brasileiro e os oficiais farrapos eram integrados ao exército imperial com as mesmas patentes que tinham no exército rebelde.

Uma das principais revoltas do período regencial foi a Cabanagem (1835-1840), no Pará, onde pela primeira vez as camadas populares conquistaram e mantiveram o poder por longo espaço de tempo. Em 1838, houve a Balaiada, no Maranhão, reprimida por Caxias com apoio de liberais que haviam ajudado a deflagrar a revolta, mas recuaram, temerosos, depois que os camponeses, ex-escravos e quilombolas, aderiram ao movimento. Eles foram anistiados por Caxias sob a condição de aderirem à luta contra seus antigos

2 de julho de 1823: povo baiano consolida a independência, expulsando

do quilombo de Campo Grande; a violência das classes dominantes



As lutas pela independência e os levantes populares durante o Império e a Regência

aliados. Em 1842, houve a Revolução Liberal, em São Paulo e Minas Gerais, também reprimida por Caxias. E, de 1848 a 1850, houve a Revolução Praieira, em Pernambuco, um movimento democrático e antilatifundiário, com grande apoio popular.

GUERRAS CAMPONESAS

Entre os movimentos armados dos camponeses brasileiros, destacam-se por sua extensão e capacidade de resistência, a revolta dos Mucker, Canudos e a Guerra do Contestado. Os colonos alemães pobres de São Leopoldo (RS),

espoliados pelos proprietários locais, juntaram-se numa seita que ficou conhecida como Mucker. Em 1874, após perseguições e humilhações, passaram a incendiar as propriedades de seus inimigos, matando as pessoas nelas encontradas. A força policial da província e a Guarda Nacional foram insuficientes para reprimir o movimento e um batalhão do Exército foi mobilizado, sob o comando do general Genuíno Olympio de Sampaio, que morreu em combate. Após uma batalha na qual os Mucker foram vitoriosos, o batalhão foi reforçado por soldados e canhões e, em agosto de 1874, os rebeldes foram pura e simplesmente arrasados.

A guerra sertaneja de Canudos assumiu proporções mais amplas. No sertão baiano, cerca de 25 mil pessoas juntaram-se em torno de Antonio Conselheiro, fixando-se no arraial de Canudos. Em 1896, a polícia baiana atacou o arraial, sendo repelida. Mais tarde, com reforços do governo federal, atacou novamente, sendo derrotada outra vez. Canudos transformou-se, então, num caso nacional, sendo considerado uma ameaça à República. Em 1897, uma tropa do Exército foi derrotada pelos sertanejos. A seguir, foram enviados dois regimentos de infantaria, um batalhão da polícia estadual, um esquadrão de cavalaria e uma bateria de artilharia ligeira, sob o comando do coronel Moreira César. O coronel morreu em combate e a tropa debandou. Ainda nesse ano, outra expedição, comandada pelo general Oscar de Andrade Guimarães, com canhões, farta munição e quase 5 mil soldados, cercou Canudos, cuja população foi aniquilada. O cadáver de Antonio Conselheiro foi

desenterrado e sua cabeça decepada, sendo levada a Salvador como troféu.

Outra grande revolta sertaneja foi a guerra Santa do Contestado, de 1912 a 1915, numa área extensa na fronteira entre o Paraná e Santa Catarina. Utilizando a luta de guerrilhas, os rebeldes, que várias vezes foram dados como vencidos pela repressão, reorganizavam-se em locais diferentes, continuando a luta até que, em 1915, se dispersaram. Destacam-se, ainda, entre as lutas do campo, as rebeliões de Porecatu e Trombas e Formoso, ambas iniciadas em 1950, e as lutas dos posseiros por um pedaço de chão que chegam até nossos dias. Cabe registrar, entre as lutas no campo, a guerrilha do Araguaia (1966/1974) que, embora tendo o caráter de um movimento de resistência à ditadura militar, atuou entre os camponeses do sul do Pará e deixou, entre eles, o exemplo de organização e de luta.

MOVIMENTOS MODERNOS

Após a abolição da escravidão, em 1888, o desenvolvimento da classe operária acelerou-se no Brasil, e a luta social, antes traduzida em levantes e motins, passa a assumir a feição moderna da luta de classes, cujos principais movimentos são as greves operárias e a luta revolucionária pela superação do capitalismo. Isto ocorre principalmente a partir de 1922 quando, com a fundação do Partido Comunista do Brasil, esse programa adquire forma orgânica e consciente no confronto contra a burguesia e as demais classes proprietárias. A história da luta de classes no século XX está marcada, assim, por grandes movimentos operários, como a greve

as últimas tropas militares estrangeiras do solo brasileiro

Mucker, Canudos e Contestado: a guerra camponesa no Brasil

de 1906, primeira greve geral ocorrida no país; a greve de 1917, iniciada em São Paulo e que correu os outros estados como um vagalhão; ou as greves operárias de 79/80, que colocaram em xeque a ditadura militar e abriram uma nova fase na luta pela democracia no Brasil.

A classe operária envolveu-se em movimentos de grande extensão contra governos antipopulares, antidemocráticos e antinacionais. Mas não foi a única protagonista de episódios da luta de classes em nosso tempo. Após a proclamação da República, em 1889, ocorreram a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul (de 1893 a 1895), movimentos fortemente suspeitos de simpatias pela monarquia e severamente reprimidos pelo governo de Floriano Peixoto.

Se os reacionários tentavam restaurar a monarquia, os soldados e marinheiros lutavam contra os iníquos castigos físicos ainda usados como medidas disciplinares. Em 1910, os marinheiros, liderados por Francisco Dias e João Cândido, levantaram os principais navios da armada brasileira e os manobram ameaçando bombardear o Rio de Janeiro se não fossem atendidos. Acuado, o governo aceitou as exigências dos rebeldes, de pôr fim ao uso de castigos físicos e de anistiar os revoltosos. Mas, a pretexto de uma revolta ocorrida na Ilha das Cobras, na Baía da Guanabara, João Cândido e seus companheiros foram novamente presos e desterrados para a Amazônia; durante a viagem, feita através do navio Satélite, muitos deles foram pura e simplesmente assassinados.

O ciclo das revoluções políticas modernas foi aberto, em 5 de julho de 1922, com o levante do Forte de Copacabana, que marcou o início do movimento tenentista, que se desenvolveu durante toda a década,

ocorrendo levantes militares em vários estados. Em 1924, os remanescentes dos levantes tenentistas em São Paulo e Rio Grande do Sul formaram a Coluna Prestes, comandada por Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa. Percorreram 36 mil quilômetros pelo interior do Brasil, enfrentando tropas federais e estaduais e, em 1927, internaram-se na Bolívia.

Os tenentes tiveram participação importante no movimento que, em outubro de 1930, colocou um ponto final na República Velha. Depois de 1930, entretanto, os tenentes dividiram-se. Uns aderiram ao governo Vargas, muitos outros se tornaram fascistas e muitos adotaram posições socialistas e mesmo comunistas. Depois de 1934, frente a essas divisões, o movimento

O desenvolvimento da classe operária, as greves e as tentativas revolucionárias de superação do capitalismo

desarticulou-se.

Em 1935, sindicatos, políticos independentes, tenentes e comunistas fundam a Aliança Nacional Libertadora, uma frente única presidida por Luiz Carlos Prestes. Com um programa nacionalista e antilatifundiário, a ANL foi fechada pelo governo meses após a sua fundação. Em novembro de 1935, ocorreu o levante armado da ANL, em Natal, Recife e Rio de Janeiro, logo derrotado pelo

governo. Essa derrota foi seguida por prisões em massa, torturas e assassinatos políticos.

CONCLUSÃO

A história do Brasil é marcada por episódios de confrontos armados, levantes, motins, revoluções. Ela é um exemplo da lição deixada por Marx e Engels, de que o motor da história é a luta de classes. Em nosso país, ela teve muitas limitações. O processo revolucionário nunca se completou: a independência, o fim da escravidão e da monarquia, a revolução de 1930, o fim da ditadura militar de 1964, foram processos revolucionários marcados, em sua resolução, pela adesão de setores das classes dominantes aos movimentos de contestação. Isso parece confirmar a ambição das classes dominantes de mudar para que tudo continue como está.

Mas, apesar disso, o Brasil só se tornou o que é pela luta de seu povo. Se alcançamos uma situação democrática, apesar de precária, foi porque a luta pela liberdade está enraizada no passado histórico mais profundo de nosso povo. Se o Brasil tem seu extenso território, é porque o povo moveu-se para conquistá-lo; se manteve sua integridade ao longo da história, foi porque o povo lutou para expulsar forças estrangeiras que tentavam abocanhar parcelas dele; se houve progresso social no país, embora ainda insuficiente, ele foi regado pelo sangue dos que lutaram para superar situações de iniquidade, miséria e opressão. Nossa história foi pontilhada de conflitos, e não um calmo passeio, como pretendem aqueles que temem a luta do povo e têm privilégios a defender.

José Carlos Ruy é jornalista, membro do conselho editorial da revista "Princípios"

Alberto Korda



A revolução cubana

Extratos do discurso pronunciado por Fidel Castro no Parque Céspedes, em Santiago de Cuba, em 1º de janeiro de 1999, na comemoração dos 40 anos da vitória da revolução cubana.

FIDEL CASTRO

Recordo aquela noite de 1º de Janeiro de 1959. Revivo e percebo as impressões e detalhes como se tudo estivesse ocorrendo neste mesmo instante. Parece irreal que o destino nos tenha proporcionado o raro privilégio de voltar a falar ao povo de Santiago de Cuba, 40 anos depois.

Antes do amanhecer daquele dia, ao chegar a notícia da fuga do tirano (Fulgencio Baptista) e dos principais chefes de seu vergonhoso regime, diante do avanço incontrolável de

nossas forças, senti por alguns segundos uma estranha sensação de vazio. Como havia sido possível aquela incrível vitória, em pouco mais de 24 meses? Tudo se deu a partir do instante em que reunimos sete fuzis em 18 de dezembro de 1956, depois do duríssimo revés que praticamente aniquilou nosso destacamento. Como fora possível retomar a luta contra um conjunto de forças militares que contava com 80 mil homens armados, milhares de

quadros de comando com preparação acadêmica, moral elevada, atrativos, privilégios, mito de invencibilidade jamais questionado, assessoramento infalível e provisões seguras dos Estados Unidos? As idéias justas, que um povo valente tomou para si, foram capazes de realizar um milagre militar e político (...).

Nossa tristeza passageira na vitória, era a nostalgia da experiência vivida, a recordação fresca dos

“As idéias justas, que um povo valente tomou para si, foram capazes de

companheiros caídos ao longo da luta, a consciência plena daqueles anos tão extraordinariamente difíceis e adversos que nos obrigaram a ser melhores do que éramos e a convertê-los nos mais frutíferos e criadores de nossas vidas. Teríamos que abandonar nossas montanhas, nossos campos, nossos costumes de absoluta e obrigada austeridade, nossa vida tensa de alerta permanente frente a um inimigo que podia aparecer por terra ou por ar, a qualquer instante dos 761 dias que duraram a guerra (...).

Honra e glória eterna, respeito infinito e carinho aos que caíram para tornar possível a independência definitiva da pátria. Para todos os que escreveram aquela epopéia nas montanhas, campos e cidades, guerrilheiros ou lutadores clandestinos, aos que depois do triunfo morreram em outras missões gloriosas ou entregaram lealmente sua juventude e suas energias à causa da justiça, da soberania e à redenção de seu povo, aos que morreram e aos que ainda vivem (...).

AVANÇOS APÓS 40 ANOS DE REVOLUÇÃO

Hoje, para as gerações mais novas, a Revolução apenas começa. Um dia como este não teria sentido se não se fala para elas. Quem são os que estão aqui presentes? Em sua imensa maioria não são os mesmos homens, mulheres e jovens daquele dia. O povo a que me dirijo não é o povo daquele 1º de Janeiro. Não são os mesmos homens e mulheres. É outro povo distinto e ao mesmo tempo o mesmo povo eterno. O que assim se expressa nesta tribuna tampouco é exatamente o mesmo

homem daquele dia. É alguém muito menos jovem, que se chama igual, que se veste igual, que pensa igual, que sonha igual (...).

Uns 30% daqueles compatriotas não sabiam ler e nem escrever. Penso que talvez outros 60% não alcançavam o 6º grau. Existiam apenas algumas dezenas de escolas técnicas, institutos pré-universitários - não todos ao alcance do povo -, um centro para a formação de professores, três universidades públicas e uma privada (...).

Hoje, educadores com muito melhor nível e professores na ativa são mais de 250 mil; médicos, 64 mil; universitários graduados, 600 mil. Não existe um analfabeto, é raríssimo que alguém tenha cursado abaixo do 6º grau. O ensino é obrigatório até ao 9º grau. Todos os que o alcançam, sem exceção, podem continuar gratuitamente os estudos de nível médio superior (...). Hoje, somos, com orgulho, o país do mundo com maior índice *per capita* de educadores, médicos e professores de educação física e esportes, e a mais baixa taxa de mortalidade infantil e materna entre os países do Terceiro Mundo (...).

O povo de ontem, analfabeto e semi-alfabetizado, sem uma verdadeira e mínima cultura política, foi capaz de fazer a Revolução, defender a pátria, alcançar depois uma extraordinária consciência política e iniciar um processo revolucionário que não tem paralelo neste hemisfério e nem no mundo. Digo não por ridículo espírito chovinista ou com a absurda pretensão de sermos melhores do que outros. Digo porque a Revolução que nascia naquele 1º de Janeiro quis o azar do destino que fosse

submetida a mais dura prova, na qual jamais foi submetida nenhum outro processo revolucionário do mundo.

Nosso povo heróico de ontem e de hoje, nosso povo eterno, com a participação de três gerações, resistiu a 40 anos de agressões, bloqueio, guerra econômica, política e ideológica da mais poderosa e rica potência imperialista que já existiu na história do mundo. Sua mais extraordinária página de glória e firmeza patriótica e revolucionária está sendo escrita nestes anos de período especial, quando ficamos absolutamente sós no meio do Ocidente, há 90 milhas dos Estados Unidos e decidimos seguir adiante (...).

CAPITALISMO É CAÓTICO, RUINOSO E DESTRUTIVO

As soluções para a humanidade não virão da boa vontade dos que se apossaram do mundo e o exploram. Todavia, eles não podem sonhar ou conceber outra coisa que não seja o caráter perene do que constitui o céu para eles e o inferno para o resto da humanidade. Inferno real e sem remédio possível. A ordem econômica que prevalece hoje no planeta cairá inevitavelmente. Até um colegial que saiba somar, diminuir, multiplicar e dividir o suficiente para obter uma simples aprovação em aritmética, poderia compreender isso.

Muitos recorrem ao infantil recurso de chamar de cépticos aqueles que falam destes temas. Não faltam, inclusive, os que sonham em estabelecer colônias na Lua ou no planeta Marte. Não os critico por sonhar. Talvez, se conseguirem,

“O povo a que me dirijo não é o mesmo daquele de 1º de janeiro. É outro

realizar um milagre militar e político”

seriam os lugares onde alguns poderiam refugiar-se, caso não se detenha a brutal e crescente agressão ao planeta onde habitamos.

O sistema atual é insustentável porque se mantém sobre leis cegas, caóticas, ruins e destrutivas à sociedade e à natureza. Os próprios teóricos da globalização neoliberal, seus acadêmicos, expositores e defensores do sistema, mostram-se incertos, vacilantes e contraditórios. Há mil interrogações que não podem ser respondidas. É hipócrita afirmar que a liberdade do homem e a absoluta liberdade do mercado são conceitos inseparáveis. É como se as leis de mercado, que originaram os sistemas sociais mais egoístas e desiguais que o homem tem conhecimento, fossem compatíveis com a liberdade do ser humano. Simplesmente esse sistema converte os homens em mercadoria. Seria muito mais exato dizer que sem igualdade e fraternidade - lemas sacrossantos da própria revolução burguesa -, não pode jamais haver liberdade. E a igualdade e a fraternidade são absolutamente incompatíveis com as leis de mercado (...).

Os mais fanáticos defensores e crentes do mercado terminaram por convertê-lo numa nova religião. Surge, assim, a teologia do mercado. Seus acadêmicos, mais que cientistas, são teólogos. Para eles é uma questão de fé. Por respeito às verdadeiras religiões praticadas honestamente por milhões de pessoas no mundo e aos verdadeiros teólogos, poderíamos, simplesmente, analisar que a teologia do mercado é sectária, fundamentalista e anti-ecumênica.

Por muitas outras razões, a ordem mundial atual é insustentável. Um

**Leis de mercado
convertem homens
em mercadorias; são
incompatíveis com
a igualdade e a
fraternidade
humana**



Mario Gorda Joya

biotecnólogo diria que em seu mapa genético aparecem numerosos genes que o conduzem a sua própria destruição. Surgem novos e insuspeitos fenômenos que escapam totalmente ao controle de governos e das instituições financeiras internacionais (...). Todo o mundo fala de uma crise financeira internacional, mas os únicos que não estão inteirados são os cidadãos norte-americanos. Eles estão gastando mais do que nunca e suas economias estão abaixo de zero. Não importa. Suas transnacionais invertem o dinheiro dos demais. Tampouco importa o crescente déficit comercial que alcança os US\$ 240 bilhões. São os privilégios do império que imprime a moeda de reserva do mundo (...).

Ao menor descuido, os especuladores tomam de assalto e desvalorizam a moeda de qualquer país e, em questão de dias, liquidam suas reservas em divisas, acumuladas, quem sabe, em dezenas de anos. A ordem mundial criou as condições para isto. Nada em absoluto está

nem pode estar seguro. Os lobos, agrupados em manadas e apoiados em programas computadorizados, sabem onde atacam, quando atacam e porque atacam (...).

Há palavras que não podem ser pronunciadas neste templo dos fanáticos da ordem mundial imposta. Exemplos: regulamentação, empresa pública, programa de desenvolvimento econômico, qualquer forma de planificação mínima, participação ou influência do Estado na área econômica. Tudo isso perturba o idílico sonho do paraíso do livre mercado e da empresa privada. Tudo deve ser desregulamentado, inclusive o mercado de força de trabalho. A ajuda para o desemprego deve ser reduzida ao indispensável e ao mínimo para não apoiar “vagabundos” e “vadios”. O sistema de pensões deve ser reestruturado e privatizado. O Estado deve ocupar-se da Polícia e do Exército para manter a ordem, reprimir protestos e fazer a guerra. Nem sequer é admissível que o Estado participe das políticas

povo distinto e, ao mesmo tempo, o mesmo povo eterno”

“Nenhuma causa é mais importante do que da própria humanidade”

monetárias do Banco Central - este deve ser absolutamente independente. Luís XIV sofreria muito, porque ele disse “o Estado sou eu”, agora diria “não sou absolutamente nada” (...).

A ordem prevalecente se debate entre inflação, recessão, deflação, possíveis crises de superprodução, baixas sustentadas dos produtos básicos. Países tão imensamente ricos, como a Arábia Saudita, têm déficits orçamentários e comerciais - apesar de exportar 8 milhões de barris diários de petróleo. Os prognósticos otimistas de crescimento dissipam-se. Não há a menor idéia de como serão resolvidos os problemas do Terceiro Mundo. Com que bens de capital, tecnologia, redes de distribuição e créditos para a exportação contam para buscar mercados, competir e exportar? (...).

FUTURO DA HUMANIDADE DEPENDE DAS LUTAS DE HOJE

O mundo necessita de uma certa direção para enfrentar suas atuais realidades. Somos 6 bilhões de habitantes no planeta. É quase seguro que em apenas mais cinco décadas sejamos 9,5 bilhões. Garantir alimento, saúde, educação, emprego, roupa, calçado, teto, água potável, eletricidade e transporte para tão extraordinário número de pessoas, que virão precisamente dos países mais pobres, será um desafio colossal. Primeiro haverá que definir padrões de consumo. Não podemos seguir implantando os gostos e modos de vida inspirados no modelo esbanjador das sociedades industrializadas. Isto seria suicida, além de impossível. Há que se programar o desenvolvimento do mundo. Essa tarefa não pode ficar em mãos das transnacionais e das cegas e caóticas leis de mercado (...).

Os povos lutaram, as massas

desempenharam importante e decisivo papel nessas lutas, o que no fundo será a sua resposta à pobreza e aos sofrimentos impostos. Muitas formas criadoras e engenhosas de pressão e ação política surgirão. Muitos governos ficarão desestabilizados pelas crises econômicas e pela ausência de saídas dentro do sistema econômico internacional.

O povo luta para salvar a revolução e as conquistas do socialismo e avança em suas metas, como Che e Camilo

Vivemos uma etapa em que os acontecimentos marcham à frente da consciência das realidades que padecemos. Há que semear idéias, desmascarar enganos, sofismas e hipocrisias, usando métodos e meios que se contraponham à desinformação e às mentiras institucionalizadas. A experiência de 40 anos de calúnias, caídas sobre Cuba como chuvas torrenciais, ensinou-nos a confiar no instinto e na inteligência dos povos (...).

LUTA É MAIS DURA, DIFÍCIL E NECESSÁRIA

O povo que lidera a heróica luta do período especial para salvar a pátria, a Revolução e as conquistas

do socialismo, avança sem parar para alcançar suas metas, igual aos combatentes de Camilo e Che, da Sierra Maestra a Escambray. Como disse (Julio Antonio) Mella, todo tempo futuro tem que ser melhor (...). Já deixamos para trás o revés de Alegria de Pío, passamos por Cinco Palmas e temos reunido forças. Somos capazes de vencer como 300 venceram a 10 mil, somos muito mais fortes e estamos seguros da vitória.

A todos nossos compatriotas, especialmente aos jovens, asseguro-lhes que os próximos 40 anos serão decisivos para o mundo. Daqui para frente, as tarefas serão incomparavelmente mais complexas e difíceis. Novas metas gloriosas os esperam, a imensa honra de revolucionários cubanos os exigem. Lutaremos por nosso povo e pela humanidade. E nossa voz pode chegar e chegará muito longe.

A batalha de hoje é dura e difícil. Na guerra ideológica, como nas lutas bélicas, produzem-se também baixas. Diante dos tempos duros e das condições difíceis, nem todos têm índole necessária para resistir (...).

Aprofundar a consciência, formar caráter, educar na dura escola da vida de nossa época, semear idéias sólidas, utilizar argumentos que são irrefutáveis, predicar com o exemplo e confiar na honra do homem. Com isso se pode conseguir que, de cada dez, nove permaneçam em seus postos de combate junto à bandeira, junto à Revolução e junto à pátria.

Socialismo ou Morte!

Pátria ou Morte!

Venceremos!

Fidel Castro é o primeiro secretário do PCC e presidente do Conselho de Estado de Cuba. Tradução de Sandra Luiz Alves



Rosa Luxemburgo

A revolucionária alemã, “a rosa vermelha do socialismo”, foi assassinada em janeiro de 1919. Suas idéias, entretanto, permanecem vivas e instigantes até hoje.



AUGUSTO BUONICORE

Nos 80 anos do assassinato de Rosa Luxemburgo, um estranho silêncio cercou este importante acontecimento. Pouca tinta foi gasta para debater suas idéias ou para expor sua brilhante trajetória de militante comunista. Nada explica o atual silêncio sobre ela e sua obra, que em grande parte mantém uma angustiante atualidade.

Rosa Luxemburgo foi uma

combatente de primeira hora na luta contra o capitalismo. Criticou o revisionismo teórico da social-democracia e o oportunismo de direita das direções sindicais da Alemanha. Apoiou a experiência da revolução russa. Quando da traição da II Internacional, colocou-se ao lado de Lênin na luta contra a guerra imperialista e pelo socialismo. Foi fundadora do Partido Comunista

Alemão. Não por acaso, na abertura do Congresso da III Internacional, em março de 1919, o próprio Lênin fez uma homenagem a esta heroína do proletariado: “a águia polonesa”.

O ATO FINAL - COVARDE ASSASSINATO

Era 15 de janeiro. As ruas de Berlim estavam tensas, por toda

Rosa e Karl Liebknecht são assassinados no zoológico de Berlim; seus

parte viam-se vestígios dos combates dos dias anteriores. As tropas do exército alemão e os grupos paramilitares desfilavam imponentes pelas ruas. A insurreição operária parecia ter chegado ao seu final; uma batalha perdida, mas não a guerra. Assim pensavam Rosa e Karl Liebknecht, quando foram seqüestrados e levados ao Hotel Éden para averiguações; de lá deveriam seguir para a prisão, onde já se encontravam centenas de revolucionários; mas o cortejo faria um outro caminho, que não era o da prisão e nem o do exílio.

A burguesia e os generais alemães já haviam decretado a sua sentença. Os dois são conduzidos ao zoológico de Berlim aonde seriam brutalmente assassinados. Os dois corpos, sem identificação, são jogados nas águas frias do canal Landwehr. Rosa Luxemburgo e Liebknecht estavam mortos, mas a história que construíram se manteria viva na consciência dos trabalhadores avançados do mundo.

PRIMEIROS PASSOS NA MILITANCIA

Quem se prendesse apenas a sua origem social, não poderia entender como aquela menina, nascida em 5 de março de 1871, filha de uma abastada família de judeus poloneses, poderia se transformar na “Rosa Vermelha”, destacada dirigente do movimento comunista internacional. Mas o ambiente efervescente reinante na Polônia, então dominada pela Rússia, levava muitos jovens a se engajassem nos movimentos contestatórios. E este foi o caminho que Rosa escolheu.

Já em 1889, com apenas 19 anos,

vê-se obrigada a deixar a Polônia e exilar-se em Zurique, onde concluiu seus estudos, doutorando-se em Economia. No exílio, em 1894, junto com seu companheiro Leo Jogiches, ajuda a fundar o Partido Social-Democrata da Polônia. Pouco a pouco, Zurique se tornava calma e pequena demais para a personalidade agitada de Rosa. Por isso, em 1898, resolve se transferir para o centro da luta de classes do momento, o coração da revolução: a Alemanha.

Lá chegando, ingressa imediatamente no Partido Social-Democrata Alemão (PSDA), o maior partido operário do ocidente, e logo se envolve no centro de uma grande polêmica - que podia ser traduzida num único e decisivo dilema: reforma ou revolução?

O apoio entusiasta à revolução russa de 17 e a advertência sobre os riscos de retrocessos na democracia socialista

O crescimento relativamente pacífico do capitalismo alemão e a conquista de maiores liberdades democráticas propiciaram um avanço eleitoral sem precedente para a social-democracia. Isto levou muitos dirigentes a calentar a esperança de que houvesse outra alternativa para a conquista do socialismo que não fosse a via revolucionária. O principal teórico dessa via reformista foi Edward

Bernstein, dirigente do PSDA, e, até então, considerado herdeiro de Engels, do qual foi amigo.

Bernstein apregoava que o desenvolvimento do capitalismo não levaria à monopolização crescente da economia, mas à sua democratização, com o aumento do número de proprietários via introdução das sociedades por ações. Esta tendência produziria um fortalecimento das classes médias, eliminando as previsões “catastróficas” de Marx sobre o choque inevitável entre burgueses e proletários. Por isso, Bernstein decidiu “revisar” as teorias de Marx - daí o termo revisionismo.

Essa análise o leva a elaborar uma nova tática, que privilegiava a luta parlamentar e sindical. Para ele, seria através do voto que o trabalhador se elevaria “da condição social de proletário para àquela de cidadão”. A luta sindical por melhores condições de trabalho e salários seria o instrumento privilegiado para conduzir a sociedade capitalista, através de reformas econômicas, ao socialismo. Na verdade, estas reformas já seriam a própria realização molecular da nova sociedade. É de Bernstein a famosa frase: “o movimento é tudo e o fim nada significa”.

Rosa foi uma das primeiras a insurgir contra tais teses, que contradiziam a essência do marxismo revolucionário. Em 1899, escreveu uma das mais belas obras contra o revisionismo: “Reforma social ou revolução?”. Neste livro, desmantela, com maestria, uma a uma as teses reformistas, contribuindo assim para que elas fossem rejeitadas pela maioria do partido - embora continuassem a exercer grande influência sobre vários de seus

O ingresso no Partido Social-Democrata Alemão e o envolvimento na

corpos, sem identificação, são jogados nas águas frias do canal Landwher

dirigentes, que as retomariam em outras ocasiões. As críticas contundentes e mordazes mostram bem a coragem e o espírito revolucionário de Rosa. Poucos no PSDA ousariam desafiar a autoridade de Bernstein, muito menos compará-lo a um radical burguês.

O objetivo final do socialismo, afirma em seu livro, “é o único elemento decisivo na distinção entre o socialista e o radical burguês”. A política apregoada por Bernstein “visa uma única coisa: conduzir-nos ao abandono do objetivo último, a revolução social, e, inversamente, fazer da reforma social, de simples meio de luta de classes, o seu fim”. Rosa Luxemburgo, portanto, não negava o papel das reformas, mas acreditava que “entre a reforma e a revolução devia haver um elo indissolúvel” no qual “a luta pela reforma é o meio e a revolução social é o fim”.

A DURA CRÍTICA À BUROCRACIA SINDICAL

Na mesma linha da polêmica, Rosa vai criticar o oportunismo reinante nas direções dos sindicatos alemães. O PSDA já havia desenvolvido a concepção de que o partido revolucionário era uma forma superior de organização da classe operária. Era o partido, como vanguarda da classe, que deveria dar direção política as organizações sindicais e populares. Mas o rápido crescimento dos sindicatos criaria distorções nesta complexa relação. Em

1904, o número de sindicalizados ultrapassava a marca de um milhão. Os filiados ao partido social-democrata não chegavam aos 400 mil. Este quadro permite a construção de poderosas máquinas sindicais, com sedes, gráficas, editoras, clubes, inúmeros funcionários e a acumulação de vultuosos fundos financeiros.

Neste período aparece, com

A jovem polonesa, de família abastada, envolve-se nas lutas estudantis contra a tirania



força, o fenômeno do burocratismo. Não é sem razão que as direções dos sindicatos alemães foram tomadas de verdadeiro pavor quando a revolução russa de 1905 veio abalar o curso do desenvolvimento “pacífico” do capitalismo. O órgão oficial da central sindical social-democrata afirmaria: “Não somos de nenhum modo partidário das demonstrações de rua”. O congresso sindical de Colônia chegou mesmo a aprovar uma resolução contrária à greve geral como instrumento de pressão operária contra o Estado e os patrões. Para os burocratas sindicais, qualquer ação mais radical das massas levaria à desorganização dos sindicatos e ao fim da sua hegemonia.

Rosa faz então uma dura crítica aos dirigentes sindicais, apontando as causas do seu reformismo. “Os funcionários sindicais, afirma ela, tornaram-se vítimas da burocracia e de uma certa estreiteza de perspectiva devido a especialização da sua atividade profissional e da mesquinhez dos seus horizontes, resultado de um fracionamento das lutas econômicas em período de calmaria. Esses dois defeitos manifestam-se em diversas tendências que podem ser fatais para o futuro do movimento sindical. Uma delas consiste em sobrevalorizar a organização, transformando-a, pouco a pouco, num fim em si mesmo e considerando-a um bem supremo a que os interesses da luta devem ser subordinados. Assim se

polêmica sobre um dilema decisivo: “reforma ou revolução?”

A crítica às direções dos sindicatos: “Os funcionários sindicais tornaram-

explica essa hesitação ante o fim incerto das realizações de massa e a sobrevalorização da própria luta sindical”.

Quando o Congresso do PSDA em Jena aprova a importância da greve geral, os líderes sindicais logo formulam a tese sobre a total independência dos sindicatos em relação ao partido e ratificam sua posição anti-greve. Legien, o principal dirigente sindical social-democrata, afirmaria: “Para os sindicatos, o que conta não é a resolução tomada em Jena, mas a tomada em Colônia”. Rosa ataca essa postura oportunista. “Os sindicatos, afirmaria ela, representam os interesses de grupos particulares; a social-democracia representa a classe operária e os interesses gerais de sua emancipação. As ligações dos sindicatos com o partido socialista são as de uma parte com o todo”.

A FALÊNCIA DA II INTERNACIONAL

Apesar da derrota sofrida pelo revisionismo de Bernstein, os êxitos eleitorais e sindicais do PSDA acabariam reforçando as posições reformistas no seu interior. Em 1912, o partido obteve mais de 4 milhões de votos, elegendo 110 deputados, tornando-se a maior bancada no parlamento alemão. Em 1914, quando do início da I Guerra Mundial, as posições de direita já haviam conquistado a maioria da direção da social-democracia alemã e europeia. Ela rasga suas resoluções anteriores e coloca uma pedra no seu passado revolucionário ao votar favoravelmente aos créditos para a guerra imperialista. “Desde 4 de agosto de 1914, diz Rosa, a social democracia alemã é um cadáver putrefato.”

Rosa seria presa ainda em 1915 devido a um violento discurso contra a guerra e o imperialismo. Na prisão,

escreveria a sua obra clássica “A crise da social-democracia”, que ficaria conhecida como “Folheto Junius”. Esta seria saudada por Lênin como sendo um “esplendido trabalho marxista”. No mesmo período, escreveria “Teses sobre as tarefas da social-democracia internacional”. Nele afirma: “A guerra esmagou a II Internacional (...). Os representantes oficiais dos partidos socialistas dos principais países traíram os objetivos e os interesses da classe operária (...), passaram para o campo do imperialismo. Constitui uma necessidade vital para o socialismo criar uma nova internacional operária, que tome em suas mãos a

A traição da social-democracia e a derrota do levante operário na Alemanha

direção e coordenação das lutas revolucionárias de classe contra o imperialismo internacional”.

Libertada no início de 1916, continuaria seu trabalho revolucionário, o que lhe custaria nova prisão menos de seis meses depois. Neste mesmo ano, realiza-se uma conferência da esquerda social-democrata, que decide pela publicação de um periódico com o nome Spartacus - nome pelo qual ficaria conhecido o grupo liderado por Rosa e Karl Liebknecht. Em seguida, Liebknecht é expulso do grupo parlamentar social-democrata, que autoriza o governo alemão a abrir processo contra ele. No 1º de Maio deste ano, o grupo Spartacus organiza um protesto contra a guerra. O resultado é a prisão de

Karl, acusado de traição à pátria. Os dois revolucionários ficariam presos até fins de 1918.

APOIO E CRÍTICAS À REVOLUÇÃO RUSSA

Em 1918, Rosa escreveria uma série de artigos em defesa da revolução socialista na Rússia, que estava sob ataque cerrado da direita social-democrata. “Os bolcheviques têm demonstrado que podem fazer tudo o que um partido verdadeiramente revolucionário pode fazer nos limites das possibilidades históricas. Não procuram fazer milagres. E seria um milagre uma revolução proletária modelar impecável num país isolado, esgotado pela guerra, premido pelo imperialismo, traído pelo proletariado internacional. E é nesse sentido que o futuro pertence em toda parte ao ‘bolchevismo’”.

O apoio irrestrito à revolução não impediu que ela fizesse várias críticas às medidas revolucionárias adotadas pelos bolcheviques. Uma parte delas estava impregnada por um certo esquerdismo. Ela, por exemplo, menosprezava a necessidade da aliança com os camponeses pobres e não compreendia a proposta dos revolucionários russos em relação as nacionalidades oprimidas. Considerava estas idéias como concessões perigosas à burguesia. A maior parte das críticas seria revista no ano seguinte, quando ela saiu da prisão e pôde ter maior contato com a experiência revolucionária russa.

Mas uma crítica merece maior atenção. É aquela que trata do processo de construção da ditadura do proletariado, que, segundo ela, era sinônimo de democracia socialista. Ela se preocupava com algumas medidas restritivas tomadas pelo governo soviético. “Abafando a vida política em todo país, é fatal que a vida no próprio soviete seja

se vítimas da burocracia e de certa estreiteza de perspectiva”

cada vez mais paralisada. Sem eleições gerais, sem liberdade ilimitada de imprensa e de reunião, sem luta livre de opiniões, a vida morre em todas as instituições públicas, torna-se uma vida aparente, onde a burocracia resta como único elemento ativo (...). Um tal estado de coisas deve provocar necessariamente uma ‘barbarização’ da vida pública, atentados, fuzilamentos de presos, etc. ”, prognostica Rosa Luxemburgo.

Ela não conhecia as particularidades da luta de classes na Rússia pós-revolução. Por isso, tendia a subestimar o papel dos grupos contra-revolucionários, em muitos casos apoiados pelos partidos da II Internacional. No entanto, a verdadeira tragédia residia no fato de que as medidas restritivas, que deveriam ser provisórias - necessárias numa fase de consolidação do socialismo contra a reação armada interna e externa -, transformaram-se em políticas permanentes de Estado. Desta forma, confirmaram as previsões mais sombrias de Rosa sobre o futuro da democracia socialista na Rússia.

REVOLUÇÃO DE 1918 NA ALEMANHA

Na Alemanha, o sentimento nacionalista dos primeiros dias da guerra foi substituído pela revolta. Nas fábricas, os operários se agitavam diante do alistamento militar forçado, dos cortes no salário e do racionamento. O descontentamento chega às tropas, principais vítimas da guerra. Em junho de 17, os marinheiros se rebelam e são violentamente reprimidos, com o aval do PSDA. Da prisão, os espartaquistas conclamam: “Não há senão um meio de deter a carnificina dos povos e alcançar a paz: é desencadear uma luta de massas que paralise toda a

economia e a indústria bélica, é instaurar, através da revolução, liderada pela classe operária, uma república popular na Alemanha”.

A revolução de outubro na Rússia apenas acirrou os ânimos. Nas frentes de batalha, os soldados se confraternizavam; nas cidades, as greves cresciam, formavam-se conselhos de operários e soldados. Em 9 de novembro de 18, irrompe a rebelião em Berlim e o próprio PSDA é obrigado a aderir. Os soldados recusam-se a cumprir as ordens oficiais e confraternizam-se com o povo. A revolução vencera. A monarquia desaba como um castelo de cartas. O imperador Guilherme III abdica e entrega o poder ao chanceler Max Baden, que por sua vez o entrega a Ebert, líder máximo do PSDA. Ebert lança seu apelo: “Cidadãos, peço-lhes que abandonem as ruas, cuidem da tranqüilidade e da ordem”.

A poucos metros dali, uma multidão de operários se concentra para ouvir Karl Liebknecht, recém-saído da prisão, que proclama a necessidade da República. Não a república burguesa, como queria o PSDA, mas a república socialista baseada nos conselhos de operários e soldados. “Nós pedimos que ninguém abandone as ruas e que todos permaneçam armados. A conclamação do novo chanceler, que substituiu o derrotado imperador, procura enviar as massas aos seus lares para melhor poder restabelecer a velha ordem das coisas. Operários, soldados: permaneçam alertas!”, conclama.

A luta atinge outro patamar. A burguesia se escondia por detrás de um “partido operário”. O inimigo agora disfarçava-se sob o manto respeitoso do “partido socialista”. Em 16 de dezembro, o Conselho Nacional, dominado pelo PSDA, decide entregar todo o poder à Assembléia Nacional Constituinte a

ser eleita em janeiro. Novamente, as direções operárias capitulavam diante da burguesia. Em 29 de dezembro, os espartaquistas fundam o Partido Comunista da Alemanha e decidem continuar os preparativos para a insurreição. Tais posições não correspondiam ainda à real correlação de forças do movimento social na Alemanha, tanto que Rosa e Karl foram reticentes quanto a sua aprovação.

No início de 1919, uma provocação precipita os fatos. Marinheiros amotinados são brutalmente reprimidos pelo exército; os operários saem às ruas em solidariedade. O PCA e a esquerda do PSI se unem e convocam protestos contra Ebert e a sua camarilha. O PCA decide-se pela insurreição geral. No dia 9 de janeiro, num ato inesperado, os operários espartaquistas tomam o parlamento alemão, mas são rapidamente desalojados pelo exército. Depois de cinco dias de violentos combates, a insurreição era derrotada. No dia 13, os operários começavam a voltar ao trabalho. No dia 15, Rosa e Karl Liebknecht, os principais líderes do levante, são seqüestrados e assassinados.

Após a sua morte, Rosa Luxemburgo passou a ser o alvo de violentas críticas, em especial dos dirigentes da social-democracia internacional. Em sua defesa, viriam as palavras firmes de Lênin: “A esses (críticos) responderemos com um velho ditado russo: ‘Às vezes as águias descem e voam entre as aves do quintal. Mas as aves do quintal jamais se elevarão até as nuvens’”. Rosa equivocou-se em muitas coisas (...). Mas, apesar de seus erros, foi para nós e continua sendo uma águia”.

Augusto Buonicore é historiador e doutorando em ciências sociais na Unicamp/SP

CLAUDIO SALVADORI DEDECCA

A quem interessa a flexibilização

Conservadores acusam a política social do Estado e

1999. Faz quase trinta anos que a visão liberal acusa as instituições de regulação social de responsabilidade pela crise recorrente vivida pelo capitalismo. Num primeiro momento, a acusação voltou-se contra a indexação dos salários à variação do custo de vida. Feita a desindexação, a culpa passou a ser imputada aos gastos com as políticas de proteção social, vistas como entraves ao crescimento do investimento privado. Realizou-se a “modernização” dessas políticas, mas o resultado pouco satisfatório dessa reforma levou a que se culpasse o controle sindical e público das relações de trabalho que, por sua rigidez, comprometeriam a produtividade e a competitividade.

A pressão pela quebra da regulação social foi recorrentemente justificada por seu suposto anacronismo. Ela passara a ser incompatível com um mundo onde o rompimento das fronteiras nacionais e o conseqüente acirramento da concorrência nos diversos mercados, num contexto de grande instabilidade tecnológica, seriam as características principais da nova ordem econômica internacional. A solução, portanto, foi associada à progressiva liberalização dos mercados em relação às amarras da regulação pública. Para os conservadores, era preciso permitir a reoxigenação dos mercados, ampliando-se a concorrência e estimulando a modernização tecnológica.

Tal solução foi vendida como sendo a única alternativa para a reconstrução do capitalismo nesse final de século. Como um missal, foi tomada como verdade inquestionável, cuja implementação

levaria o capitalismo a um novo nirvana. São quase 30 anos de dominação dessa perspectiva política, acompanhada pelo crescimento do desemprego e da desigualdade social. Mesmo assim, esses males continuam sendo imputados à regulação social do pós-guerra.

POLÍTICAS SOCIAIS E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Nada de novo tem essa postura totalizante da visão conservadora. A crise dos anos 30 também foi associada às instituições do capitalismo moderno. Os conservadores da época acusaram a incipiente política social e os sindicatos pelos entraves à reorganização capitalista. A solução proposta passava também pela desregulamentação e maior liberdade aos mercados. Apesar de ¼ da força de trabalho nos países industrializados estar desempregada e da queda violenta dos salários reais, os problemas do mercado de trabalho foram associados à suposta rigidez das instituições sociais.

Autores liberais mais conscientes da tragédia social que ia sendo construída sob a égide da política conservadora apontaram a inviabilidade da construção de um mundo sem uma proteção social mais ampla. Keynes mostrou que era impossível aos trabalhadores regularem seu salário real e que a crise decorria das decisões de investimentos das empresas e do Estado. Mesmo assim, somente com o advento da guerra, foram abertas as possibilidades reais para o avanço da regulação social, que foi fundamental para o crescimento acelerado do capitalismo nas décadas de 50/60.



Islanda Huak e Jo Azevedo/Champar de Fibra

Aplicação da visão liberal agrava os problemas sociais e não recupera o capitalismo

Na relação entre capital e trabalho, a regulação social permitiu reduzir o desequilíbrio nela presente. Como afirmou Marx, no capitalismo existem alguns que possuem o capital dinheiro, o qual lhes dá a possibilidade de comprar ou não a força de trabalho necessária ao processo de acumulação. Por outro lado, existem muitos que por não deterem o capital dinheiro são obrigados a vender recorrentemente sua força de trabalho. Esta situação

das relações de trabalho?

a ação dos sindicatos como entraves à exploração capitalista



**Regulação social
serviu para atenuar
a instabilidade
gerada pelas
leis do mercado**

de desigualdade torna a relação de trabalho via mercado claramente assimétrica. A regulação social permitiu reduzir essa assimetria. Foram a política social e a negociação coletiva as bases do processo de regulação.

A política social agiu sobre a oferta de trabalho, buscando reduzir a disponibilidade de braços para a produção capitalista. A proibição do trabalho infantil, a restrição do trabalho das mulheres em certas situações, o sistema de aposentadoria, a garantia de renda em situações de doença ou desemprego e restrições ao uso do trabalho em certas situações de periculosidade e insalubridade constituíram uma das faces da política social. O fim da demissão sem justa causa e o seguro desemprego completaram a política

social, bem como o direito de representação coletiva dos trabalhadores. O Estado, portanto, atuou sobre as relações de trabalho no sentido de deslocar a forte assimetria que ela conheceria se sua regulação fosse deixada ao sabor do mercado.

Já a negociação coletiva atuou sobre essa base de direitos sociais. Novos mecanismos de regulação foram sendo estabelecidos pela negociação. Em muitos momentos, o Estado transformou os resultados de acordos em direitos regulados por lei, estendendo conquistas obtidas por certas categorias para o conjunto dos trabalhadores. O campo de ação das negociações coletivas na criação de novos direitos foi amplo, podendo, entretanto, ser retratado segundo três óticas referentes ao uso do trabalho: a) sua alocação; b) seu tempo de movimento; e c) sua remuneração. Foram sobre essas facetas que as negociações coletivas atuaram.

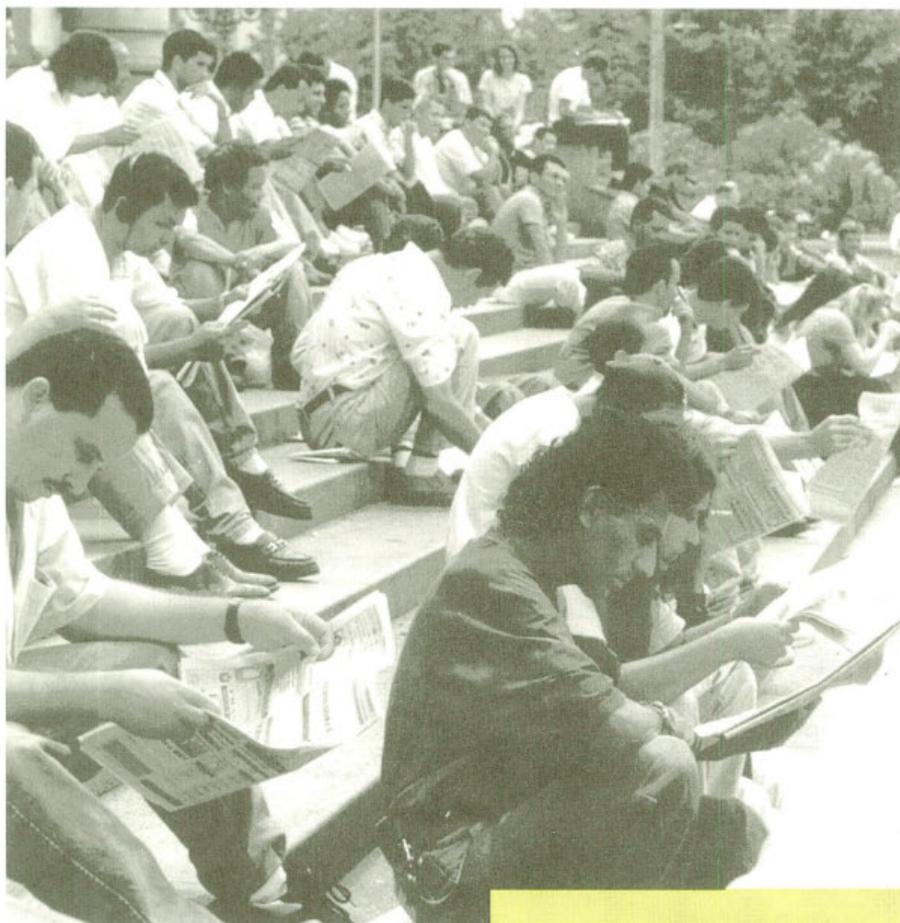
Quanto a alocação, a negociação coletiva resultou na criação de regras e normas segundo dois procedimentos. Em primeiro lugar, ao acordar critérios de estabilidade que ampliavam as restrições à demissão e à contratação de

trabalhadores impostas pela política social. Em segundo lugar, ao estabelecer estruturas ocupacionais que definiam as ocupações básicas, tarefas e funções associadas a cada uma delas e os critérios de promoção (mobilidade). A construção dessas estruturas retirou das mãos das empresas a autonomia em alocar trabalho na atividade produtiva como forma de discriminar e individualizar o coletivo de trabalhadores. A contratação e a alocação passaram a ser realizadas segundo regras e normas acordadas nas negociações coletivas, transferindo o processo de contratação do espaço interno das empresas para o espaço social.

As negociações coletivas sobre a regulação do tempo foram determinando um padrão de jornada de trabalho semanal fixa e restrições para seu uso em regime de turnos, nos fins de semana e feriados - o que foi de grande importância para os trabalhadores. Apesar do avanço da regulação social no século XX, poucos foram os países que buscaram controlar a jornada de trabalho. A tendência de sua redução, observada até os anos 70, foi de responsabilidade das negociações coletivas.

Em relação ao último aspecto, o da remuneração, as negociações coletivas jogaram também um papel fundamental. Em primeiro lugar, porque desvincularam a remuneração da produtividade individual do trabalho, transformando-a em um resultado do esforço coletivo empreendido pelos mesmos. Nos primórdios do capitalismo, os trabalhadores eram pagos segundo a produção realizada, fato que estimulava forte

Regulação social é apontada como barreira à flexibilização das relações



Alexandre Machado

concorrência. As negociações coletivas transformaram esse padrão. A transferência de parte dos aumentos de produtividade para a remuneração e a indexação dessa aos aumentos de preços garantiram a elevação do poder de compra dos trabalhadores e, portanto, da sua participação nos incrementos ocorridos na renda nacional.

As articulações entre as ações do Estado e das negociações coletivas produziram um círculo virtuoso que favoreceu a construção de uma regulação social das relações de trabalho. Transferiu-se, progressivamente, do espaço da empresa para o social a regulação das condições básicas de utilização do trabalho no capitalismo moderno.

Política social e negociação coletiva foram as bases da regulação

Esse processo provocou uma redução da assimetria na relação de trabalho, favorecendo os trabalhadores, pois esses passaram a ficar menos expostos à gestão individualizada que as empresas, normalmente, buscam fazer. De fato, a regulação social constituiu-se numa proteção aos trabalhadores em relação ao caráter despótico inerente na relação de

trabalho, caso essa fosse deixada ao sabor da regulação do mercado de trabalho.

É preciso ressaltar que a regulação social também foi de grande importância para as empresas e para o crescimento do capitalismo no pós-guerra. Em geral, associa-se a regulação social à proteção dos trabalhadores. Esse é um engano recorrente, pois ela cumpriu também função protetora para as empresas, seja em relação aos trabalhadores ou às concorrentes. Quanto aos trabalhadores, ela garantiu às empresas padrões culturais mais estáveis, considerados fundamentais à estabilidade do processo produtivo. Por outro lado, ela impediu que as empresas lançassem mão de formas espúrias de uso do trabalho no processo de concorrência. O maior exemplo é o do trabalho infantil.

CRISE CAPITALISTA E OFENSIVA DAS EMPRESAS

A crise estrutural do capitalismo a partir dos anos 70 abrirá espaço para acusar a regulação social como um de seus determinantes principais. Ela foi apontada como uma barreira à flexibilidade requerida pelas empresas num contexto de grandes dificuldades. A posição conservadora desprezou os processos de financeirização e internacionalização das grandes empresas, nos anos 60, que iniciaram o rompimento das fronteiras nacionais e provocaram, conseqüentemente, a quebra da estabilidade do padrão de concorrência entre capitais que havia sido construído no pós-guerra.

As empresas aproveitaram o revigoreamento do discurso conservador para fazer coro contra a regulação social. Associaram, de

Empresas aproveitam momento de crise para recompor o seu poder sobre

no mercado de trabalho

maneira espúria, a redução de seus investimentos a uma suposta rigidez imposta pelo controle exercido pelos trabalhadores. Por outro lado, viram o processo de inovação como um meio de grande eficácia para a desarticulação da regulação social. Identificaram a situação de crise como momento importante para reconquistar a sua autonomia na construção de regras e normas sobre o uso do trabalho. Em outras palavras, reconheceram o contexto de crise como favorável à recomposição de seu poder sobre a relação com os trabalhadores.

Essa posição das empresas justificou sua ação agressiva na incorporação de novas tecnologias, apesar dos grandes riscos inerentes a esse processo de decisão. O problema a ser resolvido não se resumia, apenas, à possibilidade de provocar um novo movimento de crescimento sustentado da produtividade. Era necessário se desfazer das amarras que haviam sido criadas pela regulação social. Novas plantas altamente automatizadas foram o meio adotado pelas empresas para dar marcha a essa estratégia. Pouco interessava o fato da modernização destruir os trabalhadores enquanto produtores, ao mesmo tempo que continuaria a depender desses enquanto consumidores.

O delírio tecnológico contaminou as decisões de investimentos das grandes empresas internacionais no final da década de 70. Só que os resultados obtidos foram desastrosos. A produção alcançada jamais chegou a ser próxima daquela planejada e necessária para rentabilizar os investimentos realizados. A situação de caos conhecida pelos novos projetos implementados nos

Crise estrutural do capitalismo abre espaço para a ofensiva das empresas

segmentos mais dinâmicos do setor industrial sinalizaram rapidamente que o processo de aprendizagem nas novas tecnologias seria mais custoso e demorado. Contrariando a postura adotada pelas empresas, os novos projetos mostraram a importância dos trabalhadores na correção dos problemas inerentes ao processo de inovação tecnológica.

Mas o reconhecimento sobre a complexidade desse processo somente foi obtido quando as novas tecnologias adotadas já haviam causado mudanças importantes no mercado de trabalho. Durante a construção das plantas de alta automação, as empresas utilizaram-se dessa estratégia para pressionar os sindicatos, exigindo dos trabalhadores a flexibilidade das normas e regras que haviam sido progressivamente acordadas nas negociações coletivas do pós-guerra. Ameaçando com o desemprego tecnológico, elas demandavam dos trabalhadores a flexibilidade no processo de contratação e alocação do trabalho, na jornada e no padrão de remuneração.

ATAQUES NA CONTRATAÇÃO, JORNADA E REMUNERAÇÃO

A flexibilidade na contratação buscava ampliar a possibilidade das empresas fazerem a gestão da mão-de-obra em seu interior, sem as amarras impostas pela regulação social. De forma direta, pode-se dizer que as empresas desejavam alocar o trabalho sem que o sindicato ou o

Estado interferissem no processo. O argumento que sob as novas tecnologias havia se alterado o conjunto de competências requeridas do trabalhador apareceu como uma força de internalização pelas empresas do uso do trabalho. A ampliação das possibilidades de contratação de trabalho temporário e por tempo parcial, garantida pelo Estado, completaram esse processo de flexibilização.

Outro ataque das empresas contra os sindicatos ocorreu em torno da flexibilidade da jornada de trabalho. Elas aproveitaram da posição histórica dos sindicatos em favor da redução da jornada, como forma de elevar o emprego em situações de crise econômica ou de mudança tecnológica intensa. Ofereceram pequenas reduções na jornada, em geral compensadas por reduções salariais, em troca de sua atualização. Colocaram os sindicatos numa posição difícil, pois ao atenderem uma reivindicação demandavam algo em troca. Procedimento recorrente nas negociações, a atualização era apresentada como uma arma para a concorrência num contexto de instabilidade.

O problema foi que a redução da jornada, ao invés de favorecer o aumento do emprego, jogou contra o mesmo. A razão era simples. A atualização havia permitido a redução da quantidade de trabalho que cada ocupado perde durante uma jornada. Seja por quebra de equipamentos ou pela flutuação sazonal da produção, a jornada fixa impunha que parte do tempo de trabalho não fosse aproveitado pelas empresas. Os trabalhadores ficavam “matando tempo”. A atualização apareceu como um aproveitamento

os trabalhadores e os sindicatos

Desemprego é o revólver engatilhado do capital

do tempo perdido. De tal modo, que, apesar da redução da jornada, os ganhos de tempo viabilizaram que uma mesma produção fosse realizada com um igual ou menor volume de trabalhadores. Por outro lado, ela transferiu para as empresas as regras específicas de organização da jornada, sendo um instrumento à recomposição do seu poder na gestão da jornada.

O último tema proposto pelas empresas na negociação com os sindicatos foi o da flexibilidade da remuneração. Os argumentos esgrimidos encontravam-se associados às mudanças no padrão de contratação e na jornada de trabalho, que tornavam desconhecidos *a priori* o resultado da atividade de cada trabalhador. As empresas alegaram que era necessário adequar o padrão de remuneração a essa forma de organização do trabalho. A adequação passou pela associação entre o rendimento individual e coletivo dos trabalhadores e a retribuição obtida, flexibilizando a norma salarial existente. O avanço da remuneração variável fortaleceu o poder das empresas nesta determinação.

Nota-se, assim, que as novas normas de regulação das três facetas do trabalho corresponderam à transferência da regulação do campo social para o privado. Ao contrário do que se observou na formação do capitalismo, quando a lógica do mercado de trabalho foi imposta aos trabalhadores pelo uso da força policial, agora foi restabelecida por mecanismos de sustentação da democracia construídos no capitalismo moderno. A possibilidade de consecução dessa via se deu graças aos constrangimentos (ameaças) que as empresas e os governos puseram sobre o trabalho. Quando o desemprego se transforma num revólver engatilhado permanentemente sobre a cabeça do

trabalhador empregado, não há mais necessidade da violência policial no processo de submissão desse às lógicas da empresa e do mercado de trabalho.

Nesse momento podemos responder a uma questão que ficou anteriormente em suspenso: se a modernização tecnológica foi um fiasco, quais foram as soluções que as empresas adotaram para superar a situação de dificuldades? A resposta encontra-se justamente vinculada às mudanças no padrão de regulação da relação de trabalho. A reconquista pelas empresas da autonomia para a gestão do trabalho lhes possibilitou ganhar a flexibilidade exigida. Ao internalizar a regulação da relação de trabalho, elas se desvincilharam das amarras sociais.

**Conservadores
querem adequar
a estrutura
sindical
às negociações
por local
de trabalho**

**NEGOCIAÇÃO INTERNA
E SINDICATO POR EMPRESA**

Um aspecto adicional desse processo que deve ser ressaltado é a crescente descentralização das negociações coletivas. Isto ocorreu em detrimento das negociações gerais por categoria ou setor de atividade. A descentralização não exigiu o desmonte dos sistemas antigos de negociação, mas demandou apenas que o sistema de representação dos

trabalhadores aceitasse que as negociações centralizadas passassem a ser subordinadas àquelas realizadas no âmbito das empresas. Na maioria dos países desenvolvidos, e mesmo nos em desenvolvimento, a estrutura sindical manteve-se intocada, apesar das mudanças radicais observadas na dinâmica das negociações coletivas.

Muitas vezes autores de visão progressista fazem uma identificação imediata, porém incorreta, entre manutenção da estrutura sindical e a dinâmica da negociação coletiva. Essa postura deixa sem resposta uma acusação grave feita pelos conservadores. Eles acusam a estrutura sindical nos países desenvolvidos, e mesmo em nossos países, de ter se tornado anacrônica em razão da nova dinâmica da negociação coletiva. Assim, propõem a adequação da estrutura ao perfil atual da negociação, transformando os sindicatos em instituições por empresas.

Não cabe escamotear o descompasso observado entre a estrutura sindical e a negociação coletiva. É necessário sim apontar que as tendências atuais transformam crescentemente as relações de trabalho em relações contratuais privadas. A adequação da primeira à segunda reforçará esse movimento, bem como a assimetria presente na relação de trabalho. A visão crítica deve apontar a postura retrógrada dessa posição, indicando que os problemas relevantes encontram-se na dinâmica da negociação. Apesar de existente, o envelhecimento da estrutura sindical não pode ser culpado pelos problemas hoje observados nas relações de trabalho. É importante que não se esqueça qual é o jogo principal: a troca da regulação social pela privada.

Claudio Dedecca é professor do Instituto de Economia e do Cesit da Unicamp/SP. E-mail: cdedecca@eco.unicamp.br

As várias abordagens sobre as anatomias do trabalho

“É Shakespeare quem afirma pela voz de Ariel: O inferno não existe. Todos os demônios estão aqui”. A descrição de Viviane Forrester é bem o símbolo da rebeldia transvasada no livro *O horror econômico*, publicado em 1996. A crítica literária francesa lembra os desempregados que somavam 25 mil, em 1958, passando a 3,5 milhões em 1996. Decência, pelo menos para “pessoas supérfluas”, não seria insensatez, pois em breve vigeria a ausência radical do trabalho; “ou melhor, do emprego”. À apatia dominante frente ao desemprego, a indignação da metáfora: é a “violência da calma”.

Impactante, suas justas blasfêmias contra a demolição do trabalho (ou “colapso” da civilização) misturavam melancolia, pessimismo, negados depois por ela em entrevista. Editado pouco antes no Brasil (1995), *Adeus ao trabalho?*, do sociólogo Ricardo Antunes, polemiza com vertentes analíticas da “crise da sociedade do trabalho”. Noutro e abrangente enfoque, teoriza em torno da conclusão: “Nem o operariado fabril desaparecerá tão rapidamente e, o que é fundamental, (...) não há nenhuma possibilidade de eliminação da classe-que-vive-do-trabalho”, mesmo num universo distante.

A questão é desenvolvida em cinco “teses”: a superação da crise do trabalho abstrato exige a redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto, uma lógica societária radicalmente distinta da produtora de mercadorias e fundada no trabalho criativo capaz da atividade humana emancipada; o ponto de partida é o trabalho concreto, no qual se pode instaurar uma nova sociedade; heterogeneidade,

Os livros de Marcio Pochmann, Ricardo Antunes e Viviane Forrester apresentam, com enfoques diferenciados e vários pontos polêmicos, uma rica radiografia sobre as mudanças no mundo do trabalho e sobre os novos desafios.

SÉRGIO BARROSO



O trabalho sob fogo cruzado.
Marcio Pochmann,
Ed. Contexto,
São Paulo, 1999

fragmentação e complexificação do trabalho hoje não fazem desaparecer as ações de classe e encerram grande parte das possibilidades das ações para além do capital; trabalhadores mais qualificados e subproletariado (precários, parciais, terceirizados) são a totalidade do trabalho social, devendo se aglutinar e confluír em classe; o estranhamento (obstáculos sociais do capitalismo que sobrepõem o individualismo a uma multilateralidade da visão humana) é sócio-histórico, com enorme relevância para as lutas ainda hoje ^{III}.

TRABALHO SOB FOGO CRUZADO

Recém-lançado, *O trabalho sob fogo cruzado*, de Marcio Pochmann, passa em revista os dilemas do trabalho no fim do século. Trata-se de uma detalhada pesquisa e balanço do capitalismo, antes e depois de seus “anos dourados”, e de um exame minucioso da evolução/ involução do mercado de trabalho no Brasil. Ilustrações e dados empíricos são apresentados aos montes.

Na sua visão de economia política – que mescla Keynes, Schumpeter, Kalecki e Marx -, destacaria no livro algumas idéias centrais. A crise capitalista dos anos 70 levou à desregulamentação financeira globalizada; à mudança na dinâmica da concorrência inter-capitalista, com privilégio do caráter patrimonialista-financeiro na estratégia das grandes empresas; à reestruturação produtiva da “modernização conservadora neoliberal”, sob a terceira revolução industrial, que está em “fase de maturação e incompleta no que

tange as transformações da base energética e de transportes”; ao desemprego, que é um fenômeno mundial - sendo a ‘crise do emprego nem é irreversível, nem inevitável’ -, por implicações da dominância da globalização financeira e da generalização de políticas neoliberais com baixo dinamismo econômico. Nas economias ‘ex-socialistas’, lembra Pochmann, o trabalho para todos era “questão de princípio”.

A América Latina cresceu a taxas elevadas e constantes entre 50-80, mantendo parte significativa da PEA no subemprego. Especialmente a partir dos anos 90, à velha exclusão (subemprego, informalidade, baixos rendimentos) somam-se novas: desemprego aberto, ocupações atípicas e precarização das condições/relações de trabalho.

No Brasil, entre 1940-80, a expansão de empregos registrados e das ocupações nos “segmentos organizados” surge por força da “implementação e consolidação do projeto industrializante nacional e da institucionalização das relações de trabalho a partir de um código de trabalho (CLT)”. Já entre 89-95, em cada dez ocupações geradas só duas são assalariadas, sendo que o desemprego aumentou, em média, 16% ao ano. Mais recentemente, a deterioração do trabalho e as altas taxas de desemprego indicam que o emprego regulamentado foi descolado da centralidade das políticas macroeconômicas. Segundo Pochmann, a reestruturação industrial em curso é defensiva e parcial, concentrando-se na reorganização/gestão/condução empresarial (desverticalização, novos produtos, etc.). Ele defende um projeto nacional, que tem como meta uma sociedade “democrática, justa e com pleno emprego”.

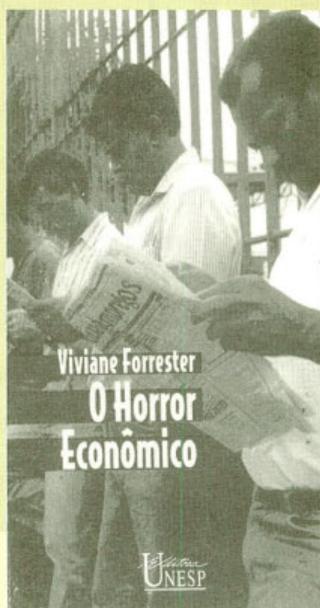
NOTA

1- O livro de Antunes, entretanto, contém ao menos dois pressupostos



Adeus ao Trabalho?
Ricardo Antunes,
Ed. Cortez/Unicamp,
São Paulo, 1995

Trabalho sob fogo
cruzado é um
minucioso estudo
sobre a evolução/
involução das
relações de trabalho
no Brasil.



O Horror Econômico.
Viviane Forrester,
Ed. Unesp,
São Paulo, 1996

erráticos. Ao analisar os efeitos da reestruturação produtiva, ele repete que “de um lado ela impulsiona para uma maior qualificação do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação”. Na nossa opinião, o curso geral da expropriação do saber do trabalho leva à crescente desqualificação. Questão (ontem) já apontada por Harry Braverman, em *Trabalho e capital monopolista* (especialmente no capítulo 20), hoje cabe perguntar por que o caixa de supermercado, a recepcionista da biblioteca ou o controlador de almoxarife manuseiam uma mesma caneta ótica para leitura do código de barras? Como notam J. Tauille e L. Faria, “o piloto de avião e o operador de máquinas-ferramentas com controle numérico também têm que agir (e reagir) sobre teclados e alavancas, de modo similar, em função dos símbolos e figuras que aparecerão nas telas diante de si (...). A diferenciação profissional e as fronteiras no interior do mercado de trabalho estão se tornando mais tênues e as fronteiras entre as qualificações básicas necessárias ao exercício de muitas (e antes) diferentes profissões, diluídas mais do que nunca (*As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx*”, in Revista de Economia Política, janeiro/março de 1999).

O segundo é que Antunes insiste na tese de que o socialismo “de fato nunca existiu” na URSS e no Leste Europeu; e ainda que, no pós-colapso, o movimento operário seria “beneficiado pela intensificação das contradições sociais”. Só que a edificação do socialismo durou de 1917 a 1957, na opinião de João Amazonas. No livro *Desafios do socialismo no século XXI*, Amazonas avança na crítica, questionando “se houve tratamento correto das etapas da transição para o comunismo”. Quanto ao colapso, afirma que foi uma “contra-revolução fantasiada de liberal”, uma “tragédia do socialismo”. A propósito, Otávio Lanni assevera: “A guerra fria foi uma época de polarizações ideológicas radicais. Uma guerra na qual os EUA, a Europa Ocidental e o Japão acabaram vencendo e provocando a debacê do mundo socialista” (*Crítica Marxista*, nº 7).

Sérgio Barroso é médico, membro da executiva nacional do CUT

Tréplica a Ricardo Antunes

Ricardo Antunes publicou no último número da **Debate Sindical** uma resposta à crítica que eu fizera a seu livro *Adeus ao Trabalho?*. Não acho que sua resposta acrescente muita coisa nova e, de minha parte, também já apresentei o essencial dos meus argumentos. O leitor saberá confrontar as razões de cada um. Escrevo essa carta apenas para esclarecer um ponto importante.

Inicialmente, preciso informar o leitor sobre o tema em debate. Ricardo Antunes demorou um ano para responder à minha crítica e o leitor de **Debate Sindical** talvez não se recorde mais da discussão. O livro *Adeus ao Trabalho?* discorre sobre as conhecidas transformações ocorridas no mercado de trabalho, nos contratos de trabalho e na composição das classes trabalhadoras, para as quais o autor reserva o termo composto “classe-que-vive-do-trabalho” - termo que, além de extravagante, é equivocado, pois todas as classes “vivem do trabalho”. Caracteriza essas transformações como um processo de “heterogeneização, fragmentação e complexificação” da “classe-que-vive-do-trabalho”.

Em seguida, Ricardo Antunes, aderindo a uma idéia muito em voga, atribui a esse processo a responsabilidade pela crise do movimento sindical, pelo refluxo das ações de classe e da consciência socialista. Conclui que, apesar da “materialidade” da “classe-que-vive-do-trabalho” ter mudado desfavoravelmente para o desenvolvimento de sua consciência de classe, ainda seria possível uma “revolução do trabalho e pelo trabalho” - conclusão, aliás, muito problemática dentro do enfoque assumido pelo autor.

Fiz críticas históricas e teóricas a essa abordagem que considero errônea na sua totalidade. Lembrei que a fragmentação sócio-econômica da classe operária não é uma originalidade histórica, ao contrário do que está suposto no livro de Ricardo Antunes. Quanto à questão teórica, argumentei que não se pode deduzir a crise do movimento operário e sindical da situação de mercado da classe operária. A análise da classe operária não pode ser feita fora do conjunto de suas relações com as demais classes sociais, nos planos econômico, político, ideológico, nacional e internacional.

Numa primeira manifestação sobre minha crítica, também publicada na **Debate Sindical**, Ricardo Antunes procurou defender sua análise entrando no mérito da

questão. Agora, ele mudou a compreensão que tem dos termos do debate. Passado algum tempo, Ricardo Antunes decidiu sustentar que eu li mal o seu livro e que procedi de modo condenável ao atribuir-lhe um objeto, a crise do movimento operário, que o livro não trata e não se propõe a tratar. Sugere que esse seria um procedimento estalinista da minha parte, embora não tenha usado o termo. Fiquei surpreso com esse rebaixamento da discussão. Eu só escrevi sobre teses e idéias. Não condenei nem classifiquei politicamente a pessoa do meu interlocutor. Ademais, faz parte do debate a interpretação do que o oponente escreveu.

Eu poderia ter interpretado erroneamente o conteúdo do livro comentado. Mas isso não deveria ser motivo para passar para um julgamento político. A acusação, de resto, vinda da parte dele contra mim, é muito estranha. Tive a oportunidade de realizar vários debates públicos com ele, ao longo dos anos 80 - e pelo menos um desses debates está publicado - em que eu fazia a crítica ao modelo soviético, enquanto Ricardo Antunes o defendia com muita ênfase e convicção. E, de qualquer modo, se ele resolveu lançar mão desse procedimento simplista da condenação política, desviando-se do tema em discussão, porque não deu os nomes aos bois? Por que não usou a palavra estalinismo?

Vamos ao que mais interessa. Ricardo Antunes examina, sim, a crise do movimento operário. Para tentar negar isso, ele citou um trecho da Introdução do seu livro, no qual ele arrola as questões que irá abordar ao longo do trabalho. Para quem se apresenta como um cioso antiestalinista, ele teve uma atitude surpreendente: cortou o texto citado, e, coincidentemente, cortou justamente a frase inconveniente para suas alegações.

O texto citado está na página dez do livro. Lá Ricardo Antunes arrola as questões que irá analisar no seu trabalho: a “classe-que-vive-do-trabalho” está desaparecendo? qual o significado da retração do operariado fabril? como as transformações atuais repercutem nos organismos de representação dos trabalhadores, dentre eles os sindicatos? a categoria trabalho ainda está “dotada do estatuto de centralidade”? Sua citação vai até aí. Ele suprime, contudo, parte da última pergunta, a que se refere à *práxis*, sem indicar a supressão com o sinal de reticências, e, mais grave ainda, suprime uma frase inteira do mesmo parágrafo.

Eis a frase/questão suprimida: “A chamada ‘crise da sociedade do trabalho’ deve ser entendida como o fim da possibilidade da *revolução do trabalho?*” (*Adeus ao Trabalho?*, p. 10, grifo do próprio autor). Na página 35 do mesmo livro, ele afirma: “A crise atinge também intensamente, como se evidência, o universo da consciência”. Na abertura do capítulo III, capítulo todo ele dedicado à crise do movimento sindical, Ricardo Antunes afirma: “Gostaríamos de discutir agora as *repercussões que essas metamorfoses tiveram junto ao movimento dos trabalhadores?*”. No mesmo parágrafo explica que irá examinar como as metamorfoses ocorridas no seio da “classe-que-vive-do-trabalho” (a “heterogeneização, a fragmentação e a complexificação”) repercutiram no “universo da subjetividade”, na “consciência do ser social que trabalha” e nas “ações de classe” (op. cit., p. 59, grifos do autor). Na página 62, afirma que a “heterogeneização, a fragmentação e complexificação” da “classe-que-vive-do-trabalho” está na raiz da crise do sindicalismo. Na página 64, afirma que essa “heterogeneização etc.” dificulta a “consolidação de uma *consciência de classe* dos trabalhadores, fundada em um sentimento de *pertencimento de classe*” (grifos do autor). Na página 86, afirma que a “heterogeneização etc.” não impede a “emancipação simultaneamente do trabalho e pelo trabalho”.

Poderia arrolar mais citações. Porém, as que apresentei são suficientes para mostrar que Ricardo Antunes: a) anuncia que irá tratar das dificuldades do movimento operário e sindical no momento atual; b) tratou da crise do movimento operário e sindical; c) abordou o refluxo da consciência de classe; e d) discorreu sobre a possibilidade de uma revolução socialista. Pode ser que Ricardo Antunes não tivesse a *intenção* de abordar tais temas, mas que, por falta de definição rigorosa do seu objeto, tenha se extraviado para considerações que estavam fora dos objetivos que imaginou. Mas essa é uma outra questão. Portanto, a legitimidade de minha crítica permanece: não é correto examinar esses temas restringindo-se à composição da classe operária, à estrutura ocupacional e ao mercado de trabalho. O erro teórico e metodológico de Ricardo Antunes compromete, no meu modo de ver, o conjunto do ensaio *Adeus ao Trabalho?*

Armando Baito Jr. é professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp/SP

MANOEL JOSÉ DOS SANTOS

Contra a privatização da reforma agrária

O principal fórum de decisão do movimento sindical dos trabalhadores rurais, o 7º Congresso da Contag, em março de 1998, deliberou pela extinção dos programas “Cédula da terra” e “Banco da Terra”, criados pelo governo federal. A mesma posição foi reafirmada no “Grito da Terra Brasil”, em 98, e será enfatizada na manifestação deste ano. A oposição do movimento sindical rural a esta política de mercado do governo para a reforma agrária é, portanto, bastante taxativa.

E também são claros os motivos que levam os trabalhadores rurais a serem diametralmente contra o que o governo classifica como alternativas ao lento e caro processo de desapropriação. Os programas anunciados como mecanismos mais ágeis e eficazes de distribuição igualitária da terra significam, ao contrário, propostas que não poderão alterar efetivamente a estrutura fundiária brasileira e nem ser base para a promoção de um novo desenvolvimento rural sustentável.

AUSÊNCIA DE QUALQUER DEBATE DEMOCRÁTICO

Em primeiro lugar, porque com esses programas o governo não cumpre a Constituição, que reafirma a função social da terra. O governo simplesmente substituiu a política da desapropriação pelas leis de mercado e impõe aos trabalhadores rurais uma negociação direta com os grandes latifundiários. São evidentes os



Cédula da Terra e Banco da Terra servem aos interesses dos latifundiários

prejuízos para os camponeses, pois a forma de financiamento certamente os levará ao endividamento sem perspectiva de pagamento. O governo também deixa de lado o processo de desapropriação, esquecendo que este é o principal instrumento para punir os que mantêm suas grandes extensões de terra improdutivas por décadas como reserva de valor.

Estes programas também sofrem de um vício de origem inaceitável para os trabalhadores rurais. Foram concebidos sem qualquer debate com a sociedade. Os lançamentos do Cédula da Terra, em 97, e do Banco da Terra, um ano depois, foram marcados por fortes questionamentos da Contag. Ela reivindicou insistentemente espaços democráticos que permitissem à entidade, que representa o maior número de camponeses do Brasil, intervir para evitar danos ainda mais graves ao meio rural. Mas os ouvidos do governo, que se diz democrático,

fizeram-se surdos, descumprindo até mesmo compromissos assumidos pelo ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann.

No Grito da Terra de 97, o ministro afirmou que se disporia a revisar o Cédula da Terra, mas nada foi alterado até hoje. E o governo deu mais passos nessa conduta antidemocrática. Sem avaliar os resultados do Cédula da Terra, implementado em cinco Estados (Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais), lançou o Banco da Terra, que irá ampliar os erros crassos dessa política.

RETOMAR O PROCESSO DA REFORMA AGRÁRIA

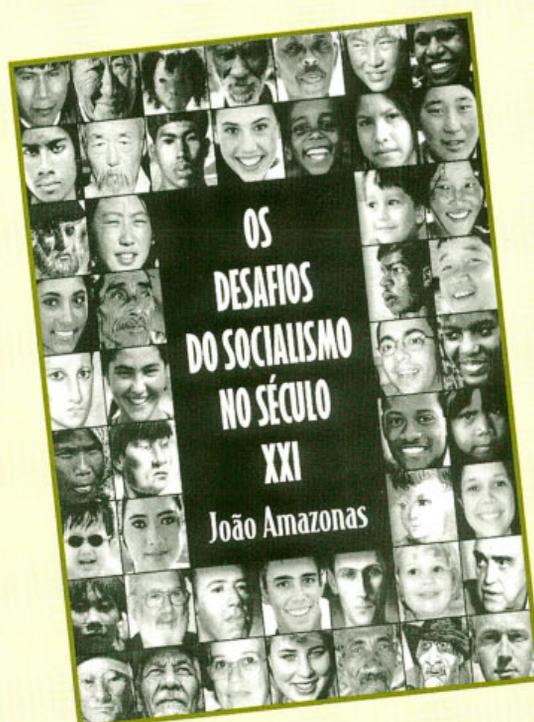
A única alternativa encontrada tem sido a de denunciar estes fatos e lutar para que esses projetos sejam suspensos. A Contag, em parceria com outros movimentos sociais, solicitou ao Banco Mundial, financiador dos dois programas, uma inspeção do Cédula da Terra, alegando que não irá cumprir os objetivos originais e produzirá graves prejuízos. O pedido foi aceito e a avaliação está em curso. A entidade considera que os recursos garantidos pelo Banco Mundial podem ser usados na melhoria da infra-estrutura dos assentamentos, hoje em degradantes condições.

O movimento sindical dos trabalhadores rurais permanecerá alertando para a necessidade de ser retomado o processo de reforma agrária com base em seus princípios originais – desapropriação e assentamento de famílias sem-terra pelos órgãos encarregados da política fundiária. Os resultados perversos do Cédula da Terra serão sempre denunciados e continuaremos a propor que o modelo seja revisto, reivindicando do governo uma postura mais democrática e justa.

Manoel José dos Santos é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

OS DESAFIOS DO SOCIALISMO NO SÉCULO XXI

O livro que você esperava!



Preço especial
aos leitores da
Debate Sindical!

Já disse o próprio Karl Marx:
“Radical é ir às raízes das coisas.”

Neste livro, João Amazonas é radical:
vai às raízes dos principais acontecimentos que
marcaram o mundo e o Brasil em nosso século.

A Editora Anita Garibaldi reuniu aqui a
contribuição do deputado constituinte de 1946 -
em 256 páginas -, que agora torna-se importante
instrumento de reflexão sobre o socialismo, suas
vitórias e derrotas. É a palavra de um homem de
princípios!

Venha você também às raízes deste desafio,
adquira já o seu exemplar!

PEÇA HOJE MESMO POR CARTA, TELEFONE, FAX
(011 289 1331) OU E-MAIL: livraria@anitagaribaldi.com.br

Preço especial para os leitores da DEBATE SINDICAL: **R\$ 19,00**

- Incluindo despesas postais. No pedido, informe “Eu leio Debate Sindical!”



Para pedidos, envie seus dados (nome completo, endereço, telefone para contato) juntamente com cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. No caso de débitos em cartão de crédito, informar nome do cartão, número e validade.

Para depósito: Banco Itaú agência 0251 c/c 48.678-3 (favor enviar comprovante).

R. Monsenhor Passalacqua, 158 - Bela Vista CEP 01323-010 São Paulo/SP

Assine a revista

Debate Sindical

O SIGNIFICADO
DA REVOLUÇÃO
SOCIALISTA
DE 1917

João Amazonas
Isabel Maria Loureiro
Jacob Gorender
Oswaldo Coggiola
José Paulo Neto
Walter Sorrentino
Carlos Nelson Coutinho
José Reinakdo Carvalho
João Machado
Bernardo Joffily



EDIÇÃO: CES
APOIO: Sinpro-MG - FITEE

Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação especializada no estudo do sindicalismo

Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências

A assinatura de R\$ 30,00 dá direito a 4 edições e você ainda ganha de brinde o livro "O significado da revolução socialista de 1917".

Assinatura especial com 9 edições (5 passadas e 4 próximas) por R\$ 45,00.

Cupom de Assinatura

- Revista Debate Sindical (4 edições). A partir do número _____ R\$ 30,00
- Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas). A partir da edição número _____ R\$ 45,00
Edições anteriores disponíveis: 10, 11, 12, 14, 21, 25, 28 e 29

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____

CEP _____

Cidade _____

Estado _____

Telefone(s) _____

Fax _____

Profissão _____

E-mail _____

Forma de pagamento:

- Cheque nominal ao CES. Valor de R\$ _____
- Depósito em conta corrente nº 407852-7, Banco do Brasil, Agência 3324-3 (neste caso, enviar o comprovante)
- Cartão Credicard ou Visa
Nº _____
Validade ____/____/____